

**UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
RAFAELA CAMARA MALERBA**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TURISMO NO BRASIL:
ATUAÇÃO E CONCEPÇÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

São Paulo
2012

RAFAELA CAMARA MALERBA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TURISMO NO BRASIL:
ATUAÇÃO E CONCEPÇÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Hospitalidade, na área de concentração Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade e linha de pesquisa Dimensões Conceituais e Epistemológicas da Hospitalidade e do Turismo, sob a orientação da Profa. Dra. Mirian Rejowski.

São Paulo
2012

RAFAELA CAMARA MALERBA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TURISMO NO BRASIL:
ATUAÇÃO E CONCEPÇÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Hospitalidade, na área de concentração Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade e linha de pesquisa Dimensões Conceituais e Epistemológicas da Hospitalidade e do Turismo, sob a orientação da Profa. Dra. Mirian Rejowski.

Aprovado em: 29 de agosto de 2012

Profa. Dra. Mirian Rejowski / Universidade Anhembi Morumbi

Prof. Dr. Carlos Alberto Tomelin / Universidade do Vale do Itajaí

Profa. Dra. Maria do Rosario Rolfsen Salles / Universidade Anhembi Morumbi

São Paulo
2012

AGRADECIMENTOS

À professora Mirian Rejowski pelos conhecimentos compartilhados, pela generosa compreensão com as contingências de minha vida neste período e pela segurança que sempre me transmitiu. Minhas primeiras anotações sobre turismo foram escritas em uma aula ministrada por ela, no primeiro semestre da graduação. Anos depois, é uma honra tê-la como orientadora na escrita de novas palavras. Meus agradecimentos e admiração.

À professora Maria do Rosário Rolfsen Salles por me iniciar na compreensão da Hospitalidade e pelas importantes contribuições ao longo da elaboração desta dissertação.

Aos professores deste programa de mestrado, não somente pelos ensinamentos formais em sala de aula, mas também pelo incentivo, pela confiança e pela hospitalidade.

À Alessandra, por sua prontidão, paciência e delicadeza ao me auxiliar com aspectos burocráticos do curso.

À professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, pela disponibilidade em atender-me pessoalmente, e aos coordenadores de ações extensionistas que responderam ao questionário enviado por email.

Aos meus colegas de mestrado pelo aprendizado conjunto e pelos bons momentos compartilhados no ambiente acadêmico e fora dele. Conhecê-los foi uma das melhores partes desta jornada.

A meu pai, pelo incentivo constante.

Ao Brenno, pelo amor, bom humor e companheirismo ao longo de mais esta empreitada juntos.

Ao Pedro, que com seus olhinhos curiosos me motiva a também olhar sempre mais longe e mais alto. Sua chegada me fez rever meu projeto de pesquisa, que acabou por tornar-se muito mais próximo da minha história e de minha atuação profissional. Por essa e muitas outras é que se diz que agora tudo faz sentido.

E, finalmente, a Deus, que se fez presente na minha vida por meio de todas essas pessoas.

RESUMO

Esta dissertação constitui uma pesquisa exploratório-descritiva sobre a Extensão Universitária em Turismo nas instituições públicas de educação superior do Brasil. Tem como objetivo demonstrar a atuação dessas instituições no que se refere à extensão universitária em turismo, com base nos dados do Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj – desenvolvido pelo Ministério da Educação – MEC – para gerenciamento de ações de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior do Brasil. A pesquisa descreve 114 ações extensionistas em Turismo, iniciadas de 2006 a 2011, conforme o SIGPROj, em relação à evolução temporal, perfil institucional, áreas temáticas e modalidades. Dessas ações, são analisadas em detalhe as 53 vinculadas a bacharelados de Turismo, no que diz respeito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e às formas de atuação junto à comunidade. Nesse sentido, propõe-se uma tipologia para classificação das ações. Por fim, discute-se a concepção de extensão dos coordenadores das ações vinculadas a cursos de Turismo. Os resultados mostram que diferentes instituições do Brasil apresentam práticas extensionistas com foco em turismo, em diferentes áreas temáticas e modalidades, com destaque para projetos, eventos e cursos. Mostra que são atingidos diferentes segmentos da comunidade externa, de estudantes do ensino básico a empresários, com objetivos variados, geralmente relacionados ao desenvolvimento econômico e social por meio do Turismo. No que diz respeito à concepção de extensão dos coordenadores das ações, a pesquisa revela que os mesmos veem as ações extensionistas especialmente como formas de concretizar o compromisso social da Universidade, de promover melhorias na qualidade de vida das populações e de relacionar teoria e prática no ensino do Turismo.

Palavras-chave: Turismo. Educação superior. Extensão universitária. Instituições públicas. Brasil.

ABSTRACT

This work consists of an exploratory and descriptive research about University Extension regarding Tourism, specifically in public education institutions in Brazil. It aims at demonstrating how these institutions perform extension actions in the area of Tourism, based on data from SIGPROj, a system developed by the Brazilian Ministry of Education to manage teaching, research and extension actions of academic institutions in that country. In order to achieve this proposition, this study describes 114 extensionist actions, developed from 2006 to 2011, according to SIGProj. Out of those cases, it analyzes in detail 53 actions which were coordinated by teachers associated to Tourism bachelor's degree courses, focusing on the types of actions and on the relationship between teaching, researching and extension, which consists of a fundamental principle of higher education in Brazil, as defined by the Brazilian Constitution. Intending to better comprehend how Tourism courses develop University Extension, this work proposes the creation of a typology, whereby extension actions linked to Tourism courses are classified. At last, it discusses the action coordinators' conception of university extension. Data were collected from SIGProj's online consultation tool and from 19 qualitative questionnaires sent by email to the coordinators of the 53 actions linked to Tourism bachelor's degree courses. The results show that institutions of many states of the country perform extensionist actions, in a great variety of thematic areas and modalities, notably projects, events and courses. It also reveals that different publics are involved in those actions (e.g. Primary school students and businesspersons) with different objectives, albeit commonly referring to socio and economic development through Tourism. Furthermore, the research identifies that coordinators understand these actions as a way to fulfill universities' commitment to provide social returns, to promote improvements in communities' quality of life and to link theory and practice.

Keywords: Tourism. Higher Education. University Extension. Public institutions. Brazil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais temas dos congressos anuais da Aiest por década - 1950 a 2010	20
Quadro 2 – Divisões Científicas propostas para o Seminário Anptur 2012.....	21
Quadro 3 – <i>Check-up</i> da Educação Superior em Turismo no Reino Unido	35
Quadro 4 – Objetivos e posturas do currículo do profissional filosófico	37
Quadro 5 – Competências e habilidades do bacharel em Turismo (BRASIL, 2006) à luz do currículo para o profissional filosófico proposto por Tribe (2002)	40
Quadro 6 – Linhas da Extensão Universitária no Brasil	57
Quadro 7 – Levantamento preliminar das ações de extensão universitária na área de turismo no Brasil	67
Quadro 8 – Levantamento dos projetos de extensão universitária em turismo no Brasil por foco de atuação	68
Quadro 9 – Síntese das etapas da pesquisa	75
Quadro 10 – Instituições das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011	84
Quadro 11 – Tipos das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011	87
Quadro 12 – Ações extensionistas por área temática, modalidade e tipo – ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011.....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Universidades das ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011	76
Tabela 2 – Distribuição regional das universidades responsáveis pelas ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011	77
Tabela 3 – Áreas das ações extensionistas em Turismo do SIGProj não vinculadas a departamentos de Turismo – Brasil, 2006-2011.....	80
Tabela 4 – Tipos das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj– Brasil, 2006-2011.....	88
Tabela 5 – Eixos temáticos das disciplinas envolvidas nas ações extensionistas detalhadas	98
Tabela 6 – Aderência das ações extensionistas em turismo vinculadas a bacharelados em Turismo às divisões científicas da Anptur, 2012.....	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fundamentação Interdisciplinar dos Estudos Turísticos	23
Figura 2 – Criação do Conhecimento Turístico segundo John Tribe	25
Figura 3 – SISTUR – Sistema de Turismo segundo Mário Carlos Beni	27
Figura 4 – Formulário de busca disponibilizado no SIGProj.....	72
Figura 5 – Evolução temporal das ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011.....	75
Figura 6 - Estados das universidades responsáveis pelas ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011.....	
Figura 7 – Unidade responsável pelas ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011.....	79
Figura 8 – Área temática das ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011	81
Figura 9 – Modalidade das ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011	81
Figura 10 – Evolução temporal das ações extensionistas em Turismo do SIGProj pelas ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj– Brasil, 2006-2011	83
Figura 11 – Modalidade das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj– Brasil, 2006-2011	86
Figura 12 – Áreas temáticas das ações extensionistas em Turismo do SIGProj por ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj– Brasil, 2006-2011	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEST – Associação Internacional de Especialistas Científicos em Turismo
ANPTUR – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CRUB - Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
ECA/USP – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
FORPROEX – Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
GDS – Global Distribution System
IES – Instituições de Ensino Superior
IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IPES – Instituições Públicas de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
ONG – Organizações Não Governamental
PNE – Plano Nacional da Educação – PNE
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
RENEX – Rede Nacional de Extensão
SEC/UR – Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife
SESU – Secretaria de Educação Superior
SIEX – Sistema Nacional de Informações de Extensão
SIGPROJ – Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SISTUR – Sistema de Turismo
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rey
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNB – Universidade de Brasília
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVALI – Universidade Vale do Itajaí
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1 Educação Superior em Turismo	15
1.1 Estudo do Turismo.....	15
1.1.1 Evolução da pesquisa	16
1.1.2 Temáticas e enfoques	18
1.1.3 Construção do conhecimento.....	22
1.2 Ensino Superior de Turismo	28
1.2.1 Antecedentes históricos.....	28
1.2.2 Desafios e dilemas contemporâneos	32
1.3 Turismo e currículo.....	36
1.3.1 Discussões gerais	36
1.3.2 Currículo no Brasil.....	38
2 Extensão Universitária no Brasil.....	42
2.1 Aspectos evolutivos e conceituais	42
2.1.1 Origens	42
2.1.2 Fase inicial.....	45
2.1.3 Décadas de 1960 e 1970.....	47
2.1.4 A partir da década de 1980.....	50
2.2 Organização da extensão conforme o Forproex	54
2.2.1 Áreas temáticas e linhas de extensão	55
2.2.2 Modalidades.....	57
2.2.3 Financiamento.....	59
2.2.4 Sistematização de informações	60
2.3 Desafios e dilemas contemporâneos	62
2.4 Ações extensionistas em turismo.....	64
3 Extensão em Turismo nas Instituições Públicas de Ensino Superior.....	71
3.1 Metodologia.....	71
3.2 Ações extensionistas em Turismo	75
3.2.1 Evolução temporal e perfil institucional	75
3.2.2 Área temática e modalidade	80
3.2.3 Duração e público-alvo	82
3.3 Ações vinculadas a bacharelados em Turismo	83
3.3.1 Perfil das ações	83
3.3.2 Tipologia	87
3.3.3 Área temática.....	91
3.3.4 Visão dos coordenadores.....	96
3.4 Discussão dos resultados.....	103
Considerações Finais.....	111
Referências Bibliográficas	117
Apêndices	126
Apêndice A – Cessão de direitos sobre depoimento oral – Maria Arminda do Nascimento Arruda	126
Apêndice B – Ações extensionistas em Turismo do SIGProj 2006-2011 (MEC, 2012).....	127
Apêndice C – Questionário	132
Anexo – Exemplo de ficha informativa SIGProj (MEC, 2012)	133

INTRODUÇÃO

A educação superior em Turismo passa por um momento de amadurecimento, do qual surgem diversas inquietações, muitas delas objetos de estudos acadêmicos que priorizam, em geral, o ensino e a pesquisa. A extensão universitária ocupa um espaço restrito nas reflexões, ainda que seja um elemento fundamental da Universidade, conforme preconiza o artigo 207 da Constituição Brasileira, o qual determina que as universidades obedeçam ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

O ensino superior em turismo no Brasil teve origem na década de 1970. Naquele momento, observava-se o início de uma demanda do mercado de trabalho para profissionais de turismo, o que estimulou as Instituições de Ensino Superior – IES – públicas ou privadas a oferecerem cursos de bacharelado em Turismo. Até 1996, a oferta desses cursos expandiu-se lentamente, somando 40 bacharelados em Turismo em todo o país. Entretanto, daquele ano até 2006, observou-se uma acelerada expansão alcançando-se 302 bacharelados em Turismo em diferentes estados. A partir desse ano, porém, observou-se uma diminuição na procura de vagas em cursos de Turismo, o que levou a uma readequação dessa oferta. Por um lado, muitas instituições privadas encerraram suas turmas, ampliando a oferta de cursos superiores tecnológicos, com duração mais curta. Por outro, as instituições públicas ampliaram a oferta de bacharelados em Turismo (ANSARAH; REJOWSKI, 1996; CARVALHO, 2008).

Nesse cenário, as pesquisas em turismo também passaram por um processo de evolução e o amadurecimento. As IES, especialmente as universidades, voltaram-se à discussão sobre a importância e os caminhos da pesquisa em turismo no Brasil. Esse processo resultou, na década de 1990, na publicação do primeiro periódico científico em turismo – a revista *Turismo em Análise* – e no fortalecimento da linha de pesquisa “Turismo e Lazer” do programa de Mestrado e Doutorado em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo – USP (REJOWSKI, 2010). Em 1998, surgiu o Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – Univali, ao qual se seguiram na próxima década outros programas como o mestrado de Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, em 2002.

Embora a extensão seja um elemento fundamental da educação superior universitária, devendo estar vinculada ao ensino e à pesquisa, no âmbito da formação em turismo, ela parece se manifestar de maneira discreta, recebendo pouca atenção e dedicação de docentes e discentes em seus estudos e atividades acadêmicos. Assim, não se compartilham as experiências – exitosas ou não – e tampouco o aprendizado que delas decorre ou poderia decorrer.

Em outras áreas, porém, a discussão sobre conceitos e práticas extensionistas são amplas. No banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – destacam-se estudos e pesquisas nas áreas de Educação, da Saúde, de Direito, Letras, entre outros (CAPES, 2012), externando reflexões, especialmente, no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES.

No Brasil, desde 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras – Forproex – tem atuado no planejamento, na organização e na sistematização da extensão nas IPES. Entre suas ações mais significativas encontra-se o Plano Nacional de Extensão, elaborado entre 1997 e 1998 (FORPROEX, 2000), que além de instituir conceitos sobre a extensão previu a organização e a sistematização das práticas extensionistas no Brasil, especialmente no âmbito das instituições públicas. Em um primeiro momento, isso ocorreu por meio do Sistema Nacional de Informações de Extensão – SIEX Brasil, aplicativo *online* para registro e divulgação de ações extensionistas. Em 2006, o Ministério da Educação – MEC – em parceria com o Forproex desenvolveu, a partir do SIEX, o Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj, com a finalidade de atender à demanda de registro, gestão, monitoramento e avaliação da extensão (MEC, 2012). À época de elaboração desta dissertação, o SIGProj contava com 17.742 registros de ações extensionistas desenvolvidas em instituições de todo o Brasil, sob diferentes modalidades, em diferentes áreas.

Esse contexto chamou a atenção desta pesquisadora que, durante suas experiências de graduação – tanto em Letras quanto em Turismo – participou de projetos e programas extensionistas¹. Ademais, em sua atuação profissional como docente de Tecnologia em Gestão de Turismo, tem observado um grande desconhecimento por parte de seus colegas docentes sobre a natureza da extensão, seus objetivos e, principalmente, as possibilidades de aplicação na área de turismo.

Dessa forma, a autora viu-se diante de alguns questionamentos: Como se caracteriza a extensão universitária em turismo nas instituições públicas do Brasil? Que tipo de atividades extensionistas em turismo se destaca? Que temas do currículo de turismo são priorizados nas ações extensionistas? Qual a concepção de extensão que norteia essas ações? Em que medida tais ações se integram ao ensino e à pesquisa?

¹ Durante a graduação em Letras na PUC/SP, como bolsista do Programa Especial de Treinamento – PET/CAPES – a autora participou de diversas atividades extensionistas, com destaque para o projeto Contando Histórias, que contemplava intervenções em creches e escolas infantis com objetivo de estimular o gosto pela leitura. Por sua vez, durante o curso de Turismo, na ECA/USP, a autora integrou a equipe do Rosa dos Ventos, projeto extensionista de Turismo Social.

Tendo em vista a disponibilidade dos dados do SIGProj e considerando que nas universidades públicas a extensão é um elemento tradicional de sua organização, vislumbrou-se a possibilidade de realizar uma investigação científica pautada no seguinte problema: Como a extensão universitária em turismo é praticada e concebida no âmbito das instituições públicas de ensino superior do Brasil?

Em decorrência deste problema, formulou-se o objetivo geral desta pesquisa, qual seja, o de demonstrar a atuação dessas instituições no que se refere à extensão universitária em turismo, com base nos dados do SIGProj. Como objetivos específicos foram estabelecidos os seguintes: a) caracterizar as atividades extensionistas em turismo registradas no SIGProj com início de 2006 a 2011; b) analisar as ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo, em relação às formas de atuação junto à sociedade e à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; c) discutir a concepção de extensão dos coordenadores das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo.

A pesquisa realiza-se mediante o método indutivo, uma vez que parte de dados particulares sobre as instituições selecionadas para compreender a extensão universitária em turismo no Brasil. Procura revelar uma realidade desconhecida e, dessa forma, com base em argumentos indutivos levar a conclusões mais abrangentes sobre ela (MARCONI, LAKATOS, 2010). Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, na medida em que procura aprimorar ideias sobre o tema (DENCKER, 2007) e quantificar e caracterizar as ações extensionistas da amostra selecionada, além de descrever detalhadamente algumas ações (MARCONI, LAKATOS, 2010). Em relação aos procedimentos técnicos adotados, o estudo pode ser identificado como bibliográfico e documental, além de incluir aplicação de questionário semiestruturado junto a informantes identificados após a pesquisa documental, isto é, os coordenadores de algumas das ações extensionistas (DENCKER, 2007).

Optou-se por trabalhar apenas com as instituições públicas por considerar que as realidades das universidades privadas e públicas são muito diferentes, o que implicaria em objetivos e práticas extensionistas também distintos. Por tratar-se de um estudo exploratório, optou-se por conhecer inicialmente uma dessas realidades. Eventualmente, em pesquisas futuras, as práticas extensionistas de instituições privadas podem ser abordadas e comparadas às das instituições públicas. A presente pesquisa tem, portanto, como recorte as ações extensionistas em turismo realizadas por IPES com base nas informações do SIGProj. Ainda que essa base de dados não abranja todas as instituições nem todo o universo de ações extensionistas realizadas no Brasil, constituía a base mais abrangente disponível na época desta pesquisa, sendo acessível a consulta pública pela internet. Acredita-se que esta pesquisa

contribui para a compreensão da extensão universitária em turismo, ampliando suas perspectivas e possibilidades, e despertando o interesse de outros pesquisadores para o estudo do tema.

O capítulo 1 – Educação Superior em Turismo – apresenta um resgate da história do turismo como objeto de estudos acadêmicos e como área de ensino superior, a fim de identificar os conteúdos, as abordagens e os conhecimentos que norteiam seu estudo e seu ensino. Discute também a concepção curricular para cursos de Turismo, de modo a contextualizar o processo no qual a extensão universitária se manifesta.

O capítulo 2 – Extensão Universitária no Brasil – discorre sobre a evolução da prática e da conceituação da extensão universitária, principalmente no Brasil, e sua configuração na contemporaneidade. Discute os desdobramentos das diferentes concepções de extensão universitária e apresenta alguns desafios para os estudiosos e extensionistas. Por fim, caracteriza de maneira preliminar a extensão universitária na área de turismo, com base em artigos científicos e trabalhos apresentados em eventos acadêmicos.

O capítulo 3 – Extensão em Turismo nas Instituições Públicas de Ensino Superior – detalha os procedimentos metodológicos utilizados e apresenta os resultados da pesquisa nos seguintes tópicos: a) caracterização das atividades extensionistas em Turismo; b) análise das ações vinculadas a bacharelados em Turismo; c) visão dos coordenadores das ações extensionistas. Por fim, os resultados são discutidos e confrontados com os principais aspectos teóricos dos capítulos 1 e 2.

1 EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TURISMO

Este capítulo trata da evolução da educação superior em turismo no mundo e no Brasil, com ênfase no ensino e na pesquisa. Para isso, aborda o turismo como área de formação superior e campo de conhecimento, tendo em vista identificar os conteúdos e abordagens que norteiam seu estudo e seu ensino. Discute também a concepção curricular para cursos de Turismo, de modo a contextualizar o processo no qual a extensão universitária se manifesta.

Cabe esclarecer que a educação superior é aqui compreendida de maneira ampla, pressupondo a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e não apenas como sinônimo de ensino superior. Segundo Dias Sobrinho (2005), o uso de *educação* para referir-se apenas ao ensino pode ser um indicativo de como a educação superior é compreendida em países pobres, isso é, como capacitação para o mercado de trabalho. Entretanto, a educação superior, desenvolvida principalmente nas Universidades, pressupõe um entendimento mais amplo: o de espaço privilegiado da produção de conhecimento integrando pesquisa, ensino e extensão (DIAS SOBRINHO, 2005). Esta é a concepção que orienta o desenvolvimento desta dissertação, ainda que a extensão universitária, por seu ineditismo como tema de uma pesquisa acadêmica em turismo no Brasil, seja abordada em um capítulo específico (capítulo 2).

1.1 Estudo do Turismo

A palavra turismo pode denominar tanto o fenômeno e as atividades decorrentes dos deslocamentos temporários de pessoas, quanto o campo de conhecimento que se dedica ao estudo de tais fenômenos e atividades. No primeiro caso, turismo pode ser compreendido como “a soma dos fenômenos e relações originados a partir da interação de regiões geradoras e hospedeiras, de turistas, fornecedores empresariais, economias, governos, comunidades e ambientes” (TRIBE, 2008, p.82). Tal definição revela as dimensões-chave do turismo, quais sejam, aquelas relacionadas ao turista, ao negócio, à comunidade hospedeira, ao ambiente hospedeiro, aos governos hospedeiros e ao país gerador do fluxo turístico (TRIBE, 2008). Essas variadas dimensões-chave do fenômeno turístico originam os diferentes enfoques que o turismo como campo de conhecimento pode receber.

Segundo Rejowski (1996), o turismo pode ser considerado um fenômeno de múltiplas facetas e, dessa forma, seu estudo pressupõe abordagens com base em diferentes disciplinas,

como a economia, a sociologia, a psicologia, a geografia e a antropologia. Além disso, outras áreas de estudo podem contribuir para o entendimento do turismo, como história, ciência política, arquitetura, saúde pública, entre outras.

Nesse sentido, o turismo – na segunda acepção citada – corresponde a um campo do conhecimento cujo estudo pressupõe contribuições de diferentes disciplinas e outros campos (TRIBE, 1997; PANOSSO NETTO, 2011). Tribe (1997) destaca que os estudos turísticos dependem de metodologias e conceitos emprestados ou adaptados de outras áreas, fato que inviabiliza a possibilidade do próprio campo vir a constituir uma disciplina. Além disso, tais conceitos não formam uma rede coesa, e o turismo não dispõe de afirmações que possam ser testadas empiricamente (TRIBE, 1997). Panosso Netto e Trigo (2009) reiteram a posição de Tribe ao afirmarem que o turismo não poderia, tampouco, ser considerado Ciência, na medida em que não apresenta princípios gerais exatos nem metodologia própria, dependendo de diversas disciplinas.

1.1.1 Evolução da pesquisa

A abordagem acadêmica do turismo não é tão recente quanto comumente se imagina. Os primeiros estudos teriam surgido na Europa no final do século XIX, priorizando os aspectos geográficos e econômicos da atividade. Segundo Panosso (2011), desde a década de 1880 o fenômeno turístico ocupa estudiosos de diversas áreas.

Para Sancho (2001), o turismo como matéria de estudos universitários despertou interesse nas décadas de 1920 e 1930, quando economistas europeus passaram a publicar os primeiros trabalhos na área. Nesse contexto, destaca-se no final dos anos de 1920 o surgimento na Universidade de Berlim, Alemanha, do Centro de Pesquisas Turísticas que daria origem à produção teórica da chamada *Escola Berlinense* do turismo, cuja produção – também voltada à questão econômica – estendeu-se até o início da Segunda Guerra Mundial.

A ideia de uma *ciência integral do turismo* teria surgido, segundo Rejowski (1996), em 1942, com a publicação de *Fundamentos Gerais do Turismo*, obra dos pesquisadores suíços Hunziker e Krapf, que propuseram uma *definição universal*, na qual o turismo é entendido como:

o conjunto de relações e fenômenos resultantes do deslocamento e da permanência de pessoas em localidades diferentes daquelas nas quais residem ou trabalham, contanto que tais deslocamentos e atividades não sejam motivados por uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária (HUNZIKER; KRAPF, 1942 apud REJOWSKI, 1996, p.16).

Go (2001) ressalva, porém, que embora Hunziker e Krapf tenham iniciado a pesquisa em turismo na década de 1940, apenas nos anos de 1970 acadêmicos anglo-americanos começaram abordar o turismo em profundidade. Segundo Pearce (1988), nas décadas de 1960 e 1970 surgiu uma bibliografia especializada sobre o turismo, especialmente nas áreas de geografia, economia, administração, sociologia e antropologia.

Vale destacar também, em 1972, o surgimento dos mestrados em Turismo nas universidades de Strathclyde e Surrey (Reino Unido), considerados iniciativas influentes para o desenvolvimento do turismo como campo de estudo (AIREY, 2008a).

Conforme Go (2001) esse período corresponderia à primeira fase na história da produção teórica em turismo. A segunda fase teria começado no início dos anos de 1980, com os trabalhos de Jafar Jafari e Brent-Ritchie que passaram a se preocupar com uma abordagem mais acadêmica e profunda. A terceira fase, por sua vez, teria se iniciado nos anos 1990, com o desafio de compreender o turismo no contexto das transformações políticas, econômicas, tecnológicas e culturais desse período.

No Brasil, a trajetória da pesquisa em turismo acompanha, de certa forma, o percurso do ensino superior na área, iniciado na década de 1970. Naquele momento, o turismo era visto como uma grande alavanca para o desenvolvimento econômico dos países, e a criação dos primeiros cursos de Turismo contribuiu para que a atividade fosse tratada de maneira mais responsável e planejada (REJOWSKI, 1996).

Apesar de ser pouco reconhecido por estudiosos de outras áreas, o turismo foi, aos poucos, procurando seu espaço no meio acadêmico. Entretanto, a carência de pesquisas científicas, de pesquisadores e de incentivos ao conhecimento teórico do turismo gerou, na década seguinte, uma fase de descrédito e estagnação da pesquisa.

Finalmente, na década de 1990, especificamente no ano de 1993, iniciaram-se as atividades da linha de pesquisa Turismo e Lazer no programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação, na USP. Até esse momento, o turismo era foco de discussões acadêmicas apenas no escopo de dissertações e teses em outras áreas (REJOWSKI, 1996), como no mestrado e doutorado em Geografia e em Economia, entre outros.

A partir da criação da criação dessa linha de pesquisa, que atuou até 2005, outras instituições criaram seus programas de pós-graduação em Turismo, entre os quais se destacam: o mestrado em Turismo e Hotelaria na Universidade Vale do Itajaí – Univali (1998); o Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi (2002); o Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS (2001); o Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília – UNB (2006); o Doutorado em Administração do

Turismo (2007) também na Univali, e o Mestrado em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2008)².

Panosso Netto e Trigo (2009) destacam que, a despeito do pensamento contrário de alguns críticos brasileiros, os estudos em turismo no Brasil avançaram significativamente desde a década de 1990, constituindo o país um líder nas pesquisas em turismo na América Latina, ao lado do México. Entre as ações que indicam os avanços do estudo do turismo no Brasil, Panosso Netto e Trigo (2009) elencam 453 livros publicados desde 1990; a existência de 20 periódicos científicos; a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Turismo – Anptur; a qualificação dos eventos, além da expansão do ensino superior na área e dos programas de pós-graduação *strictu sensu*.

1.1.2 Temáticas e enfoques

De um início voltado a questões econômicas e geográficas, os estudos turísticos passaram por diversas transformações, tanto em relação aos temas abordados quanto às perspectivas de abordagem, isto é, como o turismo é compreendido e pesquisado pela comunidade acadêmica.

Jafari (2005) procurou identificar as principais plataformas de abordagem na evolução dos estudos sobre o turismo: a) apologética ou de defesa³; b) precatória ou de advertência; c) adaptativa ou de adaptação; c) científicocêntrica ou de conhecimento científico. Esse autor ressalva que embora as plataformas tenham surgido em ordem cronológica, nenhuma delas chegou a substituir completamente a anterior e, dessa forma, elas coexistem nos estudos contemporâneos.

A plataforma apologética é resultante do esforço de indivíduos, empresas e instituições diversas direta ou indiretamente interessadas nos aspectos econômicos do turismo, que procuravam destacar os impactos positivos da atividade não só economicamente, mas também em termos sociais e culturais (JAFARI, 2005). Desenvolveu-se principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando muitos países viam o turismo como uma atividade que poderia reerguer suas economias. Com o passar do tempo, nos anos 1960, novos estudos passaram a questionar essa visão otimista do turismo, dando origem, na década seguinte, à plataforma precatória, preocupada com as consequências negativas do turismo. Do embate

² Dois outros mestrados, o mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, de 2002, e o mestrado em Turismo e Meio Ambiente, do Centro Universitário UNA, criado em 2004, encontram-se em processo de desativação face ao seu não credenciamento pela Capes em 2011.

³ Os termos após a vírgula apresentam a tradução utilizada por Rejowski (1996) ao citar trabalho Jafari (1989), em que ele já apresentava as plataformas.

entre essas duas abordagens, surgiu a plataforma adaptativa, que entende que o turismo pode causar tanto impactos positivos quanto negativos e, dessa forma, é preciso compreender o que produz tais impactos para descobrir formas alternativas de turismo, que empreguem recursos locais e sejam menos prejudiciais para as comunidades. As estratégias sugeridas por estudos dessas abordagens podem ser identificadas sob termos como turismo branco, turismo suave, turismo rural, agroturismo, ecoturismo, turismo cultural, entre outros (JAFARI, 2005).

Diante dos trabalhos originados nessas plataformas e das posições neles defendidas, os estudiosos passaram a buscar uma visão menos parcial e mais abrangente, procurando compreender o turismo como um sistema. Surgiu assim, no final do século XX, a plataforma científicocêntrica, cujos representantes procuravam fundamentar seus estudos de maneira rigorosamente objetiva e científica. Trata-se de uma abordagem *totalizadora*, multidisciplinar, que enfoca não apenas os impactos e as formas do turismo, mas sua estrutura e funções (JAFARI, 2005).

Uma vez apresentadas as abordagens do estudo turístico no século XX, Jafari (2005) procura examinar qual poderia ser a nova etapa do seu desenvolvimento científico e social, em razão dos acontecimentos da primeira década do século XXI. Nesse sentido, destaca o incentivo público que o turismo recebeu do governo e de personalidades públicas após os ataques terroristas de setembro de 2001 e a epidemia SARS em 2003. A atividade turística foi então defendida como forma de resgatar não só a atividade econômica das localidades atingidas, mas também a vida social das populações. Tais fatos, segundo o autor, teriam explicitado a função pública e a importância do turismo, originando talvez uma quinta abordagem: a plataforma do Interesse Público, isso é, uma voz que possibilita ao turismo ocupar seu lugar legítimo junto a outros setores econômicos, em nível local, nacional ou internacional (JAFARI, 2005).

Macbeth (2005), por sua vez, também propõe outras plataformas para o entendimento do turismo. Segundo ele, para Jafari a científicidade do turismo seria um sinal do amadurecimento da área, o que poderia levar à supervalorização de técnicas e métodos quantitativos, em detrimento da compreensão dos valores que envolvem a atividade turística. Para Macbeth (2005), portanto, a estrutura proposta por Jafari ignora aspectos éticos e o desenvolvimento sustentável. Logo, ele propõe que o conhecimento em turismo seja organizado em seis plataformas: apologética, precatória, adaptativa, científicocêntrica, da sustentabilidade e ética. O ponto chave deste modelo não seria o de definir uma posição ética, mas sim o de forçar um engajamento de estudiosos, políticos, profissionais, planejadores, etc.,

nas questões éticas que o turismo pode envolver; isto é, estimular esses atores a refletir sobre e a compreender as implicações de suas atitudes no desenvolvimento.

Preocupado com aspectos epistemológicos do turismo, Panosso Netto (2011) ressalta a existência de fragmentação no conhecimento sobre turismo, decorrente de estudiosos de diferentes áreas realizarem estudos dispersos a partir de diferentes pressupostos e paradigmas. Ele identifica dois grandes paradigmas nos estudos turísticos: o positivismo e pós-positivismo. O primeiro indica o método científico e a objetividade como formas de chegar ao conhecimento humano, com estudos que costumam valorizar a quantificação e as estatísticas para explicar o turismo. Já o paradigma pós-positivista inclui os estudos que buscam uma compreensão mais complexa e crítica do fenômeno turístico, como os dialéticos, os fenomenológicos, os sistêmicos, os marxistas, entre outros.

Com relação aos temas abordados nos estudos turísticos, Rejowski (1996) apresenta uma visão geral até a década de 1990, com base nas temáticas dos congressos anuais da Associação Internacional de Especialistas Científicos em Turismo – AIEST. Atualizando esses dados até a década de 2010, tem-se o quadro 1, em que se nota a variedade de temas que têm preocupado os estudiosos da área, desde aspectos mais mercadológicos – qualidade dos serviços turísticos, transporte, empreendedorismo, entre outros – até questões relativas aos efeitos do turismo nas comunidades, no meio-ambiente e na sociedade – turismo e cultura, problemas da localidade turística, limites do desenvolvimento turístico. Nota-se, inclusive, a presença das temáticas da educação e da pesquisa em turismo⁴.

Década	Temas abordados
1950	Educação em turismo, pesquisa de mercado, propaganda turística. Turismo discutido no planejamento territorial e na expansão regional.
1960	Temas da década anterior, além de medição de fluxos turísticos, problemas teóricos e práticos da localidade turística, administração de empresas turísticas.
1970	Pesquisa turística, abertura do enfoque em várias disciplinas, turismo e meio ambiente, marketing, gestão.
1980	Limites do desenvolvimento turístico, recreação, lazer. Nota-se forte presença da plataforma de advertência.
1990	Qualidade dos serviços turísticos; definições estatísticas (turista/viajante), pesquisa turística, turismo e cultura.
2000	Transporte aéreo; esporte e turismo; empreendedorismo, gestão, marketing, mercado imobiliário. Nota-se uma preocupação com a instabilidade do setor e o enfrentamento de crises.

Quadro 1 – Principais temas dos congressos anuais da AIEST por década - 1950 a 2010

Fonte: Rejowski (1996); AIEST (2012b).

⁴ Em 2011 abordou-se a promoção turística e seus desafios para o setor e em 2012 serão discutidos os avanços na pesquisa em turismo (AIEST, 2012a).

Especificamente na década de 2000, podem-se confrontar esses dados com o de Castillo Nechar e Cortés (2006) que apontam as tendências de investigação turística, a saber: ecoturismo, turismo rural, turismo social, turismo de congressos e convenções, massificação do ecoturismo, impactos socioculturais, autenticidade, desenvolvimento sustentável, gestão do patrimônio cultural, gastronomia, demanda, qualidade dos serviços, novas tecnologias, terrorismo e segurança nos deslocamentos turísticos. Observa-se nos congressos da AIEST uma preocupação especialmente mercadológica, ao passo que Castillo Nechar e Cortés apontam também tendências de estudo dos segmentos turísticos e de temáticas relativas ao desenvolvimento das localidades.

No Brasil, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo – Anptur – promove anualmente⁵ um seminário de pesquisa que congrega professores, pesquisadores e alunos dos programas de pós-graduação membros da entidade, além de docentes e estudiosos em turismo (ANPTUR, 2012). As divisões e subdivisões científicas propostas para a edição de 2012 refletem temáticas abordadas atualmente pelos pesquisadores em turismo no Brasil, como ilustra o quadro 2.

Divisão Científica	Subdivisão científica
Divisão Científica Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade (DDT)	DDT1 – Políticas Públicas de Turismo
	DDT2 – Desenvolvimento Local e Regional do Turismo
	DDT3 – Turismo, Meio Ambiente e Gestão Ambiental
	DDT4 – Avaliação de Projetos Turísticos
Divisão Científica Planejamento, Gestão e Hospitalidade No Turismo (DPG)	DPG1 – Planejamento do Destino Turístico
	DPG2 – Marketing, Serviços, Competitividade e Estratégia.
	DPG3 – Hospitalidade no Turismo
	DPG4 – Gestão do Conhecimento, Inovação e Tecnologia
Divisão Científica Cultura, Gastronomia e Lazer No Turismo (DCL)	DCL1 – Turismo, Cultura e Patrimônio
	DCL2 – Estudos Socioantropológicos em Turismo
	DCL3 – História do Turismo
	DCL4 – Turismo, Lazer e Entretenimento
	DCL5 – Turismo, Gastronomia e Restauração
Divisão Científica Formação e Pesquisa em Turismo (DFP)	DFP1 – Epistemologia e Metodologias das Pesquisas Turísticas
	DFP2 – Produção e Comunicação Científica em Turismo
	DFP3 – Formação, Qualificação e Gestão de pessoas no Turismo
	DFP4 – Formação Superior em Turismo

Quadro 2 – Divisões Científicas propostas para o Seminário Anptur 2012

Fonte: Anptur (2012).

⁵ O primeiro seminário ocorreu em 2002. A segunda edição, porém, só veio a acontecer em 2003. A partir daí, o evento teve edições anuais.

Observa-se, em várias subdivisões, a preocupação com aspectos relativos ao desenvolvimento de localidades e regiões turísticas (DDT1, DDT2, DPG2), ao passo que as empresas turísticas não recebem um tratamento específico, ainda que – evidentemente – possam ser abordadas em diferentes subdivisões. Outro aspecto digno de nota é o meio ambiente ser citado literalmente apenas em uma subdivisão (DDT3), com o que se depreende que esteja também implícito em outros temas, como Planejamento do Destino Turístico e Sustentabilidade. Por outro lado, a cultura é abordada em uma grande divisão, contemplando discussões referentes ao patrimônio (DCL1), à história do turismo (DCL3) e à gastronomia (DCL5). Destaca-se também a importância de aspectos relacionados à educação superior em turismo na DFP.

1.1.3 Construção do conhecimento

Desde meados do século XX, pesquisadores do turismo tem tentado explicar as bases do conhecimento turístico e compreender seus fundamentos e a validade das teorias propostas. Esse processo implica, necessariamente, uma reflexão epistemológica, como destacam Panosso Netto e Trigo (2009). Segundo Tribe (1997), a epistemologia para o conhecimento do turismo oferece um benefício duplo ao possibilitar certo controle de qualidade do conhecimento turístico e estabelecer as fronteiras dos estudos na área.

A fim de mapear as disciplinas e áreas envolvidas no estudo do turismo, Jafari e Ritchie (1981) elaboraram um dos principais modelos explicativos do estudo do turismo. Este primeiro modelo contemplava 16 disciplinas, tendo sido ampliado por Jafari em 2005 com a inclusão de Religião e História, como ilustra a figura 1.

Os quadrados externos indicam os departamentos ou disciplinas, e os retângulos internos referem-se à maneira como esses conteúdos podem ser oferecidos em um curso de Turismo. Ao centro, localiza-se o estudo do turismo. O esquema proposto por Jafari explicita a multi e a interdisciplinaridade do turismo, na medida em que diversas disciplinas enfocam um mesmo problema ou desafio (TRIGO, 1998), e se integram no centro dos estudos turísticos. Entretanto, Jafari e Ritchie (1981), enfatizam a importância de o ensino do turismo ser conduzido de maneira transdisciplinar, isto é, além das disciplinas.

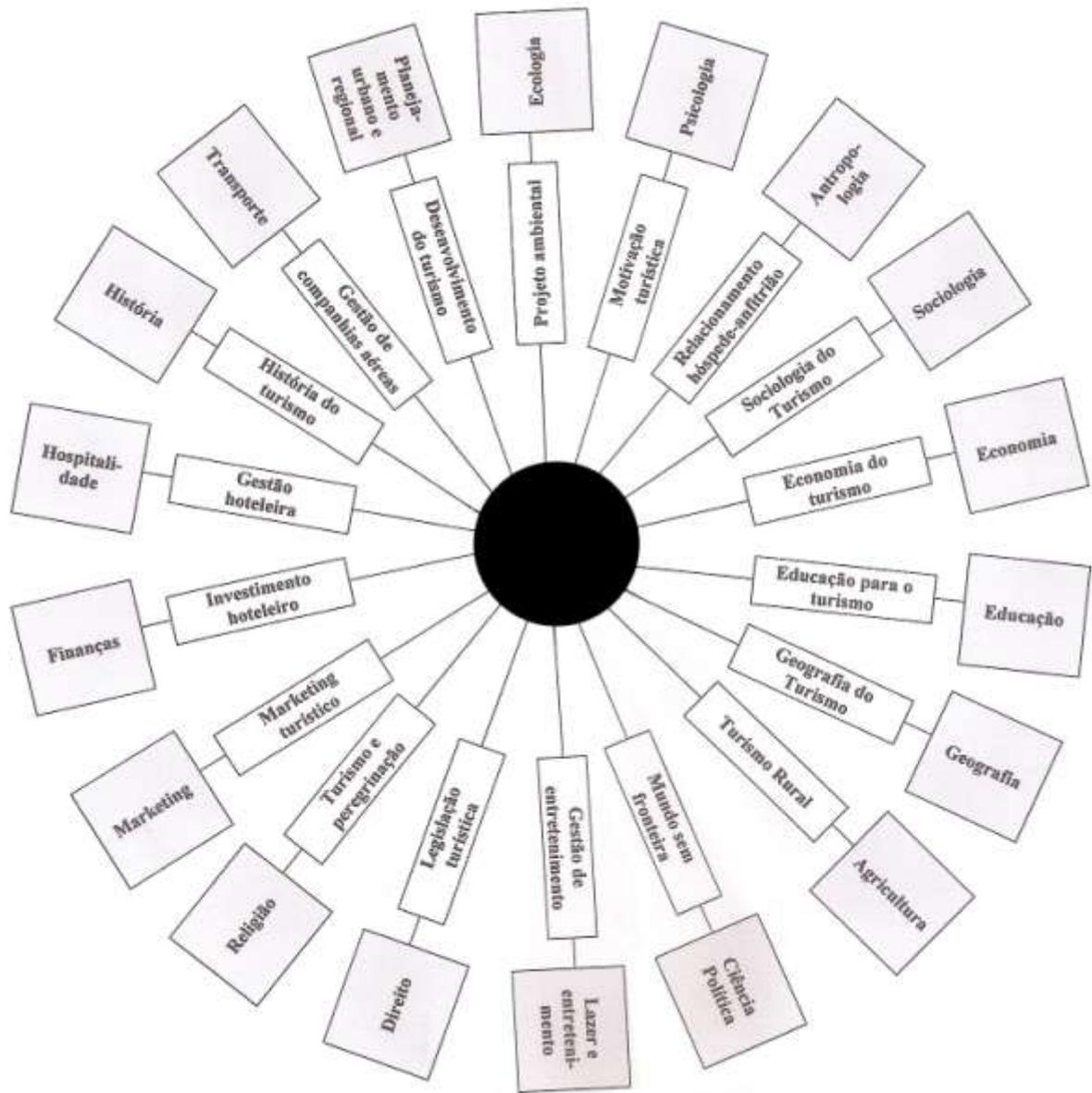


Figura 1 – Fundamentação Interdisciplinar dos Estudos Turísticos
 Fonte: Adaptado de Jafari (2005).

A abordagem multidisciplinar envolve diversas disciplinas voltadas à compreensão de um mesmo problema ou questão. Dessa forma, cada disciplina contribui com seu próprio corpo de conhecimentos, sem necessariamente estabelecer relações entre as ideias das diferentes áreas envolvidas; o estudante é quem constrói essa integração. Já nos estudos interdisciplinares, a integração de conceitos e ideias faz parte da proposta pedagógica que pressupõe um esforço para promover relações entre os conceitos das diversas disciplinas entre si e com o campo de estudo (JAFARI; RITCHIE, 1981).

A transdisciplinaridade, por sua vez, corresponde ao mais alto nível de integração entre as disciplinas. Ao passo que os estudos interdisciplinares têm como ponto de partida as

diferentes disciplinas, a abordagem transdisciplinar parte de um problema ou indagação e, por meio da metodologia de resolução de problemas, aciona os conhecimentos daquelas disciplinas que possam contribuir para encontrar a resposta ou a solução (JAFARI; RITCHIE, 1981). Como esclarece Trigo:

Os programas interdisciplinares iniciam-se com as disciplinas, ao passo que a transdisciplinaridade tem como ponto de partida um desafio ou problema, e, pelo processo de solução de problemas, auxiliado por diversos campos de conhecimento, procura chegar a uma solução ou resolução viável. (TRIGO, 1998, p.159)

Nesse sentido, Rejowski (1996) destaca que a abordagem transdisciplinar pressupõe o envolvimento de um grupo de especialistas que trabalhem em conjunto sem impor suas próprias ideias. “Seria o estado ideal para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em turismo” (REJOWSKI, 1996, p. 22). É importante considerar, porém, que a abordagem transdisciplinar pode representar uma utopia, tendo em vista a estrutura das IES e a formação do corpo docente. Jafari e Ritchie (1989) reconhecem as dificuldades para a efetivação da transdisciplinaridade, uma vez que as universidades costumam ser organizadas em departamentos e os professores nem sempre estão preparados para trabalhar com método de resolução de problemas. Nesse sentido, enfatizam que o ensino do turismo ocorra, pelo menos, de forma multi ou interdisciplinar.

Ainda que a transdisciplinaridade exija uma enorme transformação das instituições e dos profissionais da educação, ela deve ser almejada para dar conta não apenas da complexidade do turismo como área de estudo, mas também da sociedade dinâmica em que os futuros graduados atuarão, como profissionais, pesquisadores, mas principalmente como cidadãos.

O modelo de Jafari e Ritchie é um dos mais difundidos nos trabalhos e publicações sobre o estudo do turismo no Exterior, entretanto Tribe (1997) identifica algumas fragilidades nesta proposta. Segundo ele, no círculo externo, Jafari e Ritchie mesclam disciplinas e departamentos, o que é inadequado por causar confusões conceituais. Sociologia, Economia e Psicologia, por exemplo, são disciplinas; porém Transporte e Educação correspondem àquilo que deve ser estudado. O ideal seria, de um lado, congregar o que é estudado e de outro os métodos de análise, isto é, as abordagens disciplinares.

Tribe (1997) acredita também que, na realidade, dois campos de investigação emergem do modelo de Jafari e Ritchie: o estudo dos negócios em turismo e o estudo daquilo que não diz respeito aos negócios e aos aspectos empresariais. O campo de estudo do turismo seria, portanto, a soma desses dois campos de investigação. Entretanto, esse autor admite ser

esta uma separação tênue, na medida em que aspectos ambientais, por exemplo, também afetam os negócios em turismo. De qualquer forma, propõe um modelo na tentativa de superar as fragilidades identificadas no de Jafari e Ritchie (1981).

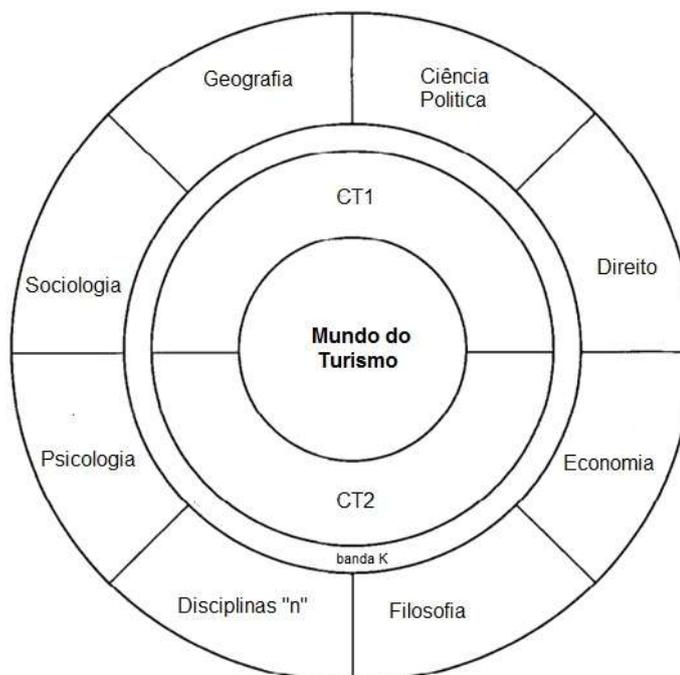


Figura 2 – Criação do Conhecimento Turístico segundo John Tribe
Fonte: Adaptado de Tribe (1997).

No círculo externo encontram-se as disciplinas envolvidas no estudo do turismo; note-se o campo denominado Disciplinas “n” indicando a possibilidade de infinitas disciplinas serem agregadas. No círculo interno, são representados os dois campos do turismo: CT1, que corresponde ao estudo dos aspectos comerciais do turismo, isto é, com ênfase em questões empresariais e de negócios, como marketing, estratégia corporativa, legislação e gestão; e CT2, que abrange o estudo dos aspectos não comerciais, entre os quais impactos ambientais, percepções do turista, capacidade de carga, impactos sociais. A soma desses dois campos constitui o campo do turismo: $CT = CT1 + CT2$. Entre esses dois círculos encontra-se a área em que o conhecimento turístico efetivamente criado, ou seja, a construção dos conhecimentos em turismo dar-se-á pela confluência das diferentes disciplinas e os campos do turismo. Dessa forma, a banda K pode ser considerada o lugar da atividade interdisciplinar do estudo do turismo.

No centro do modelo, encontra-se o mundo do turismo, também denominado por Tribe (1997) *Modo 2*, em referência ao estudo de Gibbons (1994 apud TRIBE, 1997) que descreve dois modos de produção de conhecimento: o modo 1, disciplinar e tradicional, e o modo 2, que opera de maneira de maneira transdisciplinar no contexto de aplicação dos problemas.

Conclui-se, portanto, que para Tribe (1997) o mundo do turismo é produto de um conhecimento transdisciplinar, ou melhor, extradisciplinar, como ele propõe que seja denominado este tipo de conhecimento a fim de evitar confusões com *interdisciplinar*: “O conhecimento do Modo 2 é produzido fora da estrutura disciplinar, por isso o termo *extradisciplinar* é mais visto como mais apropriado” (TRIBE, 1997, p. 652).

Tribe (1997) procura explicar melhor a natureza do conhecimento Modo 2, considerando que é produzido para além das fronteiras do Ensino Superior. Ao passo que o conhecimento tradicional é avaliado em razão de sua metodologia e de avaliação por pares, o conhecimento do Modo 2, é monitorado com base na solução de problemas.

Esta posição de Tribe é especialmente relevante para a extensão universitária, pois se o conhecimento é produzido fora dos limites universitários, para se fazer relevante a Universidade deve também expandir suas fronteiras. Evidentemente, a extensão é parte da educação superior, da produção do saber universitário. Apresenta, porém, um alto potencial de aproximar o saber universitário daquele construído fora de seus muros. Evidentemente, o modelo de Tribe não está imune a críticas. Panosso Netto (2011), por exemplo, o descreve como estritamente rígido para o estudo do turismo, ignorando o fator humano em sua abordagem.

Além disso, embora tenha procurado apontar as fragilidades do modelo de Jafari e Ritchie, Tribe limitou-se a identificar apenas sete disciplinas envolvidas no estudo do Turismo, ao passo que aqueles autores procuraram compor uma visão abrangente dos saberes que contribuem para o estudo do turismo.

No Brasil, o grande paradigma dos estudos turísticos é o sistêmico, que tem em Mário Beni seu autor mais representativo (PANOSSO NETTO, 2011). Em 1988, por ocasião de seu doutorado, Beni propôs o Sistur – Sistema de Turismo, como um modelo teórico referencial para a aplicação na pesquisa. Para ele, o turismo deveria ser estudado como um sistema, isto é, como um conjunto de partes que interagem para atingir determinado fim, de acordo com um plano ou princípio (BENI, 2007).

No Sistur de Beni (2007), o turismo é entendido como um sistema composto de três conjuntos: Relações Ambientais, Organização Estrutural e Ações Operacionais. Cada um desses conjuntos, por sua vez, é formado por subsistemas, como ilustra a figura 3.

SISTEMA DE TURISMO (SISTUR) – MODELO REFERENCIAL

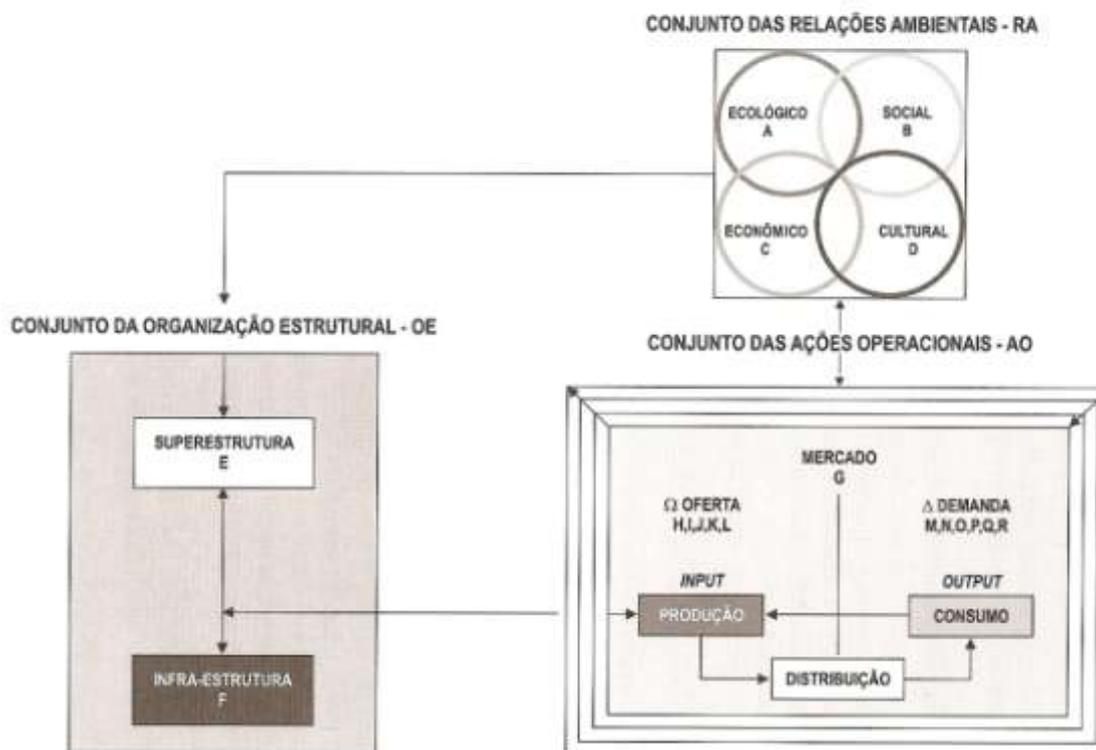


Figura 3 – SISTUR – Sistema de Turismo segundo Mário Carlos Beni
Fonte: Beni (2007).

O conjunto das Relações Ambientais agrupa, portanto, os subsistemas ecológico, social, econômico e cultural. O conjunto das Ações Operacionais, por sua vez, compreende essencialmente a oferta – subsistema de produção, a demanda – subsistema de consumo, e a relação entre eles – subsistema de distribuição. Por fim, o conjunto da Organização Estrutural abrange os subsistemas da superestrutura e da infraestrutura. O primeiro corresponde à organização pública e privada que permite o funcionamento do Sistur; compreende, dessa forma, a política oficial de turismo e sua ordenação jurídico-administrativa. Já o subsistema da infraestrutura contempla as condições básicas que possibilitam o funcionamento dos equipamentos turísticos e a prestação de serviços (BENI, 2007).

Lohmann e Panosso Netto (2008) apresentam as principais vantagens e desvantagens do estudo do turismo com base na Teoria Geral de Sistemas: por um lado, proporciona uma visão holística (do todo); possibilita segmentar o sistema em várias partes, a fim de estudá-las separadamente, e proporciona um estudo interdisciplinar. Por outro, ao separar o sistema turístico de outros sistemas ocasiona uma visão fragmentada do objeto de estudo e pode induzir ao equívoco de se ignorar que o turismo integra um sistema maior. Apesar de suas eventuais desvantagens, o Sistur constitui importante referencial para o estudo e o ensino do

turismo no Brasil. Lima e Rejowski (2011) sugerem que, além dos modelos de Jafari e Ritchie (1981) e de Tribe (1997), os currículos dos bacharelados em turismo no Brasil foram principalmente influenciados pelo Sistur proposto por Mário Beni.

Cita-se que nas grades curriculares dos bacharelados em Turismo no Brasil, baseados no Sistur nas décadas de 1990 e 2000, nota-se a presença de disciplinas com conteúdos propostos por Jafar Jafari, como Geografia do Turismo e Sociologia do Turismo dentre outros (REJOWSKI, 2011).

1.2 Ensino Superior de Turismo

1.2.1 Antecedentes históricos

Embora universidades da Áustria e da Alemanha tenham criado cadeiras especializadas em turismo já no início do século XX, apenas a partir da década de 1960 o turismo como curso superior ganhou espaço em instituições de outros países, como França, em 1961 e Estados Unidos, 1963, entre outros (REJOWSKI, 1996). Segundo Airey (2008b), esses primeiros cursos surgiram para atender às necessidades do que parecia ser um promissor setor econômico.

Segundo Rejowski (1996), inicialmente a abordagem do turismo nas universidades ocorreu por meio da criação de cursos de hotelaria e da inserção de disciplinas de turismo em cursos de outras áreas, evidenciando a complexidade desse campo de estudos que pode ser estudado por diferentes abordagens.

Segundo Cooper, Sheperd e Westlake (2001), até as décadas de 1970 e 1980, os cursos de Turismo nos países desenvolvidos emergiam de diferentes departamentos, relacionados a geografia, esportes ou negócios, sem planejamento e coordenação entre eles. Nesse percurso, é possível identificar três maneiras pelas quais o estudo do turismo se desenvolveu em âmbito acadêmico: a) com enfoque vocacional, voltado ao treinamento de habilidades para trabalho no setor turístico; b) como aplicação da indústria, isto é, como forma de ampliar os estudos de administração; c) como desdobramento de disciplinas tradicionais, como a geografia e a sociologia (COOPER, SHEPERD, WESTLAKE, 2001).

Para Cooper, Sheperd e Westlake (2001), nas últimas décadas do século XX, a educação em turismo passou por uma transição de foco e importância, deixando de ser apenas um suplemento para disciplinas mais reconhecidas para, rapidamente, constituir uma área com infraestrutura educacional e intelectual.

Dessa forma, da década de 1960 à de 2000 a educação em turismo deixou de ser apenas um pequeno campo de estudo, voltado à profissionalização e aos negócios, para transformar-se em uma área abrangente e complexa, com bibliografia própria, comunidade de acadêmicos e lastro curricular (AIREY, 2008b).

Segundo Airey (2008a), a partir de 1990, ocorreram duas mudanças significativas no desenvolvimento da educação em turismo: em primeiro lugar, o currículo se expandiu além de suas origens profissionalizantes e começou abordar temas mais abrangentes como a antropologia, o meio ambiente, entre outros. Como consequência e impulsionado pelo crescimento contínuo da atividade turística, os programas da área passaram a atrair estudiosos e pesquisadores de outras disciplinas (AIREY, 2008a).

No Brasil, a educação superior em turismo iniciou-se na década de 1970 com a abertura de dezesseis cursos de Turismo em diferentes instituições do Brasil, com predomínio da região Sudeste (TEIXEIRA, 2006). Diferentemente do que ocorreu na Europa ocidental e na América do Norte, onde os cursos iniciaram-se como expansão de outros cursos ou como disciplinas dentro de cursos já existentes, no Brasil muitos deles iniciaram-se com autonomia própria, por iniciativa de seus fundadores (BARRETTO; TAMANINI; SILVA, 2004).

O primeiro curso data de 1971 – Faculdade de Turismo do Morumbi, atual Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo. Entretanto, como afirma Teixeira (2006) foi em 1973 que o turismo se fortaleceu como *objeto de estudo acadêmico e científico*, em razão da criação do primeiro bacharelado em Turismo em uma instituição pública: a Escola de Comunicações e Artes da Universidade São Paulo – ECA/USP.

Três fatores poderiam explicar o início da educação superior em turismo na década de 1970: o amadurecimento do setor turístico, demandando profissionais qualificados; a valorização do lazer, principalmente após o final da década de 1960, e a falta de vagas em instituições de ensino superior, facilitando a abertura de novos cursos, especialmente em instituições privadas (TEIXEIRA, 2006).

Segundo Barretto, Tamanini e Silva (2004), observava-se, naquele momento, uma maior demanda por matrículas em cursos superiores, o que estimulou o surgimento de instituições privadas de ensino superior para suprir a falta de vagas no ensino público. O surgimento dos cursos de Turismo estava relacionado ao projeto desenvolvimentista nacional, que estimulava a profissionalização da mão de obra para o setor turístico (DENCKER, 2006)⁶.

⁶ Nesse período, destacam-se a criação do Conselho Nacional de Turismo – CNTur – e da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur – no ano de 1966, tendo como principais ações a ampliação do parque hoteleiro nacional e a fiscalização das atividades das agências de viagens (REJOWSKI, 1996; TEIXEIRA, 2006).

Nos anos de 1980, novos cursos foram criados, entretanto, muitos deles encerraram brevemente suas atividades, na medida em que a década sofria os impactos da profunda crise econômica⁷ que atingia o país (ANSARAH, 2002). Até o final da primeira metade da década de 1990, o crescimento da oferta de cursos de Turismo foi moderado. Entretanto, na segunda metade, assistiu-se à ampliação vertiginosa do número de vagas em cursos na área. Um dos fatores que pode explicar este impulso é o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (REJOWSKI, 2011). O PNMT foi um programa desenvolvido pelo governo federal entre 1994 e 2001, com o objetivo principal de conscientizar e capacitar as populações de diversos municípios em relação às potencialidades do desenvolvimento turístico; ao todo foram atingidos 497 municípios brasileiros (BRASIL, 2002). Segundo Rejowski (2011), por estimular o desenvolvimento turístico das localidades, o programa gerou uma grande demanda por capacitação e formação em turismo o que pode ter estimulado o ensino superior na área.

Até 1996, havia no país 40 cursos superiores de Turismo, 8 de Hotelaria; 1 de Turismo e hotelaria. A ampla maioria desses cursos – 83% – era oferecida por instituições privadas, com destaque para as regiões Sudeste e Nordeste (ANSARAH; REJOWSKI, 1996). Em seis anos, este número cresceu em proporções gigantescas, atingindo em 2002 um total 293 bacharelados em Turismo, 22 em Hotelaria e 19 em Turismo e Hotelaria, ainda com predomínio das instituições privadas (ANSARAH, 2002). A procura por formação em turismo também cresceu. No vestibular da USP em 2000, por exemplo, havia 63 inscritos por vaga, mais que o dobro dos inscritos para carreiras tradicionais como medicina, direito e engenharia (FUVEST, 2000).

Segundo Ansarah (2002), essa expansão acelerada da educação superior em turismo ocorreu, muitas vezes, sem critério e sem preocupações efetivas com a qualidade dos cursos. É importante lembrar, inclusive, que nesse momento não havia ainda um corpo docente na área com qualificação para atender à nova demanda. Dessa forma, o que se assistiu foi à propagação de propostas de cursos inadequadas, baixa qualidade dos cursos e visão negativa sobre os egressos dos cursos de Turismo (REJOWSKI, 2011). Por outro lado, a expansão dos cursos de Turismo na década de 1990 pode ter sido responsável pela melhoria na qualidade dos serviços em turismo, como destaca Trigo (2002).

⁷ Na década de 1980, o Brasil passou uma crise econômica de grandes proporções marcada por altas taxas inflacionárias, aumento do déficit público e diminuição do PIB.

A primeira década do século XXI assistiu ao início de uma preocupação da academia com a qualidade dos cursos da área de turismo que contavam naquele momento com uma oferta muito ampla de vagas, que, aos poucos, passou a não ser completamente preenchida, o que levou ao encerramento de alguns cursos (ANSARAH, 2002; CARVALHO, 2008).

Por outro lado, estudo de Carvalho (2008), com base em dados do Ministério da Educação, verifica que embora a oferta de cursos na área de Turismo e Hospitalidade⁸ tenha aumentado entre 2001 e 2006, ela o fez em índices inferiores ao crescimento geral de cursos superiores no Brasil; além disso, constatou que o número de interessados por vagas na área não sofreu grandes alterações, ainda que tenha havido uma redução no número total de ingressos. Para Carvalho (2008), esses seriam indícios de que a crise no ensino de turismo naquele momento estava relacionada, especialmente, à abertura equivocada de novos cursos. Essa hipótese não explicaria, porém, a efetiva diminuição no número de matrículas, tampouco o fechamento de cursos tradicionais, como o bacharelado em Turismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS – que teve início em 1972 e foi extinto, após anos com queda nas matrículas, em 2010. Em seu lugar, a PUC/RS passou a oferecer o curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, com duração abreviada.

A esse respeito, cabe destacar, na década de 2000, o aumento da expressividade dos cursos superiores de Tecnologia na área de Hospitalidade e Lazer: Eventos, Gastronomia, Gestão Desportiva e de Lazer, Gestão de Turismo e Hotelaria⁹. Segundo Carvalho (2008), naquela década, as Tecnologias de Eventos e de Gastronomia destacaram-se como tendências na área.

No momento de realização desta pesquisa, o Ministério da Educação (BRASIL, 2012) contabilizava 378 cursos superiores de Tecnologia na área de Lazer e Hospitalidade, sendo 116 (30,7%) em Gastronomia; 98 (25,9%) em Gestão de Turismo; 69 (18,3%) em Eventos; 67 (17,7%) em Hotelaria e, finalmente, 28 (7,4%) em Gestão Desportiva e de Lazer.

À mesma época, identificaram-se 373 bacharelados presenciais em Turismo em atividade em todo o Brasil¹⁰, sendo 355 estritamente Bacharelados em Turismo e 18 com

⁸ O estudo citado considerou os cursos de Administração de Eventos, Administração em Turismo, Administração Hoteleira, Gestão do Lazer, Gastronomia, Hotelaria, Hotelaria e Restaurantes, Eventos, Lazer e Turismo, Planejamento e Organização do Turismo, Recreação e Lazer, Turismo, Turismo e Hotelaria e Viagens e Turismo.

⁹ No Brasil, a educação superior abrange cursos sequenciais, cursos de graduação, cursos de pós-graduação e cursos de extensão. Para mais informações, pode-se consultar Scheneider (2005) e Araújo (2006), além das regulamentações disponíveis no site do Ministério da Educação (MEC, 2012).

¹⁰ Esse número inclui cursos autorizados, mas que não necessariamente estão abrindo novas turmas, com o que não se tem noção da oferta exata desses cursos.

habilitações variadas¹¹. Desses 373 cursos, 323 (86,6%) são oferecidos por instituições privadas, e os demais por instituições públicas. No que diz respeito à localização dos mesmos, destaca-se a região Sudeste com 156 (41,8%) dos cursos; seguida pelo Nordeste, com 98 (26,3%); pelo Sul com 55 (14,7%). As regiões Centro-Oeste e Norte oferecem apenas, respectivamente, 38 (10,2%) e 26 (7%) bacharelados presenciais em Turismo.

1.2.2 Desafios e dilemas contemporâneos

Embora a educação superior em turismo tenha evoluído consideravelmente desde seu início 1990 (AIREY, 2008a), ainda enfrenta riscos e desafios. Airey e Tribe (2008) citam algumas das incertezas que os educadores de turismo têm enfrentado nas últimas décadas:

[...] mal-entendidos sobre o que o estudo do turismo aborda, dúvidas acerca da seriedade da matéria, preocupações em relação à dependência excessiva em relação [...] ao conhecimento *extradisciplinar*, inquietações sobre o equilíbrio apropriado entre profissionalismo e academicismo, questões relacionadas à necessidade de um currículo básico, desafio de identificar um único corpo de conhecimento relativo ao turismo, preocupação sobre a melhor localização dos cursos de Turismo nos sistemas organizacionais e institucionais, invisibilidade associada ao turismo (AIREY; TRIBE, 2008, p.679)

Segundo Airey (2008a), a educação em turismo enfrenta dois principais riscos: o de restringir-se a práticas profissionalizantes e reflexões sobre o mundo do trabalho e, por outro lado, o de ignorar às suas conexões com o setor turístico. Curiosamente, a despeito de sua origem empresarial, voltada ao treinamento profissionalizante, observa-se, na contemporaneidade, uma lacuna existente entre universidade e empresas (COOPER; SHEPERD; WESTLAKE, 2001; WANG; AYRES; HUYTON, 2010).

Outro fator que apresenta desafios ao ensino do turismo é a tecnologia. Segundo Liburd e Hjalager (2010), a internet, por exemplo, oferece oportunidades para repensar e reorganizar a construção e difusão do conhecimento, exigindo que as instituições de ensino provenham a seus alunos experiências de aprendizado dinâmicas que os habilite a atuar de maneira sustentável e efetiva num setor em constante transformação. Nesse sentido, Liburd e Hjalager (2010) enfatizam a necessidade das IES proverem estruturas e métodos de aprendizagem que possam responder às rápidas transformações da sociedade. Segundo esses autores, os estudantes, cada vez mais, demandam experiências que possibilitem integração

¹¹ Lazer e Turismo (1), Turismo Binacional (1), Turismo e Hotelaria (6), Turismo e Lazer (1), e nove cursos com ênfases diversas, como Gastronomia, Eventos, Meio Ambiente, Marketing Turístico, Gestão Hoteleira e Planejamento e Organização do Turismo. Além dos bacharelados em Turismo identificados, deve-se mencionar também a existência de um curso de Administração com ênfase em Turismo e Hotelaria.

compreensiva e lógica entre teoria e prática. Entretanto, isso não deve ocorrer simplesmente como um treinamento profissional avançado; é preciso encontrar novas maneiras de promover tal integração (LIBURD; HJALAGER, 2010).

No contexto nacional, Ansarah (2002) apresenta preocupações em relação à carência de formação prática nas IES. Tal carência explica-se, em parte, pelos altos custos demandados para a instalação de laboratórios e contratação de recursos humanos especializados. Dessa forma, propõe que se encontrem soluções alternativas, como associações de estudantes, programas de cooperação educativa, na reciclagem, nas iniciativas de criação ou associação, como empresas juniores, bolsas de trabalho. Ansarah (2002) elenca algumas possibilidades de práticas pedagógicas em cursos de Turismo: vivência na elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal, vivência na elaboração e operacionalização em Semanas de Turismo, vivência na elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, vivência na elaboração do trabalho de análise interdisciplinar, vivência em estágios profissionalizantes. Embora a autora não utilize a expressão *extensão universitária*, algumas dessas práticas podem ser realizadas sob a forma de ações extensionistas. Logo, pode-se concluir que a extensão pode proporcionar formação prática ao levar o aluno à atuação direta na sociedade em que atuará como profissional.

Stergius (2008), ao tratar do ensino de turismo, aborda alguns dos grandes dualismos que envolvem essa discussão: teoria *versus* prática, abordagem profissionalizante ou empresarial *versus* perspectivas mais amplas. Ele defende, porém, que a educação superior em turismo vá além desses dualismos e realize uma síntese entre a relevância profissionalizante e a educação desafiadora. Os educadores de turismo devem, assim, estimular a reflexão e a ação, assumindo uma concepção complexa do mundo do turismo em detrimento de uma concepção apenas empresarial e profissionalizante. O professor terá como papel transformar um grupo de alunos numa comunidade de aprendizado.

Os estudantes têm de fazer algo mais estimulante que apenas ouvir e tomar notas, de preferência em cooperação mútua, e trabalhar em questões e ideias que lhes permitirão identificar diversos aspectos e formas de conhecimento turístico. O desenvolvimento da aprendizagem baseada em pesquisa, as atividades apoiadas pelos pares, a utilização criteriosa de estudos de caso, exercícios e projetos em grupo e trabalhos de conclusão de curso proporcionam mecanismos para alcançar isso (STERGIUS, 2008, p.396).

Embora ele não use o termo indissociabilidade, o princípio está implícito nessa concepção. Ensinar é, na visão de Stergius, mais que congregar alunos em uma sala, devidamente disciplinados e atentos à exposição do professor. Ensinar, portanto, é proporcionar prática, instigar para a pesquisa.

Segundo Airey (2011)¹², as universidades de todo o mundo passam por tempos turbulentos, com cortes de recursos para atividades de vários cursos, especialmente aqueles não tradicionais. Na Inglaterra, por exemplo, a partir de 2012 apenas as áreas de matemática, engenharia e tecnologia contariam com financiamento do governo para seus cursos e demais atividades acadêmicas. Nesse contexto, Airey (2011) acredita que, para sobreviverem, os cursos de Turismo precisarão contar com estudantes dispostos a investir financeiramente em sua formação. Logo, será necessário às universidades oferecerem um produto competitivo, isto é, excelência e garantia de inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, os cursos superiores de Turismo deverão contar com recursos financeiros para se promoverem e reputação capaz de atrair os estudantes. Para tornar isso possível, as universidades deverão monitorar três aspectos de suas atividades: o ensino, a pesquisa e o impacto (AIREY, 2011). Tendo-os como base, Airey (2011) delinea o *check-up* da saúde da educação superior em turismo nas universidades do Reino Unido (quadro 3) e sugere encaminhamentos para a educação superior em turismo. Embora ele se refira ao Reino Unido, suas recomendações podem ser aplicadas também à realidade brasileira. Em relação ao ensino, deve-se procurar manter a qualidade dos cursos e o nível de interesse dos estudantes por vagas na área. No que tange à pesquisa, devem ser desenvolvidas estudos relevantes e que apresentem discussões além do turismo, com abordagem quantitativa. Por fim, no que diz respeito ao impacto, é preciso que as pesquisas e os estudos tenham relevância e aplicabilidade à sociedade (AIREY, 2011).

¹² Informações fornecidas por David Airey em palestra proferida dentro da programação do II Simpósio Formação e Atuação Profissional em Turismo, Lazer e Hospitalidade, em 23 de maio de 2011, na Escola de Artes e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – EACH/USP. Por meio de e-mail de setembro de 2011, David Airey enviou o arquivo da apresentação utilizada na palestra e informou à autora desta dissertação que o conteúdo será abordado em artigo ainda em produção.

1 Ensino	
1.1 Recrutamento (procura por vagas)	Aumento da procura por cursos da área de turismo, viagem e transportes.
1.2 Qualidade	Índices adequados de satisfação dos estudantes. Nota de corte inferior às das áreas de negócios, letras e matemática.
1.3 Currículo	Iniciativas inovadoras como o TEFI ¹³ e o ALTC Project ¹⁴ . Periódicos especializados. Existência de livros-texto. Resistência a algumas iniciativas de suporte ao ensino. Dúvidas sobre o turismo como objeto de estudo.
2 Pesquisa	
2.1 Abordagem	Variedade de métodos, programas de doutoramento, turismo não mais na periferia dos estudos, mas em seu centro. Desequilíbrio entre estudos qualitativos e quantitativos (os primeiros predominam em mais de 60%).
2.2 Produção	Pouca expressividade no ranking de publicações científicas e nos índices de citações.
2.3 Resultados	Pesquisas e estudos em turismo tem ganhado reconhecimento junto à comunidade acadêmica.
3 Impacto	
3.1 Empregabilidade	Absorção pelo mercado de trabalho na área em torno de 50%.
3.2 Engajamento/influência	Lacuna entre pesquisadores e setor turístico, gerando certa hostilidade.

Quadro 3 – *Check-up* da Educação Superior em Turismo no Reino Unido

Fonte: Adaptado de Airey (2011).

Nesse sentido, acredita-se que as atividades de extensão possam configurar oportunidade privilegiada para garantir o impacto da educação superior em turismo na sociedade, uma vez que as mesmas podem explicitar as contribuições que a pesquisa em turismo pode trazer às comunidades em geral, além de indicar questões de pesquisa relevantes. Ademais, as atividades extensionistas podem motivar especialmente os estudantes, na medida em que garantem a integração entre teoria e prática e possibilitam o exercício da autonomia e a inovação para a resolução dos problemas que se apresentam no contato com a realidade.

¹³ TEFI – Tourism Education Future Initiative é uma iniciativa de professores e pesquisadores de Turismo, especialmente de Pauline Sheldon e Daniel Fensemmeir que, a desde 2006, dedicam-se ao estudo de estratégias para a educação superior em Turismo, por meio da realização de eventos anuais (TEFI Marathon) e de discussões na plataforma *online* Innoutour (TEFI, 2012). O TEFI Institute é sediado nos Estados Unidos, mas congrega participantes de todo mundo que acreditam no desenvolvimento de uma educação específica para a área, global e unificada, sob os pilares de valores universais que a longo prazo fortalecerão o turismo como promotor de laços sociais entre e nos próprios países (SOGAYAR, 2011).

¹⁴ Projeto vinculado ao Australian Learning and Teaching Council – ALTC – e ao Council for Australasian University Tourism and Hospitality Education – CAUTHE. Tem como objetivo mapear os currículos de turismo e hospitalidade em universidades australianas, com o comprometimento de estabelecer um diálogo entre empresas do setor, instituições de ensino e comunidade acadêmica sobre o futuro da educação e da prática em turismo e hospitalidade. (CAUTHE, 2012).

1.3 Turismo e currículo

1.3.1 Discussões gerais

Durante aproximadamente quarenta anos, diversos estudiosos dedicaram-se exaustivamente a discussão do currículo em turismo, isto é, sobre aquilo de que deve ocupar-se a educação superior na área. De modo geral, os estudos abordavam os conteúdos que os currículos ou matrizes curriculares deveriam incluir e a que disciplinas deveriam se relacionar. Entretanto, em uma concepção mais ampla, currículo não é apenas uma lista de tópicos de conhecimento, mas tudo aquilo que a educação superior pode proporcionar ao estudante.

Segundo Tribe (2008), currículo é um programa completo de experiências educacionais, organizadas como um curso de graduação que envolve módulos ou disciplinas, especificados como os conteúdos do curso (TRIBE, 2008, p.78). Esse autor trabalha com a ideia de espaço e estrutura curriculares. O espaço curricular corresponde ao conjunto de possíveis conteúdos, isto é, aquilo que *pode ser* abordado. Já a estrutura curricular representa o conteúdo real, as escolhas feitas a partir do espaço curricular.

Trigo (1998, p.199) sintetiza em tópicos princípios para a educação em turismo na sociedade contemporânea, dentre os quais se podem destacar:

O turismo deve ser ensinado de maneira transdisciplinar. [...] A educação deve centrar-se na capacidade de o aluno pensar, expressar-se claramente, resolver problemas e tomar decisões.[...] as áreas de turismo, hotelaria e gastronomia precisam de atividades práticas e estágios supervisionados, seja em situações controladas de laboratórios ou em ambientes reais de trabalho.

Segundo Trigo (1998), as instituições de ensino parecem não ter acompanhado as várias transformações pelas quais a sociedade passou, continuando a trabalhar com atividades de memorização, currículos rígidos e entediantes, como se os alunos ainda estivessem sendo preparados para atuar em fábricas. O que se espera de um recém-formado, porém, é muito mais que isso:

[...] o ideal é que o jovem profissional seja capacitado para resolver – ou evitar – problemas, seja dinâmico, criativo e tenha capacidade de aprender a aprender. [A educação] deve se centrar na capacidade de o aluno pensar e se expressar claramente, resolver problemas e tomar decisões (TRIGO, 1998, p. 191).

Em raciocínio semelhante, Tribe (2002) propõe que o currículo em turismo vise à formação do que ele chama de profissional filosófico (*philosophic practitioner*), isto é, um profissional que atue na gestão dos negócios turísticos, oferecendo serviços eficientes e

efetivos, e procure compreender o turismo e a sociedade de maneira abrangente. Assim, o currículo deve abranger os objetivos e as posturas necessárias à formação deste profissional. Os objetivos referem-se aos propósitos do currículo – profissional ou liberal; e as posturas às maneiras de estudo e expressão por meio das quais tais objetivos são atingidos, isto é, ação ou reflexão (TRIBES, 2002). O cruzamento dos objetivos e das posturas originaria os domínios-chave para o currículo do profissional filosófico (quadro 4)¹⁵.

OBJETIVOS	POSTURAS	
	Reflexão	Ação
Liberal	Reflexão liberal	Ação liberal
Profissional	Reflexão profissional	Ação profissional

Quadro 4 – Objetivos e posturas do currículo do profissional filosófico
Fonte: Tribes (2002).

Em relação ao domínio da *ação profissional*, o currículo deve contemplar a preparação para eficiência no trabalho. Já a *reflexão profissional* implica o estímulo ao desenvolvimento do conhecimento crítico de cada indivíduo, confrontando um diálogo entre a teoria e a realidade com base em suas experiências (TRIBES, 2002; 2008).

No quadrante da *reflexão liberal*, devem fazer-se presentes atividades filosóficas contemplando a tentativa de revelar a verdade, o ceticismo sustentável e a busca pela vida plena (TRIBES, 2002; 2008). A criatividade de pensamento é permitida, logo, a *reflexão liberal* corresponde a um espaço infinito de ideias possíveis (TRIBES, 2002). Pode-se dizer que o papel da *reflexão liberal* é a compreensão e a avaliação crítica da sociedade do turismo; trata-se, portanto, de uma concepção de currículo que reflete sobre o mundo do turismo e as questões éticas a ele relacionadas (TRIBES, 2008, p.91).

A *ação liberal* será consequência dessa abordagem reflexiva, traduzindo em ações os entendimentos e as críticas sobre o turismo. Nesse sentido, a ética e o justo tratamento das comunidades afetadas pelo turismo são essenciais. A *ação liberal* deve causar mudanças individuais e, principalmente, sociais, na forma de ação colaborativa. Portanto, o discurso desse quadrante inclui noções de criação de mundo, emancipação e libertação (TRIBES, 2002).

¹⁵ Os termos utilizados diferem em parte da tradução realizada do texto de Tribes (2008a), publicado no Brasil, em que ele cita o artigo de 2002, publicado apenas em língua estrangeira. Na publicação de 2008, *reflective liberal* e *liberal action* são traduzidos como “reflexões sobre cultura geral” e “atuação relativa à cultura geral”. Entretanto, com base na leitura do artigo de 2002, em que o conceito do profissional filosófico é exposto com maior detalhamento, prefere-se adotar uma tradução mais próxima do texto original, na medida em que a expressão “cultura geral” no Brasil parece não ser tão abrangente quanto o proposto pelo autor.

O pesquisador cita, inclusive, a obra de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, ao afirmar que a ação liberal demanda ações para a criação de um novo mundo.

A ação liberal impõe que sejam tomadas medidas para literalmente ajudar a criar um novo mundo, ou como Freire explica: "... criando e recriando... decidindo e escolhendo e, em última instância, participando do processo histórico da sociedade (TRIBE, 2002, p.7)¹⁶

A formação do profissional filosófico, portanto, pressupõe reflexão crítica, ação transformadora e domínio dos conhecimentos sobre turismo. Logo, sua proposta curricular deverá contemplar não apenas os conteúdos acadêmicos necessários à formação do que no Brasil chamamos bacharel em Turismo, ou turismólogo, mas o papel desse profissional no mundo e a maneira como tais conteúdos podem atuar nessa sociedade de maneira transformadora.

1.3.2 Currículo no Brasil

No Brasil, na época de realização desta pesquisa, dois documentos orientavam a elaboração dos currículos dos cursos superiores em Turismo: a *Resolução n. 13 de 24 de novembro de 2006* (BRASIL, 2006), que estabelece as Diretrizes Curriculares para bacharelados em Turismo, e o *Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia* (BRASIL, 2010) que orienta os cursos superiores de tecnologia no eixo Hospitalidade e Lazer, quais sejam, Eventos, Gastronomia, Gestão Desportiva e de Lazer, Gestão de Turismo e Hotelaria.

O *Catálogo* indica a carga horária mínima e descreve, brevemente, o escopo de cada curso, tendo em vista a atuação profissional do egresso. O tecnólogo em Gestão de Turismo é assim apresentado:

O tecnólogo em Gestão de Turismo atua no planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado. Desenvolve ações no âmbito do planejamento turístico, agenciamento de viagens (emissivas, receptivas e operadores de turismo), transportadoras turísticas e consultorias voltadas para o gerenciamento das políticas públicas e para a comercialização e promoção dos serviços relativos à atividade. A identificação dos potenciais turísticos do receptivo, considerando a diversidade cultural e os aspectos socioambientais para o desenvolvimento local e regional, constitui-se atividade relevante deste profissional. (BRASIL, 2010)

¹⁶ Tradução da autora.

Ainda que o documento não apresente maiores detalhamentos, percebe-se tratar-se de um enfoque predominantemente profissional, centrado na atuação nas empresas do setor turístico.

Já a *Resolução* é bem mais detalhada, descrevendo a estrutura mínima para os Projetos Pedagógicos de Curso, o perfil do profissional, as habilidades e competências a serem desenvolvidas e os campos de formação. Segundo Leal (2004), as diretrizes permitem adequações conforme as realidades regionais de cada IES, entretanto, determina a obrigatoriedade de diversas disciplinas que, não necessariamente, são adequadas a todas elas (LEAL, 2004). Segundo esse documento, o graduado em Turismo deve estar capacitado e apto para

[...] compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional. (BRASIL, 2006)

O documento elenca também, em dezenove itens, as competências e habilidades necessárias ao bacharel em Turismo. O quadro 5 apresenta uma tentativa de agrupar essas competências e habilidades conforme os domínios da proposta curricular de Tribe (2002).

Evidentemente, trata-se de uma elaboração preliminar e, em alguns casos, os itens poderiam encaixar-se em mais de um domínio. Porém, o quadro possibilita visualizar quais devem ser, conforme o MEC, as prioridades curriculares nos bacharelados em Turismo. Há elementos em todos os domínios, entretanto, o maior peso aparece na coluna relativa à ação e, principalmente, no domínio da ação profissional.

A *Resolução* também identifica três campos de formação que devem ser contemplados na estrutura curricular: conteúdos básicos, conteúdos específicos e conteúdos teórico-práticos. Os conteúdos básicos relacionam-se com a dimensão liberal do currículo do profissional filosófico, na medida em que contemplam “aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas” (BRASIL, 2006).

<p style="text-align: center;">Reflexão liberal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social. • Compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem. 	<p style="text-align: center;">Ação liberal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados. • Utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais. • Integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais. • Profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico. • Conhecimentos específicos e adequado desempenho profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.
<p style="text-align: center;">Reflexão profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo. • Positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo. • Domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana. 	<p style="text-align: center;">Atuação profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. • Domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais. • Domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos. • Adequada aplicação da legislação pertinente. • Planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento. • Classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão. • Domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista. • Utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais; • Domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida; • Habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos.

Quadro 5 – Competências e habilidades do bacharel em Turismo (BRASIL, 2006) à luz do currículo para o profissional filosófico proposto por Tribe (2002)

Fonte: Elaboração própria.

Os conteúdos específicos, por sua vez, referem-se à “Teoria Geral do Turismo e à Teoria da Informação e da Comunicação, relacionando o turismo a outras disciplinas como administração, direito, economia, estatística, contabilidade, além do domínio de ao menos uma língua estrangeira” (BRASIL, 2006). Nesse caso, não é possível situá-los em um domínio específico do currículo do profissional filosófico, pois dependendo de sua abordagem, podem relacionar-se às posturas reflexivas ou de ação, e aos objetivos profissionais ou liberais. A disciplina de Direito, por exemplo, pode envolver tanto discussões sobre aspectos práticos da legislação de agências de viagens, quanto reflexões éticas.

Os conteúdos teórico-práticos, por sua vez, são descritos como “estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios” (BRASIL, 2006). Sua denominação sugere um vínculo à reflexão profissional, entretanto, durante sua prática o estudante deverá também atuar junto à sociedade e, dessa experiência, poderão surgir oportunidades também para a atuação e a reflexão liberal.

Esses campos de formação podem ser contemplados não apenas por meio de atividades relacionadas ao ensino presencial – sala de aula – mas também a outras experiências, como o estágio, as atividades complementares e o TCC. O primeiro constitui elemento curricular obrigatório, porém as atividades complementares e o TCC são opcionais.

O desenvolvimento do TCC pode dar-se em diferentes modalidades, como monografia, projeto de iniciação científica, projetos teórico-práticos e de formação profissional. As atividades complementares, por sua vez, podem realizar-se dentro e fora do ambiente acadêmico, e devem abranger estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, e ações culturais de extensão junto à comunidade. Participação em eventos acadêmicos e culturais, realização de trabalhos voluntários, participação em pesquisas e visitas a mostras e exposições são exemplos de possibilidades de atividades complementares.

Pode-se observar, dessa forma, que a *Resolução* vai ao encontro do defendido por Tribe (2008) ao definir currículo como um programa completo de experiências educacionais e não apenas blocos de conteúdos. A esse respeito, deve-se destacar que tais essas experiências, contempladas nas diretrizes curriculares brasileiras por meio das atividades complementares, do TCC e do estágio obrigatório, constituem oportunidades privilegiadas para o desenvolvimento de ações extensionistas integradas ao ensino e à pesquisa.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Este capítulo apresenta como a prática e a conceituação de extensão se estabeleceram ao longo da história, principalmente no Brasil, e sua organização na contemporaneidade, sobretudo no caso das instituições públicas. Discute os desdobramentos das diferentes concepções de extensão universitária e apresenta alguns desafios para os estudiosos e extensionistas. Por fim, caracteriza a extensão universitária na área de turismo, como base em pesquisas bibliográficas.

2.1 Aspectos evolutivos e conceituais

2.1.1 Origens

O termo *extensão* remete aos significados de estender, alcançar. Sua origem etimológica é latina, derivada de *extensio* ou *extentio* que denomina a ação de estender, espalhar, derramar. Já a palavra *universitária* refere-se aquilo que é relativo ou pertencente à Universidade (HOUAISS, 2011). A extensão universitária seria, portanto, a ação de estender à sociedade o que é produzido na Universidade.

A etimologia da expressão explicita uma série de inquietações conceituais que ocuparam e ocupam diversos estudiosos da educação superior, como Paulo Freire, uma vez que compreender a extensão como um derramamento de benefícios produzidos pelo conhecimento universitário seria prepotente e unilateral, pressupondo que a Universidade é a única detentora do saber e das soluções para a sociedade.

Para compreender os desdobramentos da extensão universitária é fundamental resgatar historicamente como a mesma tem sido concebida e praticada, especialmente no Brasil, onde se localizam as instituições examinadas nesta pesquisa. Segundo Cunha (2010), os impasses vividos pela Universidade no país podem ser explicados pela história desta instituição na sociedade local. Nesse sentido, convém lembrar que a Universidade brasileira não foi concebida para atender às demandas essenciais da realidade, mas sim como “[...] um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento” (CUNHA, 2010, p.2).

No ocidente, a Universidade teve sua origem no século XII, quando estudantes se organizaram sob a forma de corporações. Naquele momento, a preocupação estava voltada

essencialmente ao ensino, sendo que a pesquisa ocorria fora dos muros das escolas. Como exemplo, pode-se citar o modelo universitário francês¹⁷, do qual, em geral, serviu-se o Brasil (SOUSA, 2010).

Rocha (2001) afirma que análises mais recentes indicam que o extensionismo teria suas origens na universidade medieval, na medida em que os universitários irradiavam os conhecimentos para a sociedade, por meio, por exemplo, da participação em ações de assistência à população carente e de apresentações públicas sobre o aprendizado feito.

A Universidade Medieval perdurou na Europa até o século XIX, quando as novas demandas sociais geradas pela Revolução Industrial deram origem ao que poderia se denominar de Universidade Moderna, uma instituição preocupada com a prestação de serviços à comunidade. “Essa nova concepção apresentava a necessidade de uma educação continuada, que não terminasse na infância, mas seguisse por toda a vida” (SOUSA, 2001, p. 109). É neste cenário, especialmente nas universidades inglesas, que nasce a extensão universitária como forma de atuar na preparação técnica para o modo de produção industrial (SOUSA, 2001). Segundo Nogueira (2001), a extensão universitária surgiu vinculada à ideia de educação continuada, atendendo não somente às camadas economicamente desfavorecidas, mas também à população adulta em geral por meio de cursos e outras atividades. A experiência inglesa acabou por criar o que se poderia chamar modelo de extensão europeu, caracterizado pela oferta de cursos de educação continuada e formação técnica (SOUSA, 2001).

Segundo Serrano (2008), as primeiras práticas extensionistas inglesas exemplificam o *modelo de transmissão vertical de conhecimento*, o primeiro de quatro momentos conceituais por ela identificados na história da extensão universitário – juntamente com *voluntarismo*, *ação sociocomunitária* e *modelo acadêmico institucional*. No modelo da transmissão vertical do conhecimento, a universidade se apresenta como detentora de um saber absoluto e superior, ignorando a cultura e o saber populares (SERRANO, 2008); o saber é de tal forma transmitido – e não construído – verticalmente.

No século XIX, também na Inglaterra, surgiram as Universidades Populares, que acabaram sendo implantadas em outros países europeus.

¹⁷ No modelo francês ou napoleônico, a Universidade é “[...] concebida como um serviço estatal para satisfazer a necessidade de formar funcionários públicos, promover o desenvolvimento econômico da sociedade e criar uma elite indispensável ao funcionamento do Estado. Os docentes fazem parte do grupo de servidores públicos; não há autonomia universitária, já que tanto seus objetivos quanto o programa curricular são os mesmos em todo o território nacional. Apesar disso, é grande o poder dos docentes universitários, por suas características de classe social de alto prestígio, permitindo-lhes ser particularmente influentes na elaboração dos cursos e na definição da política universitária” (HORTALE; MORA, 2004, p.939).

Nas Universidades Populares, os estudantes colocavam em prática metodologias, tecnologias e difundiam concepções de educação e de vida em sociedade, o que não tinham condições de vivenciar nas Universidades em que estudavam. Para eles, educação era um ato de amor, um amor engajado que implicava luta por uma sociedade mais justa. [...] (ROCHA, 2001, p. 19)

A extensão inglesa alcançou, alguns anos depois, as universidades americanas, onde se manifestou em atividades de prestação de serviços nas áreas rurais e urbanas, de prestação de serviços técnicos, de difusão técnico-científica, de cursos profissionalizantes entre outros (NOGUEIRA, 2001; ROCHA, 2001). Esse tipo de prática extensionista, vinculada aos ideais da Revolução Americana e a projetos de desenvolvimento regional, teve posteriormente forte influência na América Latina, onde se procurou implantar uma extensão técnica vinculada a programas de desenvolvimento.

A extensão na América Latina foi influenciada também pelo extensionismo praticado nas Universidades Populares, incorporado como bandeira dos movimentos estudantis no início do século XX, com destaque para o Movimento de Córdoba, a partir de 1918, na Argentina (ROCHA, 2001).

O Movimento foi o resultado da articulação entre os estudantes da Universidade de Córdoba em favor de uma reforma universitária diferente daquela tradicionalmente presente na América Latina, isto é, dependente de um paradigma colonial de organização da educação superior (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2008). O Movimento defendeu seu manifesto em 1918, enfatizando a relação entre universidade e sociedade por meio, principalmente, de propostas de extensão universitária que permitissem a divulgação do conhecimento universitário às chamadas “classes populares” (MELO NETO, 2002)¹⁸.

A extensão concebida pelo Movimento de Córdoba exemplifica, conforme Serrano (2008), o momento do voluntarismo ou da ação voluntária sociocomunitária, isto é, as práticas extensionistas que objetivam ações filantrópicas, com vínculos ideológicos, comprometida com mudanças sociais. O voluntarismo, por um lado, dá à extensão um caráter meramente político e ideológico, muitas vezes ignorando o método; por outro, apresenta um avanço na história da extensão, uma vez que sinaliza necessidade de uma transformação social.

¹⁸ De modo geral, pode-se dizer também que o movimento de Córdoba foi marcado pelas propostas de administração compartilhada entre professores, estudantes e egressos, autonomia universitária plena, frequência livre, estabelecimento de concursos para professores. O movimento resultou na chamada Reforma de Córdoba, que se irradiou por toda a América Latina, influenciando diversos movimentos semelhantes (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2008).

2.1.2 Fase inicial

Como aponta Fávero (2006), nos períodos colonial e monárquico havia grande resistência da metrópole para a criação de uma universidade, e as elites brasileiras formavam-se, essencialmente, na Europa. Em 1808, com a transmigração da Família Real para o Brasil, são instituídos cursos médicos em Salvador e no Rio de Janeiro, o que contribui para a criação das matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (VILLANOVA, 1948 apud FÁVERO, 2006). Entretanto, essas novas escolas tinham caráter essencialmente profissionalizante, voltadas formar profissionais para o governo. Embora muitas delas tenham constituído embriões de futuras universidades, naquele momento elas atuavam de maneira isolada, sempre sob atribuição do Poder Central (FÁVERO, 2006).

Do final do século XIX até a Revolução de 1930, diferentes dispositivos legais passaram a promover certa “desoficialização” do ensino, o que propiciou o surgimento das universidades. É, dessa forma, que em 1909 surgiu a Universidade Livre de Manaus; em 1911, a Universidade Livre de São Paulo, e em 1912, a do Paraná¹⁹. Apenas em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, foi instituída pelo Decreto n.14.343 (FÁVERO, 2006).

Segundo Cunha (2010), usualmente defende-se que a origem do ensino superior no Brasil tenha seguido o modelo napoleônico da Universidade Portuguesa, privilegiando instituições isoladas de formação profissional que atendessem às demandas da época. Embora essas instituições procurassem atender as aspirações das elites de ter seus filhos como bacharéis, deve-se destacar que contribuíram para a instalação de uma base de serviços sociais e para o surgimento posterior das primeiras universidades (CUNHA, 2010).

No que diz respeito especificamente à origem de práticas extensionistas no país, pode-se citar como pioneira a experiência da Universidade Livre de São Paulo que, de 1914 a 1917,

¹⁹ A Universidade Livre de Manaus – fundada como Escola Universitária Livre de Manaós – foi desativada em 1926. As faculdades de Direito, Odontologia e Agronomia passaram a funcionar como unidades isoladas de ensino superior, mantidas pelo Estado. Em poucos anos, restou apenas a Faculdade de Direito, que formou os primeiros bacharéis em 1914, e foi incorporada pela Universidade Federal do Amazonas, criada em 1962 (UFAM, 2012). A Universidade Livre de São Paulo era mantida pelo setor privado sem a fiscalização do governo e oferecia os cursos de medicina, de belas artes, comércio, engenharia, odontologia, farmácia e direito, sendo o principal deles o de medicina. Sua fundação desencadeou o debate sobre a criação de uma faculdade de medicina oficial do Estado. Em 1912, o Governo do Estado iniciou o processo de criação da faculdade oficial de medicina – atual Faculdade de Medicina da USP – e a Universidade Livre enfrentou dificuldades para seu reconhecimento. Em 1917, ela deixou de funcionar (FACULDADE..., 2012). A Universidade Livre do Paraná, por sua vez, extinguiu-se em 1915, em razão da reforma que impedia a existência de universidades em cidades com menos de 100 mil habitantes (FEIJÓ, 2011).

oferecia conferências abertas ao público. Os temas, porém, não eram relacionados às problemáticas sociais e políticas da época e, portanto, acabaram por não despertar tanto interesse das classes populares (SOUSA, 2010; CARBONARI, PEREIRA, 2007; GURGEL, 1986).

A partir da década de 1930, mais especificamente do ano de 1931, uma concepção de extensão institucionalizada e legalizada começou a se delinear no país. O termo foi utilizado pela primeira vez na legislação da educação brasileira no Decreto-Lei n. 19.851, que estabelecia o Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras (SOUSA, 2010). Os anos 1930 corresponderam, assim, ao momento em que os dirigentes universitários e nacionais assumiram a extensão universitária, que deixou de ter um caráter político para configurar-se como prestação de serviços (ROCHA, 2001).

Conforme Nogueira (2001), a concepção de extensão adotada naquele momento é explicitada por um trecho da Exposição de Motivos do Decreto encaminhado pelo Ministro Francisco Campos ao Presidente da República:

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo [...] (BRASIL, 1931)

Esse trecho evidencia a ideia de extensão universitária como derramamento de benefícios da Universidade que, por sua vez, seria o espaço privilegiado e mais indicado para formar a cultura do povo. Nota-se que o trecho pressupõe também um conceito de cultura relacionado à erudição que, dessa forma, não teria lugar fora dos muros da Universidade. Segundo Sousa (2001, p.111), a forma como a extensão é tratada no Estatuto reflete a também a ideia de que a IES deveriam funcionar como “agentes de desenvolvimento”, atuando como difusoras do saber e da cultura.

De forma geral, nesse momento, a extensão recebeu grande destaque na legislação brasileira, porém, o que se verificou nas universidades foram atividades que complementavam a formação de seus alunos e a atualização de seus egressos, beneficiando não as classes populares, mas aqueles que já tinham acesso a ela (NOGUEIRA, 2001).

2.1.3 Décadas de 1960 e 1970

Nos anos 1960, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei n.4.024 de 1961 – e mais uma vez foi possível notar uma discrepância entre a legislação e a prática extensionista. Por um lado a LDB contemplava apenas brevemente a extensão ao estabelecer, no artigo 69, que as instituições de ensino superior poderiam oferecer cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão abertos àqueles que cumprissem os pré-requisitos exigidos. Por outro lado, na prática, ainda que de forma desvinculada das instituições, os estudantes desenvolviam diversas atividades extensionistas além dos cursos, extrapolando o determinado pela legislação (NOGUEIRA, 2001).

[...] A União Nacional dos Estudantes – UNE – tinha uma proposta de atuação no sentido de levar o estudante a participar da vida social das comunidades, propiciando a troca de experiências entre estudantes de áreas profissionais afins, e realizava ações de atendimento a comunidades carentes. Sua maior contribuição foi a metodologia de trabalho utilizada, que possibilitava a reflexão sobre as ações realizadas. (NOGUEIRA, 2001, p. 59)

Dessa forma, pode-se dizer que, na década de 1960, a prática extensionista passou a se preocupar não tanto com a difusão do conhecimento, mas com a busca de ações que contribuíssem para a transformação social do país, por meio da inserção da universidade na realidade socioeconômica, política e cultural do país (CARBONARI; PEREIRA, 2007).

Os estudantes se envolveram em ações concretas compromissadas com as classes populares, procurando não apenas prover assistência, mas também conscientizá-los sobre seus direitos (NOGUEIRA, 2001). Como exemplo pode ser citada a criação, em 1962, do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife – SEC/UR, iniciativa de Paulo Freire e de outros intelectuais da época em conjunto com o reitor. Uma das principais ações da SEC/UR eram os projetos de educação popular, que procurava formar alfabetizadores no sistema Paulo Freire de Educação (VERAS; MENDONÇA, 2004).

No Brasil, a partir do Golpe de 1964, o governo passou a combater o movimento estudantil, e se apropriou de algumas ações dos estudantes como forma de envolvê-los em ações assistencialistas vinculadas aos ideais de Desenvolvimento e Segurança. É o caso do Projeto Rondon e do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – Crutac. Tais procedimentos poderiam ser entendidos como estratégias para envolver os estudantes em ações sociais sob o controle do governo (NOGUEIRA, 2001).

O Projeto Rondon teve início em 1967, sendo institucionalizado em 1968. Vinculado ao Ministério do Interior e às Forças Armadas, promovia operações em que universitários se

dirigiam a diferentes regiões do Brasil para conhecer outras realidades e contribuir com o desenvolvimento por meio de ações profissionais específicas. Em um estágio mais maduro, o Projeto constituiu campi avançados em áreas de interesse governamental (GURGEL, 1986). Em 1989, o Projeto foi desativado, sendo relançado em 2005 vinculado aos Ministérios da Defesa e da Educação. Tem atualmente a finalidade de levar os estudantes às regiões brasileiras menos favorecidas, dando-lhes a oportunidade de conhecer outras realidades, socializar saberes e elaborar soluções participativas que diminuam as deficiências estruturais locais, e consolidem a formação dos universitários como cidadãos (BRASIL, 2011).

Já o Crutac teve início em 1965 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e constituía na instalação de núcleos em diferentes regiões do estado. Originalmente voltado a questões médico-sanitárias, abrangeu aos poucos estudantes de diversas áreas. Igualmente, o programa expandiu-se para outros estados como Maranhão, Pará, Amazonas, Goiás, Espírito Santo, Piauí, Rio de Janeiro. O Crutac foi extinto pelo MEC em 1977 (GURGEL, 1986).

O Projeto Rondon e o Crutac são principais expoentes do momento denominado por Serrano (2008) como o da ação sociocomunitária institucional, estabelecido no contexto das décadas de 1960 e 1970, quando o movimento estudantil e a extensão universitária eram vistos como um risco ao regime militar. Dessa forma, o governo brasileiro instituiu programas esporádicos e desvinculados das universidades para cooptar os estudantes.

[...] o movimento de ação sócio-comunitária institucional [...] em sua natureza institucional tinha o vício de não ser vinculada as universidades e sua prática sócio-comunitária não era sistemática, nem sistêmica, os estudantes eram levados a conhecer apenas parte da realidade trabalhada e não estabeleciam vínculos mais permanentes com o local. (SERRANO, 2008, p. 8).

Ao final da década de 1960, a Reforma Universitária de 1968 restringe as ações das IES e impede sua autonomia, o que gera o rompimento com a concepção da extensão como diálogo com a comunidade (CARBONARI; PEREIRA, 2007). A Reforma legaliza a indissociabilidade entre Ensino e Pesquisa, porém a extensão é citada apenas de forma indireta abordando as duas vertentes da extensão mais presentes no Brasil: a europeia, voltada à oferta de cursos, e a americana, que prioriza a prestação de serviços (NOGUEIRA, 2001).

Paralelamente, entre os anos 1960 e 1970, intelectuais e educadores de diferentes países da América Latina retomaram a discussão sobre o papel da extensão universitária como missão social (ROCHA, 2001). Ainda em 1968, Paulo Freire, em exílio no Chile, publica *Extensão ou comunicação*. Na obra, o autor alerta para os pressupostos embutidos na palavra *extensão*, que deveria ser substituída por um termo que enfatizasse a comunicação

(BOTOMÉ, 2001). Freire se preocupava com o caráter invasivo da prática extensionista como uma falsa ação educativa, já que não provocava mudanças, mas apenas transmitia, estendia os saberes universitários àqueles considerados menos favorecidos.

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realiza, a necessidade que sentem aqueles que a fazem de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. [...] Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc. E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo [...]. (FREIRE, 1983, p.13)

Para eliminar tal equívoco, ele defende uma mudança conceitual e terminológica de extensão para comunicação, já que esta ocorre mediante um diálogo entre dois sujeitos pensantes e ativos. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p.46).

Embora Paulo Freire tenha colocado essa discussão já na década de 1960, ainda hoje ela é atual. Segundo Botomé (2001), essa proposta de mudança não foi efetivamente considerada importante; ademais, abrigava uma pergunta difícil de ser respondida sobre a possibilidade de a sociedade ser, ao mesmo tempo, gênese e destino da pesquisa científica e do ensino superior.

Na década de 1970, o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB – elaborou as Diretrizes da Extensão Universitária, defendendo que a Universidade deveria ter interligadas as suas funções de ensino, pesquisa e extensão, sobre as quais deveriam firmar-se as instituições de ensino superior. Em 1975, o MEC cria a Coordenação de Atividades de Extensão e elabora o Plano de Trabalho Nacional de Extensão que assegura a este Ministério a competência de propor a política de extensão brasileira (NOGUEIRA, 2001). Naquele documento, a extensão é definida como

[...] a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa (MEC/DAU, 1975 *apud* NOGUEIRA, 2001)

Notam-se, nesta definição, alguns avanços conceituais: o público alvo da extensão é ampliado para além daquele tradicionalmente atendido pelos cursos de extensão, propõe-se claramente uma relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e surge a ideia de uma comunicação entre sociedade e universidade (NOGUEIRA, 2001).

2.1.4 A partir da década de 1980

Na década de 1980, com o fim das ditaduras, fortaleceram-se os movimentos sociais, e os responsáveis pela extensão universitária passaram a cobrar do Ministério da Educação apoio financeiro e autonomia para criar programas, projetos e ações condizentes com as realidades específicas de cada instituição. Nesse período, têm lugar experiências extensionistas variadas, mas ainda voltadas principalmente à prestação de serviços (ROCHA, 2001).

Na América Latina, o final desta década e os anos 1990 foram marcados pela realização de encontros de docentes das Universidades, a partir dos quais começou a estruturar-se uma Associação de Extensionistas Latino-Americanos. No Brasil, o fato mais marcante foi a criação em 1987 do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras – Forproex (ROCHA, 2001). Desde então, a entidade tem atuado na interlocução com os órgãos governamentais, na elaboração de planos e programas nacionais de extensão, na realização de eventos e na publicação de cadernos e estudos e na estruturação da Rede Nacional de Extensão – Renex, que mantém cadastro atualizado das instituições integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão – SIEX Brasil – banco de dados sobre as práticas de extensão no país (RENEX, 2011).

Segundo Serrano (2008), a criação do Forproex marca o *momento acadêmico institucional* no panorama da extensão no Brasil: desmistifica-se a extensão como militância política, iniciando a discussão sobre a indissociabilidade entre os fazeres acadêmicos. A extensão passa a ser vista, assim, como uma via de mão dupla e conhecimento que proporciona uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade (SERRANO, 2008).

Em 1987, durante o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras elaborou-se um conceito de extensão universitária que deveria orientar a prática, especialmente, das universidades públicas:

A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, e que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados - acadêmico e popular - terá como consequência a produção

de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2000, p.5)

Segundo Nogueira (2001), este conceito supera as concepções de extensão como mera transmissão de conhecimentos e atividade assistencialista isolada do ensino e da pesquisa; a ideia de tripé – três funções isoladas – dá lugar à visão do trabalho acadêmico como um *processo orgânico*, contínuo e coletivo. Pode-se dizer que o conceito apresentado pelo Forproex pressupõe não mais a soma, mas a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Se no âmbito acadêmico, ampliava-se o conceito de extensão, a legislação brasileira não seguia no mesmo sentido, restringindo-se a concepções do início do século e tratando a extensão com superficialidade (NOGUEIRA, 2001). A LDB de 1996 indica como função da Educação Superior “[...] promover a extensão, aberta à participação das populações, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996). Por sua vez, o Plano Plurianual 2000-2003, define como objetivo do Programa Nacional de Extensão Universitária “[...] promover o aperfeiçoamento dos alunos universitários e prestar serviços socioculturais à comunidade” (BRASIL, 1999). Observa-se na LDB a ideia de extensão como derramamento do “privilegiado saber universitário”. Já o Plano Plurianual reconhece a possibilidade de diálogo, ao prever o aprendizado dos estudantes, ainda que de forma restrita à prestação de serviços.

Cunha (2010) enfatiza que a LDB de 1996 admitiu a existência de ensino superior sem pesquisa, que só seria obrigatória para as universidades, o que significa uma regressão na concepção de educação superior. Por outro lado, a Constituição determinava a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas não se viam esforços que possibilitassem tal integração e, assim, essas três ações aconteciam – e pode-se dizer que ainda acontecem – de maneira isolada. Ao mesmo tempo, as políticas públicas progressivamente fortaleceram a pós-graduação *strictu sensu*, e consequentemente a pesquisa, principalmente por meio do rigoroso sistema de avaliação estabelecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (CUNHA, 2010).

A esse respeito, Cunha (2010) destaca que a própria estrutura de funcionamento dos órgãos federais relacionados ao ensino superior provocou uma dicotomia no vínculo das universidades com o MEC, uma vez que a graduação é supervisionada pela Secretaria de Educação Superior – SESU –, e a pós-graduação pela CAPES. Tal condição reforça a ideia de

que pesquisa é tarefa da pós-graduação, e o ensino caracteriza a graduação. A extensão, por sua vez, estaria à margem desse processo, com frágil regulação e pouco financiamento:

[...] atingida pelas políticas globais das últimas décadas, tende, em termos de prestígio, a ser identificada com a prestação de serviços, muitos dos quais realizados com o sentido da captação de recursos, alterando substancialmente sua missão original” (CUNHA, 2010, p.7).

Segundo Nogueira (2001), do ponto de vista governamental situam-se duas concepções: aquela em que a extensão é tida como prática assistencialista que substitui as funções do Estado e aquela em que se desenvolve como prestação de serviços dirigida a um público que pode pagar por elas, favorecendo a arrecadação de recursos para as instituições de ensino.

Entre 1997 e 1998, o Forproex elaborou o *Plano Nacional de Extensão Universitária*, com o intuito de orientar o desenvolvimento da atividade, sem pretender, entretanto, interferir na autonomia das universidades no que diz respeito ao desenvolvimento de seus programas de extensão (FORPROEX, 2000). O *Plano* reiterou o conceito de extensão elaborado em 1987 e apresentou objetivos e metas para a extensão universitária, que seria capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira. Segundo este documento, as atividades de pesquisa, ensino e extensão devem ocorrer de maneira integrada, de tal forma que não fosse necessário distinguir uma da outra. Cabe destacar a citação do educador português Boaventura de Sousa Santos que abre o documento:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino (SANTOS, s.d. apud FORPROEX, 2000, p.1)

O *Plano* apresenta onze objetivos que, em linhas gerais, buscam reafirmar a importância da extensão universitária como processo acadêmico, garantir o diálogo entre a sociedade e a universidade; valorizar ações de extensão multi, inter e/ou transdisciplinares, assim como aquelas inter-institucionais, e priorizar práticas que atendam necessidades sociais emergentes. Segundo o Forproex (2007a), as diretrizes apresentadas pelo Plano podem ser agrupadas em quatro eixos: impacto e transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Para Serrano (2008), o plano ressignifica a extensão universitária numa perspectiva cidadã que permite pensar em três funções da Universidade: acadêmica, fundamentada em bases teórico-metodológicas; social, promotora da organização social e da construção da

cidadania; articuladora do saber e do fazer e da universidade com a sociedade. No exercício dessas três funções não se poderia perceber as fronteiras entre ensino, extensão e pesquisa, uma vez que constituem interfaces de um mesmo fazer (SERRANO, 2008).

Segundo Sousa (2010), embora a extensão universitária tenha sofrido por parte do Estado uma construção lenta e pouca ousada de sua concepção, a criação do Forproex ocasionou uma maior atenção às questões da extensão por parte do MEC. Dessa forma, nota-se na atualidade uma predisposição por parte do Ministério e das IES em trabalhar juntos e um avanço na construção da concepção de extensão.

A despeito da representatividade e da atuação do Forproex junto ao MEC e às universidades públicas, cabe destacar que a instituição não é o único Fórum de Extensão no Brasil. Suas deliberações e ações tampouco são unanimidade entre autores e dirigentes de instituições de ensino particulares, comunitárias e mesmo públicas.

As críticas advindas das universidades particulares e comunitárias referem-se à falta de espaço e ao não reconhecimento destas por parte do Forproex. Tais instituições congregam-se, respectivamente, sob o Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Particulares – Forexp, criado em maio de 2003, e o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias – Forext, criado em outubro de 1999 (OLIVEIRA, 2006; SOUZA, BORTOLINI, NODARI, 2007).

Segundo Rocha (2006), essas instituições questionam o Forproex desde o lançamento do *Plano* que teria sido feito “pelas universidades públicas para as universidades públicas”, ao que o Forproex responde afirmando ser necessário às IPES um espaço próprio para discussão de sua agenda. As possíveis fragilidades do Forproex, porém, não são apontadas apenas por instituições privadas. Maria Arminda Arruda, pró-reitora de extensão da Universidade de São Paulo – USP – explica que a instituição sempre esteve distante do Forproex especialmente por apresentar uma estrutura muito diversa das outras instituições.

A Universidade de São Paulo ficava como uma estranha no ninho porque é a única que tem a parte de cultura e, ao mesmo tempo, ela não era bem aceita por causa – é claro – porque quando você entra com uma universidade com essa envergadura isso acontece e você cria um desequilíbrio entre as forças existentes e ao mesmo tempo ela não se reconhecia. Então era muito difícil. (ARRUDA, 2012, informação verbal)²⁰

²⁰ Informação fornecida por Maria Arminda do Nascimento Arruda à Rafaela Camara Malerba, em entrevista presencial, realizada na Universidade de São Paulo, em 24 de abril de 2012. (Apêndice A)

Arruda enfatiza ainda a necessidade de existir um sistema nacional de informações sobre a extensão, porém não acredita que o Forproex tenha condições de gerenciá-lo, uma vez que está sujeito a ingerências políticas.

Não adianta ser o Forproex. Tem que ser um mecanismo superior. O Forproex depende das injunções políticas. [...] E como essa área virou quase que um braço político das universidades, principalmente as federais [...] então não dá pra se reconhecer quando você vai no Forproex que as pessoas te dão brinde. Isso não é lugar pra botar dinheiro público. É lugar pra você pensar academicamente, universitariamente, socialmente. Então não pode ser, porque aquilo ali [o Forproex] tá muito submetido a injunções que você não sabe qual é a dinâmica, e nem sempre a excelência acadêmica é o princípio. (ARRUDA, 2012, informação verbal)²¹

A pró-reitora, porém, reconheceu a necessidade de constituir uma discussão de peso sobre a extensão e afirmou que USP tem procurado aproximar-se do Forproex. Pretendia, à época da entrevista, sediar um encontro nacional da entidade para facilitar essa aproximação. Evidentemente, essas críticas não alteram a importância do Forproex como entidade que pensa, planeja e organiza a extensão universitária, mas sinalizam possíveis fragilidades que atenuam a abrangência da representatividade desse fórum.

2.2 Organização da extensão conforme o Forproex

O Forproex é a principal entidade articuladora de políticas extensionistas e de mecanismos de institucionalização da extensão universitária no Brasil, especialmente no âmbito das universidades públicas – foco da presente pesquisa. Defende a institucionalização das atividades de extensão por meio de medidas e procedimentos que redirecionem a política das IES, tanto em âmbito administrativo, quanto acadêmico. Para isso, propôs a criação de um sistema de informações único que permita o registro das ações extensionistas (FORPROEX, 2000). As propostas do *Plano Nacional de Extensão* e de outros documentos do Forproex orientam a sistematização e a institucionalização da extensão universitária pelo Ministério da Educação. Dessa forma, a caracterização das ações extensionistas em turismo desenvolvidas por instituições públicas de ensino superior pressupõe o entendimento dos elementos organizadores da extensão determinados pelo fórum.

²¹ Informação fornecida por Maria Arminda do Nascimento Arruda à Rafaela Camara Malerba, em entrevista presencial, realizada na Universidade de São Paulo, em 24 de abril de 2012.

2.2.1 Áreas temáticas e linhas de extensão

A fim de manter a coerência com a terminologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –, o Forproex sugere que as ações extensionistas sejam ser classificadas em áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharia / Tecnologia; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais; Ciências Humanas, e Linguística, Letras e Artes (FORPROEX, 2007a). A partir daí, devem ser classificadas em uma ou duas das oito áreas temáticas pré-definidas, com base nos seguintes agrupamentos de subtemas (FORPROEX, 2000; BRASIL, 2012).

- I **Comunicação:** comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; e rádio universitária.
- II **Cultura:** desenvolvimento cultural; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense.
- III **Direitos Humanos e Justiça:** assistência jurídica; direitos de grupos sociais; organizações populares; e questões agrárias.
- IV **Educação:** educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação para a melhor idade; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura.
- V **Meio Ambiente:** preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; educação ambiental; gestão de recursos naturais e sistemas integrados para bacias regionais.
- VI **Saúde:** promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação

interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias, pandemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas.

VII **Tecnologia e Produção:** transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; pólos tecnológicos; direitos de propriedade e patentes.

VIII **Trabalho:** reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

A classificação deve observar o objeto ou tema enfocado na ação, isto é, “a questão subjetiva que a perpassa”, e não o tipo de ação. Ou seja, um curso sobre o tratamento de doenças crônicas deve ser registrado na área temática de Saúde, não de educação (BRASIL, 2012).

Além disso, também devem ser identificadas conforme Linhas de Extensão (quadro 6), relacionadas a diferentes áreas temáticas, ou seja, uma mesma linha pode estar vinculada a ações extensionistas de diferentes áreas (FORPROEX, 2007A).

Para cada linha de extensão, o Forproex apresenta as formas de operacionalização mais frequentes. A linha *Turismo* é assim descrita:

Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc.) como setor gerador de emprego e renda; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais (FORPROEX, 2007a).

Cabe destacar que, em razão da natureza interdisciplinar do turismo, é possível que as ações extensionistas desta área possam estar relacionadas também a outras linhas, como Educação profissional; Artes integradas; Patrimônio histórico natural e cultural; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Urbano; Terceira Idade; Esporte e Lazer, entre outros.

É importante ressaltar que essa classificação não constitui uma verdade absoluta e está em processo de crítica e revisão pelo Forproex. Entretanto, é ela que orienta a sistematização de ações extensionistas em grande parte das instituições de ensino, especialmente nas públicas.

Linhas de extensão

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Alfabetização, leitura e escrita • Educação profissional • Formação de professores • Espaços de ciência • Línguas estrangeiras • Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem • Tecnologia da informação • Artes cênicas • Artes integradas • Artes plásticas • Artes visuais • Mídias-artes • Mídias • Música • Patrimônio cultural, histórico e natural • Estilismo • Comunicação estratégica • Jornalismo • Desenvolvimento regional • Desenvolvimento urbano • Desenvolvimento rural e questão agrária • Desenvolvimento tecnológico • Desenvolvimento de produtos • Inovação tecnológica • Propriedade intelectual e patente • Questões ambientais • Recursos hídricos | <ul style="list-style-type: none"> • Resíduos sólidos • Direitos individuais e coletivos • Grupos sociais vulneráveis • Pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais • Uso de drogas e dependência química • Segurança pública e defesa social • Infância e adolescência • Jovens e adultos • Terceira idade • Emprego e renda • Empreendedorismo • Gestão do trabalho • Gestão informacional • Gestão institucional • Gestão pública • Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares • Saúde animal • Saúde humana • Saúde da família • Saúde e proteção no trabalho • Endemias e epidemias • Fármacos e medicamentos • Esporte e lazer • Segurança alimentar e nutricional • Turismo • Temas específicos / Desenvolvimento humano |
|--|--|

Quadro 6 – Linhas da Extensão Universitária no Brasil

Fonte: Forproex (2007a).

Conforme levantamento realizado pelo Forproex (2007b), em 2004, nas ações extensionistas realizadas por instituições públicas, a área temática de maior destaque foi a Saúde, com 30,9% das ações. Em seguida, vêm Cultura, com 19,2% do total; Educação, 14,1%; Tecnologia e Produção, 13,6%; Direitos Humanos e Justiça, 12,5%. As áreas de menor expressão são Meio Ambiente, 3,6%; Trabalho, 3,2%; e Comunicação, 2,9%.

2.2.2 Modalidades

O Forproex (2007a, p. 35-41) classifica as ações extensionistas em programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço.

Um **programa** é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, pesquisa e ensino com um objetivo comum, caráter orgânico-institucional e clareza de diretrizes. É executado em médio ou longo prazo.

Já os **projetos** correspondem a ações processuais e contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, e que possuem objetivo específico e prazo determinado, podendo ser vinculados a um programa (forma preferencial) ou ocorrerem de maneira isolada.

Os **cursos de extensão universitária** são ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, que podem ser ofertados a toda comunidade. Pressupõem planejamento e organização de forma sistemática e critérios de avaliação definidos. São classificados em três categorias: a) presencial ou à distância; b) carga horária igual ou superior a 30 horas, sendo 8 horas a carga horária mínima, caso contrário, configuram-se como eventos; c) iniciação, atualização, treinamento e qualificação profissional, aperfeiçoamento ou especialização.

Os **eventos** são as ações que envolvem apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade. Podem ser classificados como congresso, seminário, ciclo de debates, exposição, espetáculo, evento esportivo, festival e outros.

Por fim, a **prestação de serviço** é um trabalho realizado e oferecido pela Instituição de Educação Superior, ou contratado por uma comunidade, empresa, órgão público. Caracteriza-se por sua intangibilidade, pela inseparabilidade do processo e do produto e por não resultar na posse de um bem. As prestações de serviço são classificadas em sete categorias: a) atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia; b) serviço eventual; c) atividades de propriedade intelectual; d) exames e laudos técnicos; e) atendimento jurídico e judicial; f) atendimento em saúde humana; g) atendimento em saúde animal.

O Forproex (2007a) sinaliza a importância de serem registrados e relatados também as publicações e os demais produtos acadêmicos resultantes de ações de extensão universitária. Entretanto, destaca que tais produtos não são considerados por si ações de extensão, já que sua produção é parte da implementação de determinada ação.

Um aspecto interessante do *Plano Nacional de Extensão* (FORPROEX, 2000), é o entendimento das atividades de estágio curricular como ferramenta fundamental para a viabilização da extensão como prática profissional, da consciência social e do compromisso político. Dessa forma, deve ser obrigatório para todos os cursos, se possível desde o primeiro semestre, e ocorrer de maneira integrada a projetos dos departamentos da instituição.

Conforme dados do Forproex (2007b), as ações extensionistas das IPES em 2004 ocorreram, especialmente, sob a forma de prestação de serviços (50,2%), projetos (19,1%) e eventos (15%). Os programas somam 4,8%, e os cursos, 10,5%.

2.2.3 Financiamento

Um aspecto crítico da extensão no Brasil é o financiamento das ações. Já em 1993, segundo o *Perfil da Extensão Universitária no Brasil* (BRASIL, 1995), a “limitação de recursos financeiros” constituía a maior dificuldade para o exercício da extensão universitária nas IPES. Dessa forma, desde 1987 o Forproex reivindica a criação de políticas para a extensão, dentro das políticas públicas para a educação brasileira, sendo o financiamento da extensão universitária uma prioridade (FORPROEX, 2007a).

Em 2005, segundo dados do *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil* (FORPROEX, 2007b), 7,1% das IPES não contavam com recursos destinados às atividades de extensão. Por outro lado, 67,1% das IPES contavam com recursos advindos dos seus próprios orçamentos; 61,4% com recursos de convênios externos, e 30% com outros recursos, como editais, fundos e fundações e apoio externo não institucionalizado.

O *Plano Nacional de Extensão Universitária* (FORPROEX, 2000) estipula que o financiamento da organização e institucionalização das ações extensionistas tenha como fonte de recursos os órgãos federais e estaduais de educação e as próprias universidades. Já o financiamento das ações relativas à articulação da Universidade com a sociedade deve ocorrer mediante a realização de parcerias com órgãos e instituições.

Como resposta a essa demanda, o Ministério da Educação criou em 2003 o Programa de Extensão Universitária – Proext – com o objetivo de apoiar as IES no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social (BRASIL, 2012). Em 2011, o programa selecionou 98 projetos e programas de universidades federais e estaduais e, conforme a linha temática, de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. As IES poderiam concorrer ao financiamento de até R\$ 50 mil por projeto ou R\$ 150 mil por programa.

Além do MEC e das IPES, algumas agências de fomento à pesquisa disponibilizam bolsas e verbas de apoio à extensão. O CNPQ, por exemplo, disponibiliza para pesquisadores doutores bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (CNPQ, 2011). A Faperj – Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – lançou em 2010 o edital EXTPESQ, de apoio a projetos de extensão e pesquisa (FAPERJ, 2011).

À época de elaboração desta pesquisa, apresentava-se em fase de planejamento pelo MEC o Programa Josué de Castro, iniciativa do MEC que contou com a participação do Forproex. O programa tem como objetivo “favorecer a formação acadêmica, pela extensão, dos estudantes universitários e de buscar a parceria das Instituições Públicas de Ensino Superior na erradicação da fome e da miséria no país [...]”. As universidades participantes poderão receber bolsas, incentivos e ampliação dos recursos recebidos (FORPROEX, 2011).

2.2.4 Sistematização de informações

Uma das ações definidas pelo *Plano Nacional de Extensão* corresponde à consolidação de um Sistema de Informações estruturado como um banco de dados, em que todas as universidades associadas ao Forproex possam registrar suas ações de extensão de forma padronizada quanto à denominação e à classificação. Dessa forma, seria necessária a implantação de um sistema compatível ao processo de registro das diferentes IES (FORPROEX, 2000; 2007a).

A Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – desde 1993 sistematiza suas ações extensionistas na plataforma SIEX – Sistema de Informações da Extensão – com o objetivo de registrar o desenvolvimento das ações de extensão durante as fases de planejamento, execução e avaliação. Com base neste sistema, o Forproex, com o apoio do Ministério da Educação, desenvolveu em 2003 o SIEX Brasil, um aplicativo na plataforma web, tendo em vista o registro e a divulgação das ações extensionistas do país e consulta aberta à comunidade (SIEX BRASIL, 2011).

Em 2006, identificou-se a necessidade de atualizar o SIEX Brasil, de modo a permitir a importação e a exportação de dados de plataformas locais. Dessa forma, um novo projeto, desenvolvido em parceria pelo Forproex e pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS – foi apresentado à Secretaria de Educação Superior – SESU/MEC, tendo em vista reestruturar o aplicativo para torná-lo um sistema de gestão das ações de extensão, permitindo não apenas o registro das informações pelo coordenador, mas também o monitoramento das unidades envolvidas e a geração de relatórios das ações realizadas e de indicadores de avaliação (BRASIL, 2012; FORPROEX, 2007a).

Esse projeto originou o Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj, cujo objetivo é auxiliar o planejamento, a gestão, a avaliação e a publicização de projetos de extensão, pesquisa, ensino desenvolvidos nas universidades brasileiras (BRASIL, 2012).

O SIGProj registra propostas, ações e atividades em quatro plataformas: Ensino, com destaque para o Programa de Educação Tutorial – PET²²; Extensão, ações extensionistas, produtos e publicações; Pesquisa, especialmente projetos de iniciação científica; e Assuntos estudantis, que se referem a bolsas, auxílios e assistências ao estudante.

O MEC e as instituições interessadas vinculam seus editais ao sistema e, dessa forma, todas as etapas de elaboração, envio e aprovação das ações que concorrem a verbas ocorrem por meio do SIGProj. A elaboração dos projetos é realizada em formulário *online* diretamente pelo coordenador da proposta, nas respectivas unidades institucionais, conforme as normas de cada instituição.

Por meio da ferramenta de consultas, é possível visualizar todas as propostas apoiadas por editais vinculados ao SIGProj, e informações específicas sobre cada um, como resumo, palavras-chave, coordenador e período de execução. Desde 2006, o MEC e mais 39 instituições de ensino superior federais e estaduais vincularam editais ao SIGProj. Em maio de 2012, o sistema contava com 17742 registros em Extensão; 343 em Ensino; 259 em Pesquisa, e nenhum em Assuntos estudantis.

O Siex Brasil, por sua vez, esteve disponível para consultas online até o início de 2012, quando saiu do ar e deixou de figurar como link no site da Renex. Durante seu funcionamento, esta pesquisadora realizou diversas consultas à base de dados e observou que além de problemas na conexão, existiam muitas inconsistências, como formulários duplicados, com falta de informações ou preenchidos de forma inadequada.

A despeito da existência de sistemas como o Siex e o SIGProj, muitas instituições utilizam bases próprias para registro e acompanhamento das ações extensionistas. No caso das instituições públicas, em alguns casos, é possível ter ações registradas nos dois sistemas, como ocorre com a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – que utiliza um sistema próprio – o ProexWeb (<http://www.proexweb.ufscar.br>), mas também apresenta 32 registros no SIGProj.

²² O Programa de Educação Tutorial (PET) tem como objetivo apoiar atividades acadêmicas que integrem ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica. Em maio de 2012, o SIGProj identificava três grupos PET em Turismo: Grupo PET Ecoturismo de Base Comunitária no Delta do Parnaíba – Universidade Federal do Piauí – UFPI; PET Turismo – Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; PET Turismo – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio.

De qualquer forma, é fundamental que as informações sobre a extensão universitária no Brasil possam ser registradas e consultadas por pesquisadores, docentes, discentes, de forma padronizada a fim de subsidiar a reflexão sobre essa prática no Brasil.

2.3 Desafios e dilemas contemporâneos

Assim como a história das práticas e dos conceitos da extensão universitária explicam-se pela história da Universidade, a compreensão de desafios da extensão relaciona-se a alguns dos dilemas e contradições da educação superior de forma geral.

Um grande desafio reside no entendimento da extensão como forma de concretizar o compromisso social da Universidade. Para Botomé (1996, p.77), é um equívoco entender a extensão como a forma privilegiada de a Universidade realizar seu compromisso social, uma vez que tal compromisso deveria ser realizado por todas as atividades da instituição. Mais que isso, este autor destaca que “a função de qualquer instituição social é melhorar a qualidade de vida de todos na sociedade” e a missão da Universidade seria, dessa forma, produzir conhecimento e torná-lo acessível. Se este conhecimento não estiver relacionado à sociedade, a Universidade perde sua razão de existir. Pode-se dizer, portanto, que procurar relação entre Universidade e Sociedade é uma proposta redundante, originária de uma visão das instituições de ensino fechadas em si mesmas.

Outro dilema diz respeito à concepção de pesquisa, ensino e extensão como um tripé, em que cada pilar tem um fim em si mesmo. Entretanto, a imagem que se deveria ter é a de um sistema articulado em que uma parte não funciona sem a outra. Segundo Valêncio (2000), a concepção do tripé ocasionaria, inclusive, distinções equivocadas entre os docentes das Universidades: de um lado estariam aqueles aptos para a pesquisa, e de outro, aqueles que se dedicam à extensão. Aqueles veem os extensionistas como pares a quem falta competência para a pesquisa estes entendem os pesquisadores como representantes de um ensino degenerado e de uma pesquisa sem propósito (VALÊNCIO, 2000).

Cunha (1998) afirma que a maneira como o currículo é trabalhado nas Universidades dificulta a integração entre ensino, pesquisa e extensão. O currículo é organizado sob uma ótica positivista e linear baseado na premissa de que o aprendiz deve primeiro dominar a teoria para entender e atuar na realidade. Nessa concepção, a extensão seria entendida como a aplicação da pesquisa e do ensino (CUNHA, 2010). Trata-se, porém, de uma visão equivocada, pois é da prática que nasce o questionamento, mola propulsora para a pesquisa.

Como nasce a dúvida intelectual, aquela que move o sujeito no sentido de debruçá-lo sobre o objeto do conhecimento? Parece ser na trajetória experimental que isto acontece [...]. Só a prática e a realidade são as fontes capazes de gerar a dúvida intelectual que, por sua vez, mobiliza a pesquisa. (CUNHA, 1998, p.14)

A extensão universitária, ao possibilitar o encontro do aluno com a realidade, seria, portanto, fonte inesgotável de questionamentos que poderia fazê-lo ressignificar as experiências de sala de aula e, possivelmente, o impulsionaria para a pesquisa, isto é, a busca pelas respostas.

O Forprex (2006), por sua vez, reforça a necessidade de entender que tudo que se faz ou se vivencia em uma instituição de ensino é currículo, que por sua vez não é definitivo, mas construído no cotidiano, a partir da relação entre docentes e discentes. O Currículo torna-se, assim, espaço de produção coletiva e ação crítica: “Os conteúdos das disciplinas não são mais a ‘essência’ de um curso, tornando-se referências para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos estudantes um sólido e crítico processo de formação” (FORPROEX, 2006, p.46).

A operacionalização das ações extensionistas, especialmente sua metodologia, também tem constituído um desafio. Segundo Thiollent (2008), na década de 1990 não havia clareza das atividades e modalidades de extensão, tampouco recursos financeiros específicos, nem avaliação sistematizada. No final da década de 2000, a situação da extensão ainda não teria se equiparado ao ensino e à pesquisa, mas já teria melhorado bastante.

Com uma visão mais pragmática, Thiollent destaca a importância de discutir a metodologia dos projetos de extensão, de forma a definir ações dentro do alcance de seus executores “[...] que não tenham objetivos ambiciosos demais, a ponto de se confundirem com as próprias políticas de governo ou com as proclamadas transformações globais da sociedade” (THIOLLENT, 2008, p.4). Para ele, o excesso de vinculação política dos projetos poderia prejudicar a produção e distribuição de um conhecimento bem embasado, uma vez que as teorias e metodologias seriam substituídas por um discurso político.

Thiollent (2008) ressalta também a necessidade de se refletir sobre a ética nos projetos de extensão, especialmente em relação às formas de engajamento dos participantes, as expectativas criadas na população e à diversidade cultural.

Entre meados da década de 2000 e começo dos anos 2010, o Forproex iniciou um processo de redefinição da Política Nacional da Extensão, contemplando a atualização e revisão do *Plano Nacional de Extensão*, bem como de reivindicação por maior reconhecimento da Extensão Universitária por agências governamentais. As *Cartas de*

Maceió e Porto Alegre, produzidas, respectivamente, no XXIX e no XXX Encontros Nacionais do Forproex (FORPROEX, 2011a; 2011b) evidenciam as atuais preocupações e prioridade de agenda da entidade, entre as quais se destacam: a) finalização e formalização do Plano Nacional de Extensão; b) incorporação curricular das ações de extensão; c) a inserção da Extensão nas metas para a Educação Superior no Plano Nacional da Educação – PNE; d) a regulamentação da Extensão como prática acadêmica, mediante lei que normalize suas ações e o seu financiamento; e) a incorporação da extensão no processo de avaliação da Educação Superior.

O último item constitui um grande desafio, na medida em que depende da determinação de indicadores que permitam avaliar desde ações de prestação de serviços em saúde até projetos de difusão cultural. Em 2001, o Forproex publicou um documento em que se estabelecem parâmetros e indicadores para a extensão (FORPROEX, 2001), mas o tema ainda é objeto das discussões do fórum não havendo se chegado a um consenso.

De forma geral, a avaliação parece ocorrer de maneira improvisada e pouco rigorosa, se ocorre. Resultados de pesquisa realizada por Bartnik (2009), junto a universidades católicas e comunitárias revelam os equívocos dessa avaliação:

A preocupação ainda está no reporte de dados: construir um documento que concretize os resultados das ações realizadas. [...] a avaliação pode até existir, mas não se efetiva como uma ação consolidada e socializada junto à comunidade interna ou externa. [...] A avaliação deixa de ser um instrumento e passa a ser objeto. (BARTNIK, 2009, p.462-464)

Da mesma forma, levantamento sobre a extensão universitária na área de turismo, mostrou que os resultados e impactos gerados pelas ações são pouco ou nada abordados. Em geral, o cumprimento das atividades já é considerado um resultado, como se as elas tivessem fim em si mesmas. Poucos documentos abordam as transformações geradas nos participantes dos projetos, tampouco o conhecimento que deles decorre (MALERBA; LANDI; REJOWSKI, 2011).

2.4 Ações extensionistas em turismo

A extensão universitária em turismo recebe pouca atenção dos estudiosos da educação superior na área, tanto na bibliografia nacional, quanto na internacional. À época de realização desta pesquisa, o Banco de Teses da Capes não elencava resultados para a busca dos termos “extensão universitária” e turismo, ao passo que para a expressão “extensão universitária” retornavam links para 404 documentos com foco em outras áreas.

Alguns autores brasileiros e estrangeiros, como Barretto, Tamanini e Silva (2004), Shigunov Neto e Maciel (2002), Solnet, Robinson e Cooper (2008), Schott e Sutherland (2009) citam a tríade ensino, pesquisa e extensão²³, a importância das atividades práticas e da aproximação entre academia e mercado, universidade e sociedade. Entretanto, essas discussões raramente descrevem práticas extensionistas pontuais, discutem suas metodologias e resultados ou analisam a situação atual da extensão em Turismo na educação superior.

Na última década, porém, vem crescendo o número de trabalhos de eventos e artigos acadêmicos que se ocupam especificamente de experiências extensionistas na área de Turismo. Um exemplo é o estudo realizado por Catramby, Bartholo e Delamaro (2011), que entrevistaram pessoas com experiência e reconhecimento na militância acadêmica em turismo tendo em vista identificar o que elas consideravam fundamental para o sucesso da pesquisa, do ensino e da extensão em turismo. Embora com uma amostra muito reduzida – seis entrevistados –, os resultados sugerem que a extensão não é um fator-chave para a educação superior em turismo e, em geral, priorizam-se os aspectos teóricos do conhecimento acadêmico. Fatores como utilização de fontes diversificadas, bancas de avaliação com formação múltipla, utilização de bibliografia de área diferente do programa de pós-graduação, convênios com instituições internacionais de pesquisa, turismo como tema principal e utilização de bibliografia internacional são considerados os principais fatores, com conceitos entre 21 e 28. A existência de propostas sistemáticas de extensão abarcando o turismo recebeu conceito final 16, não constituindo um fator prioritário na avaliação dos entrevistados (CATRAMBY, BARTHOLO, DELAMARO, 2011).

Em outro estudo Malerba, Landi e Rejowski (2011) procuraram identificar ações extensionistas em turismo por meio de pesquisa exploratória de caráter documental com base em artigos acadêmicos ou trabalhos de eventos que descrevessem ações de extensão universitária na área de turismo realizadas em IES do Brasil. Por não serem oriundos de uma pesquisa censitária, os dados não representam a distribuição da extensão universitária no Brasil. Entretanto, contribuem para a identificação das principais práticas na área, das

²³ A presente dissertação aborda, especificamente, a estrutura e as práticas de extensão no Brasil, entretanto, é importante destacar que o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como missão das universidades, se faz presente também em outros países, ainda que, em alguns casos, sua denominação não corresponda literalmente aos termos em português. Em língua inglesa, especialmente, a extensão corresponde ao que eles denominam *community outreach actions* – ações de sensibilização da comunidade – ou *community service* – serviço comunitário – ou *community engagement* – engajamento comunitário (WHITMAN, HENDRICKSON, TOWNSEND, 1999; HAWKINS, 2006; PRINS, WEBSTER, 2010).

temáticas trabalhadas e das IES que, de alguma forma tem procurado tornar públicas suas experiências e, assim, obtêm destaque em eventos e periódicos.

O levantamento preliminar buscou caracterizar os projetos de extensão em relação, principalmente, a área temática, campo de atuação, público-alvo, local de realização e objetivos (quadro 7). Os 23 documentos selecionados para a análise permitiram a identificação de 23 ações extensionistas realizadas entre 2000 e 2010. Dos projetos identificados, nove realizaram-se em instituições privadas, e 14 em instituições públicas. Em relação à distribuição nacional, observou-se um predomínio de iniciativas na região Sudeste, especialmente do estado de Minas Gerais (MALERBA; LANDI; REJOWSKI, 2011).

A maioria das ações (16) foi coordenada exclusivamente pelos departamentos, cursos ou laboratórios de turismo das IES. Identificaram-se também projetos coordenados por outras áreas, como Hotelaria, Geografia, Educação Ambiental e Engenharia de Produção e uma parceria entre a área de turismo e outras áreas – caso do Programa de Revitalização Histórico-Cultural do Bairro da Barra, da Univali, desenvolvido pelos cursos de Turismo e Hotelaria e Arquitetura da Univali, entre 2005 e 2006 (MALERBA; LANDI; REJOWSKI, 2011). O programa tinha como meta a revalorização histórico-cultural do bairro da Barra, em Balneário Camboriú, SC, por meio da melhora da qualidade ambiental urbana, da conscientização da população para a identidade do lugar e para a inserção do território no contexto turístico do município. O projeto previu uma primeira fase de diagnóstico, incluindo entrevistas com a população e levantamento físico e ambiental do bairro, e análise do *status quo*. A partir daí, definiram-se diretrizes para o alcance dos objetivos propostos (MORAES; TRICÁRICO, 2006).

Além disso, três projetos realizaram-se mediante parcerias das instituições de ensino com os governos federal, estadual e municipal: a) Projeto Brasil Meu Negócio é Turismo, UFRR; b) Projeto Rondon – Operação Verão, CEFET-MG; c) Projeto Reaplicação de Tecnologia Social de Incubação de Cooperativas Populares, UFRJ; d) Organização Comunitária em Áreas com Baixo Índice de Desenvolvimento Humano com potencial turístico, UFRJ (MALERBA; LANDI; REJOWSKI, 2011).

O Projeto Brasil Meu Negócio é Turismo – BMNT, por exemplo, realizou-se mediante parceria entre Ministério do Turismo, Fundação Roberto Marinho, Fundação Banco do Brasil, Fundação Unitrabalho e Pró-reitoria de Extensão da UFRR. Tinha como objetivo contribuir para o aprimoramento dos profissionais de turismo e sensibilizar a comunidade sobre o papel no turismo na geração de renda e emprego. Nos 26 estados brasileiros e no distrito federal, o projeto formou mais de 24 mil de agentes locais de turismo, integrando profissionais de

transportes, hotelaria, setor público, guias, artesãos, entre outros. A equipe gestora do projeto no estado de Roraima contava com oito pessoas: dois professores do Instituto de Geociências da UFRR, quatro representantes de órgãos públicos, e dois bolsistas do curso de Geografia da UFRR (OLIVEIRA; MENEZES, 2007).

Região	UF	IES	Ações extensionistas
CO	MS	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto City Tour da Grande Dourados • Assessoramento ao Grande Dourados Convention & Visitor Bureau • Projeto Operacionalização do Laboratório de Agência Experimental
NE	MA	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Profissionalizante da Hospitalidade • Projeto Jogos e Brincadeiras no Centro Histórico de São Luiz
	PB	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	• Ecoturismo no Vale do Rio de Peixe
		Universidade Federal da Paraíba - UFPB	• Projeto Turismo Comunitário no Bairro da Penha
NO	RR	Universidade Federal de Roraima - UFRR	• Projeto Brasil Meu Negócio é Turismo
SE	MG	Cefet-MG Bambuí – atual IFMG	• Projeto Rondon – Operação Verão
		Centro Universitário Newton Paiva	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Verde Catas Alta • Projeto Maquiné
		Universidade Fumec	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Meninos do Parque • Projeto City Tour • Projeto Sal da Terra • Projeto Centro de Memória do Hospital Felício Rocha
	RJ	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG	• RPPN Santuário do Caraça como Complexo Turístico
		Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	• Projeto Reaplicação de Tecnologia Social de Incubação de Cooperativas Populares e Organização Comunitária em Áreas com Baixo Índice de Desenvolvimento Humano com potencial turístico
		Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio	• Projeto Itinerantes
		Universidade Estadual Paulista - Unesp	• Projeto Natur
	SP	Universidade de São Paulo	• Projeto Rosa dos Ventos
		Associação Educacional de Garça	• Projeto Integração
	S	PR	Universidade Federal do Paraná - UFPR
SC		Universidade Vale do Itajaí - Univali	• Programa de Revitalização Histórico-Cultural do Bairro da Barra

Quadro 7 – Levantamento preliminar das ações de extensão universitária na área de turismo no Brasil
Fonte: Malerba, Landi, Rejowski (2011).

Em geral, as ações são coordenadas por docentes da área e realizadas por graduandos dos cursos envolvidos, que se vinculam a elas como bolsistas, estagiários ou voluntários. Somente o Projeto Reaplicação de Tecnologia Social de Incubação de Cooperativas Populares e Organização Comunitária em Áreas com Baixo Índice de Desenvolvimento Humano com

potencial turístico, da UFRJ, envolve principalmente pesquisadores da pós-graduação (MALERBA; LANDI; REJOWSKI, 2011).

Apenas oito artigos ou trabalhos identificam as áreas temáticas de extensão ao qual se vinculam: a) *trabalho* (5); b) *meio ambiente* (1), *desenvolvimento regional* (1) e *educação ambiental* (1). Cabe destacar que as duas últimas não correspondem a categorias elencadas pela classificação proposta pelo Forproex (2001), revelando falta de padronização e sistematização das ações (MALERBA; LANDI; REJOWSKI, 2011).

Foco de atuação	Ação extensionista
Planejamento turístico (8)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Rondon – Operação Verão, Cefet-MG Bambuí • Projeto Verde Catas Alta, CUNP • Projeto Maquiné, CUNP • Projeto SerrAção, UFPR • Projeto Turismo Comunitário no Bairro da Penha, UFPB • Projeto Reaplicação de Tecnologia Social de Incubação de Cooperativas Populares e Organização Comunitária em Áreas com Baixo Índice de Desenvolvimento Humano com potencial turístico, COOPE/UFRJ • Projeto Natur, Unesp • Ecoturismo no Vale do Rio de Peixe, UFCG
Lazer e recreação (6)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Integração, • Projeto City Tour da Grande Dourados, UEMS • Projeto Meninos do Parque, Fumec • Projeto City Tour, Fumec • Projeto Itinerantes, Unirio • Projeto Rosa dos Ventos, USP
Valorização do patrimônio cultural (3)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Jogos e Brincadeiras no Centro Histórico de São Luiz, UFMA • Projeto Centro de Memória do Hospital Felício Rocha, Fumec • Programa de Revitalização Histórico-Cultural do Bairro da Barra, Univale
Recursos humanos (3)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Profissionalizante da Hospitalidade, UFMA • Projeto Brasil Meu Negócio é Turismo, UFRR • RPPN Santuário do Caraça como Complexo Turístico
Educação ambiental (1)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Sal da Terra, Fumec
Agenciamento (1)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Operacionalização do Laboratório de Agência Experimental, UEMS
Gestão (1)	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento ao Grande Dourados Convention & Visitor Bureau, UEMS

Quadro 8 – Levantamento dos projetos de extensão universitária em turismo no Brasil por foco de atuação

Fonte: Malerba, Landi e Rejowski (2011).

Malerba, Landi e Rejowski (2011) agruparam as ações extensionistas identificadas conforme focos de atuação em turismo (quadro 8). Os projetos de *planejamento turístico* apresentam objetivos relacionados à promoção do desenvolvimento turístico das localidades atingidas, por meio da articulação dos atores locais. Prevêem a realização de diagnóstico turístico, promoção de oficinas participativas com a comunidade, estudo do perfil da demanda, elaboração de planos de ação e, em alguns casos, acompanhamento das ações propostas. O público-alvo corresponde às comunidades de bairros dos municípios em que se localizam as IES ou de municípios próximos (MALERBA; LANDI; REJOWSKI, 2011). Por

sua vez, os projetos de *lazer e recreação* visam à democratização do lazer e, para isso, promovem passeios e visitas equipamentos de lazer, além de realizarem. Costumam envolver crianças e idosos de comunidades economicamente desfavorecidas (MALERBA; LANDI; REJOWSKI, 2011). Já os projetos de *recursos humanos* desenvolvem atividades de capacitação e qualificação dos profissionais de turismo e hotelaria, por meio de meio de cursos e oficinas. Os focos *educação ambiental, agenciamento e gestão* apresentam apenas um projeto cada um (MALERBA; LANDI; REJOWSKI, 2011).

Em relação aos resultados e impactos dos projetos, as autoras observam pouca profundidade nos documentos analisados. De forma geral, indicam como resultados as ações efetivamente cumpridas, mas não abordam transformações geradas pelas ações, tampouco apresentam indicadores sistematizados para medir o impacto das iniciativas extensionistas. Segundo as pesquisadoras, tal superficialidade pode ser um indício da falta de interação da extensão com a pesquisa. Já em relação à integração entre extensão e ensino, vale notar que apenas cinco artigos fazem menção aos impactos para os alunos envolvidos.

Outros trabalhos, divulgados posteriormente à realização da pesquisa supracitada, também contribuem para a reflexão sobre as práticas extensionistas em turismo.

Gomes, Cruz e Araujo (2011), descrevem o projeto Criação de Base Comunitária para o Ecoturismo nas Ilhas de Belém, Belém – PA, realizado pela Faculdade de Turismo – FACTUR, da Universidade Federal do Pará – UFPA, entre março de 2010 e março de 2011. O projeto tinha como objetivo investigar e intervir nas ilhas de Belém, especialmente na ilha de Cotijuba para criar uma base comunitária para o ecoturismo. Realizou-se mediante pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo (observação direta) e oficinas de sensibilização voltadas à comunidade local. Segundo os autores, o projeto contribuiu para a construção do conhecimento por parte dos docentes, possibilitando a “[...] incorporação dos conteúdos programáticos das disciplinas, a partir da experiência sentida e vivenciada no campo.” (GOMES; CRUZ; ARAUJO, 2011, p.11) Além disso, consideram que o projeto deva ter desdobramentos, uma vez que se observou a necessidade de consolidar o ecoturismo como uma alternativa econômica para a comunidade atingida.

Ferreira Junior e Santos (2011) avaliaram o projeto Comunidade Ativa, desenvolvido pelo curso de Turismo da UFMA, desde 2004. Em 2011, quatro alunos de Turismo, dois deles bolsistas, atuaram como monitores de educação para o turismo junto a 25 crianças de 8 a 12 anos, residentes no entorno da UFMA. O projeto envolveu uma parceria com o curso de Pedagogia da UFMA, uma vez que os monitores receberam orientação de um professor deste curso em relação à abordagem junto às crianças. Com base na metodologia SWOT, Ferreira

Junior e Santos (2011) identificaram os pontos fortes e fracos do projeto (ambiente interno); bem como suas oportunidades e ameaças (ambiente externo), resumidos a seguir.

- Pontos fortes: histórico de resultados sempre satisfatórios; recursos humanos empenhados; diversidade de atividades realizadas com as crianças; integração teoria e prática; efeito positivo na vida escolar da criança; integração com outros cursos.
- Pontos fracos: interação tímida com outros cursos, já que as atividades conjuntas são esporádicas; ausência de verba fixa; oferta de vagas insuficiente para a comunidade; inexistência de bolsas para todos os bolsistas; falta de registro das edições anteriores.
- Oportunidades: boa receptividade pelas comunidades acadêmica e do entorno; maior valorização da extensão nas políticas de Ensino Superior; possibilidades de bolsas para os monitores em outras instituições (como a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA); parceria com outras instituições para custeio do projeto; boa relação com o Complexo Educacional Antônio Ribeiro da Silva, que atua como parceiro na seleção das crianças e no contato com seus pais.
- Ameaças: o regimento interno do Núcleo de Pesquisa e Documentação em Turismo não contempla claramente a extensão universitária; falta de participação dos docentes do curso de Turismo não envolvidos diretamente com o projeto; ausência da extensão no projeto político do curso de Turismo; relação tímida do projeto com a Pró-reitoria de Extensão da UFMA; predomínio de projetos da área de saúde que se beneficia da grande maioria de bolsas.

Esta avaliação, embora contemple um projeto específico de extensão, pode fornecer indicadores das dificuldades e facilidades para a consolidação de práticas extensionistas na área de turismo. Em relação aos aspectos negativos (pontos fracos e ameaças), sobressaem-se a falta de verbas para custeio e de bolsas para os alunos participantes, fragilidades na sistematização da extensão dentro da instituição de ensino; pouca participação dos docentes. Já os aspectos positivos (pontos fortes e oportunidades), destacam-se as contribuições para o aprendizado dos alunos participantes, os benefícios para o público alvo. A avaliação reforça também a importância da realização de parcerias – dentro da IES e fora dela – para o sucesso do projeto.

3 EXTENSÃO EM TURISMO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

3.1 Metodologia

O estudo das práticas extensionistas em Turismo nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil realiza-se sob a forma de um estudo exploratório, pois visa aprimorar ideias sobre o tema e explorar um problema, tendo em vista compreendê-lo e torná-lo mais explícito (DENCKER, 1998; GIL, 2006). De caráter essencialmente descritivo, procura quantificar, caracterizar e descrever as ações extensionistas selecionadas, configurando assim um estudo de abordagem quanti-qualitativa (MARCONI, LAKATOS, 2010). Realiza-se mediante o método indutivo, na medida em parte de dados particulares da amostra selecionada para compreender a extensão universitária em turismo no Brasil. Procura revelar uma realidade desconhecida e, dessa forma, com base em argumentos indutivos, levar a conclusões mais abrangentes sobre ela (MARCONI, LAKATOS, 2010).

Para a coleta de dados, adotaram-se os procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental nos registros da base de dados pública do SIGProj, a partir do qual procurou-se identificar ações extensionistas na área de turismo e, dentre essas, aquelas vinculadas a bacharelados em Turismo. Além disso, foram aplicados questionários semiestruturados junto a coordenadores de ações extensionistas que atuavam na época como docentes em cursos de Turismo. O *corpus* da pesquisa é composto de ações extensionistas desenvolvidas por instituições públicas de ensino superior registradas no SIGProj, com início de 2006 a 2011, sendo importante destacar que a ferramenta de consultas do SIGProj identifica apenas as ações efetivamente recomendadas e/ou já concluídas.

É importante ressaltar que, por apresentar apenas as ações de instituições que vinculam seus editais de extensão ao sistema, o SIGProj não reflete necessariamente a distribuição das ações extensionistas em Turismo nas instituições públicas brasileiras, já que muitas delas possuem seus próprios sistemas de cadastro e gerenciamento de ações de extensão. Entretanto, trata-se do único sistema nacional de registro de atividades de extensão atualmente em funcionamento, correspondendo assim a importante indicativo da disseminação e da variedade das práticas extensionistas em Turismo na educação superior no Brasil.

Para identificar e selecionar as ações extensionistas, utilizou-se o formulário disponível na página de consultas do SIGProj (figura 4), com os seguintes parâmetros de busca:

- **Plataforma:** Extensão.
- **Palavra-chave:** turismo, turista(s), turístico(s), turística(s), turismólogo(s), turismóloga(s), turismologia.

Consultar Projetos

Plataforma:

Região:

Estado:

Instituição:

Unidade Geral:

Unidade de Origem:

Protocolo SIGProj:

Processo:

Título:

Editais:

Tipo:

Extensionista:

Palavras-chave:

Área Temática:

Situação:

Início:

Término:

Ordenar Por:

Figura 4 – Formulário de busca disponibilizado no SIGProj
Fonte: BRASIL (2012).

Essa primeira busca identificou ações realizadas em diferentes IPES, vinculadas a diferentes unidades dentro das instituições superiores, e não somente dos departamentos ou cursos de Turismo. Por outro lado, não contemplou, necessariamente, todas as ações

desenvolvidas por cursos e/ou departamentos de Turismo, na medida em que estas muitas vezes promovem ações que não têm o turismo como aspecto central. Porém, uma busca a partir do curso ou departamento de turismo pareceu inadequada, uma vez que muitas ações estão vinculadas diretamente ao órgão de extensão da instituição ou não a unidade de origem identificada.

Os resultados de busca não identificam o tipo e a área temática de cada registro, dessa forma, foi necessário realizar novas buscas, com os parâmetros “tipo” e “área temática” combinados.

- **Área temática:** Comunicação, Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Cultura, Saúde, Trabalho e Educação.
- **Tipo:** projeto, evento, curso, programa, prestação de serviços, produto, produção e publicação, bolsa de extensão, trabalhos, plano de trabalho, banner resumo.

Em relação ao campo *tipo* têm-se as modalidades de cada ação extensionista, conforme a classificação proposta pelo Forproex; desta forma, foram considerados apenas os registros identificados nas modalidades projeto, evento, curso, programa e prestação de serviços²⁴. Considerados tais critérios, chegou-se a um conjunto de 116 registros que, excluídos dois duplicados, originaram um conjunto de 114 ações de extensão em Turismo selecionadas para a presente pesquisa (apêndice B).

As consultas ao SIGProj forneceram listagens das ações apoiadas e, ao se clicar sobre o nome de cada uma, abriam-se páginas com as seguintes informações²⁵: a) nome da ação; b) protocolo do SIGProj; c) data de início e término; d) nome do coordenador-extensionista (docente); e) instituição; f) unidade geral e unidade de origem; g) resumo da ação de extensão e palavras-chave; h) público-alvo; i) situação; j) contato. Tais informações foram organizadas em planilhas eletrônicas para tratamento e a análise dos dados.

A partir desse banco de dados, realizou-se a primeira etapa da pesquisa, isto é, a caracterização das ações extensionistas em turismo, contemplando: a) evolução temporal; b) instituição; c) localização; d) unidade responsável; e) área temática; f) modalidade; g) duração; h) público-alvo.

Após essa caracterização, procurou-se identificar as ações diretamente vinculadas a bacharelados em Turismo, ainda que a Unidade de Origem, conforme o SIGProj,

²⁴ Cabe destacar que, dos demais tipos, apenas *bolsa de extensão* apresentou resultados, com 19 registros.

²⁵ O anexo A apresenta um exemplo de ficha informativa fornecida pela consulta pública do SIGProj.

correspondesse à diretoria do *campus* ou ao órgão responsável pela extensão. Para isso, selecionaram as ações extensionistas coordenadas por docentes vinculados aos bacharelados em Turismo das instituições correspondentes, conforme consulta à plataforma Lattes e ao *site* da instituição. Das 114 ações iniciais, excluíram-se 32 realizadas em instituições sem bacharelado em Turismo e, das 82 restantes, as 28 não coordenadas por docentes desses cursos e uma não realizada conforme informado pela coordenadora. Dessa forma, 53 ações compõem a amostra da segunda etapa da pesquisa, reunindo as ações vinculadas a bacharelados em Turismo. Estas são apresentadas a partir das seguintes variáveis: a) perfil das ações – evolução temporal instituições responsáveis e modalidade; b) tipologia – classificação em tipos de ações; c) área temática – temas e subtemas. Para a definição e identificação da tipologia das ações extensionistas, adotou-se a análise de conteúdo dos títulos, resumos e palavras-chave, segundo estudos de Rejowski (1996; 1997; 2010).

A fim de complementar a compreensão sobre as 53 ações extensionistas vinculadas a bacharelados em turismo, foram aplicados questionários semiestruturados (apêndice C) por email aos seus coordenadores²⁶, em um total de 34, dos quais 17, responsáveis por 29 ações, responderam ao instrumento. As questões foram divididas em dois blocos assim intitulados:

- **Caracterização das ações** – *informações complementares sobre cada ação coordenada pelos respondentes*: a) composição da equipe de trabalho; b) geração de artigos ou apresentações em eventos; c) envolvimento de disciplinas do curso de Turismo; d) dificuldades encontradas.
- **Percepção sobre extensão universitária** – *visão sobre a extensão universitária*: a) motivação para coordenar ações extensionistas; b) benefícios da extensão para o egresso, a Universidade e a sociedade; c) concepção de extensão universitária. A identificação dos respondentes foi mantida em anonimato por questões éticas, sendo que os depoimentos transcritos literalmente do decorrer da apresentação dos resultados aparecem em itálico. O pré-teste do instrumento foi realizado em fevereiro de 2012 com dois coordenadores de ações extensionistas em turismo não registradas no SIGProj.

O quadro 9 sintetiza as três etapas da pesquisa, indicando as respectivas amostras, instrumentos e período de realização. Após a descrição e análise dos resultados, procede-se à discussão confrontando-os com o pensamento dos autores referenciados nos capítulos 1 e 2, encaminhando as considerações finais.

²⁶ Alguns coordenadores eram responsáveis por mais de uma ação, por isso a diferença entre o número de ações e de docentes contatados.

Etapas	Amostra	Instrumento	Período
Coleta e registro de dados no SIGProj Caracterização geral das ações	<i>Ações em turismo</i> : 114 ações extensionistas cadastradas no SIGProj com pelo menos uma das seguintes palavras-chave <i>turismo, turístico, turística</i> .	Planilha Excell	Abril/2012
Seleção das ações vinculadas Descrição e análise das ações	<i>Ações vinculadas</i> : 53 ações do SIGProj coordenadas por docentes de bacharelados em Turismo	Planilha Excell	Abril/2012
Levantamento da visão de coordenadores Descrição e análise das visões	19 coordenadores de 28 ações vinculadas	Questionário semiestruturado	Maior/2012

Quadro 9 – Síntese das etapas da pesquisa
Fonte: Elaboração própria.

3.2 Ações extensionistas em Turismo

3.2.1 Evolução temporal e perfil institucional

A figura 5 mostra a evolução temporal das 114 ações extensionistas em Turismo identificadas no SIGProj desde 2006. O número de ações registradas a cada ano apresenta um movimento ascendente, possível resultado da maior adesão das instituições ao sistema a partir de sua implantação, o que é evidenciado pelo número de editais cadastrados a cada ano: 2006, 4 editais; 2007, 7; 2008, 34; 2009, 42, 2010, 46; 2011, 60 editais. Observa-se, porém, que o crescimento do número de editais foi de 1.400%, ao passo que de 2006 a 2011 o número de ações em turismo aumentou em 2.050%.

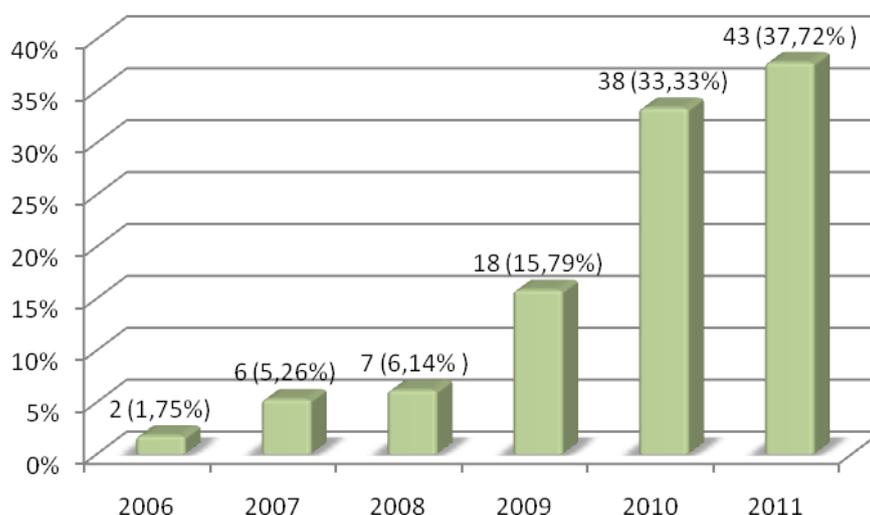


Figura 5 – Evolução temporal das ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011
Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

Das 114 ações extensionistas identificadas, 97 (85,1%) vinculam-se a vinte universidades públicas estaduais ou federais, e 17 (14,9%) a um instituto federal, especificamente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS. Dessas 21 instituições, 12 sediam cursos de bacharelado em Turismo, embora nem sempre, nesses casos, as ações extensionistas identificadas sejam a ele vinculadas. Cabe destacar que o IFRS não oferece bacharelado na área em Turismo, porém sedia um curso técnico em Guia de Turismo no seu *campus* de Restinga. Da mesma forma, a Universidade Federal de Santa Maria oferece o curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.

Das 21 instituições identificadas, 17 são federais e apenas 3 estaduais. Como reflexo desta distribuição, 70,6% das ações são vinculadas a instituições federais e 20,18% a universidades estaduais. A tabela 1 apresenta a distribuição das ações SIGProj conforme a instituição e a presença ou não de bacharelado em Turismo.

Tabela 1 – Universidades das ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011

Região	UF	Instituição	Bacharelado em Turismo?	Ações
CO	DF	Universidade de Brasília - UnB	Sim	6
	MS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS	Sim	16
		Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS	Sim	22
	MT	Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	Não	4
		Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT	Sim	1
NE	BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	Não	1
	MA	Universidade Federal do Maranhão – UFMA	Sim	2
	PB	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Sim	10
	PE	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	Sim	2
	PI	Universidade Federal do Piauí – UFPI	Sim	2
N	AM	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Não	2
	PA	Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA	Não	1
		Universidade Federal do Pará – UFPA	Sim	1
	RR	Universidade Federal de Roraima – UFRR	Não	1
SE	MG	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Sim	1
		Universidade Federal de São João Del Rey – UFSJ	Não	1
	RJ	Universidade Federal Fluminense – UFF	Sim	14
S	RS	Universidade Federal do Rio Grande – FURG	Sim	5
		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS	Não	17
		Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Não	1
	SC	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	Não	4
Total				114

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

A grande maioria das ações extensionistas em turismo cadastradas no SIGProj foram realizadas por instituições localizadas na região Centro-Oeste, com destaque para a UEMS (14,67%) e a UFMS (20,18%), ambas no Mato Grosso do Sul (tabela 2). Essa concentração pode estar relacionada à origem do Siex Brasil, que foi desenvolvido pela UFMS em parceria com o Forproex. Entretanto, para confirmar ou rejeitar esta possibilidade, há necessidade da realização de pesquisas o desenvolvimento das ações nessas e em outras instituições, inseridas ou não no SIGProj.

Tabela 2 – Distribuição regional das universidades responsáveis pelas ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011

Região	Ações	%
Centro-Oeste	49	42,98%
Sul	27	23,68%
Nordeste	17	14,91%
Sudeste	16	14,04%
Norte	5	4,39%
Total	114	100%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

Em contrapartida, a região Norte apresenta apenas 4,59% dos registros identificados. É interessante notar também que a região Sudeste, a despeito de ser a pioneira da Educação Superior em Turismo no Brasil e concentrar a maioria dos bacharelados na área, tanto em instituições públicas quanto privadas, representa apenas 12,84% dos registros. Cabe destacar inclusive que não foi identificado nenhum registro em instituições do estado de São Paulo tendo como palavra-chave termos derivados de *turismo*. Isso pode se relacionar ao fato que, entre os cursos ofertados em universidades públicas do estado, dois serem da USP, uma instituição estadual pouco inserida no SIGProj e com sistema próprio de sistematização de suas práticas extensionistas, como também é o caso da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – e da Unesp. A figura 6 ilustra a distribuição das ações por unidades federativas nacionais.

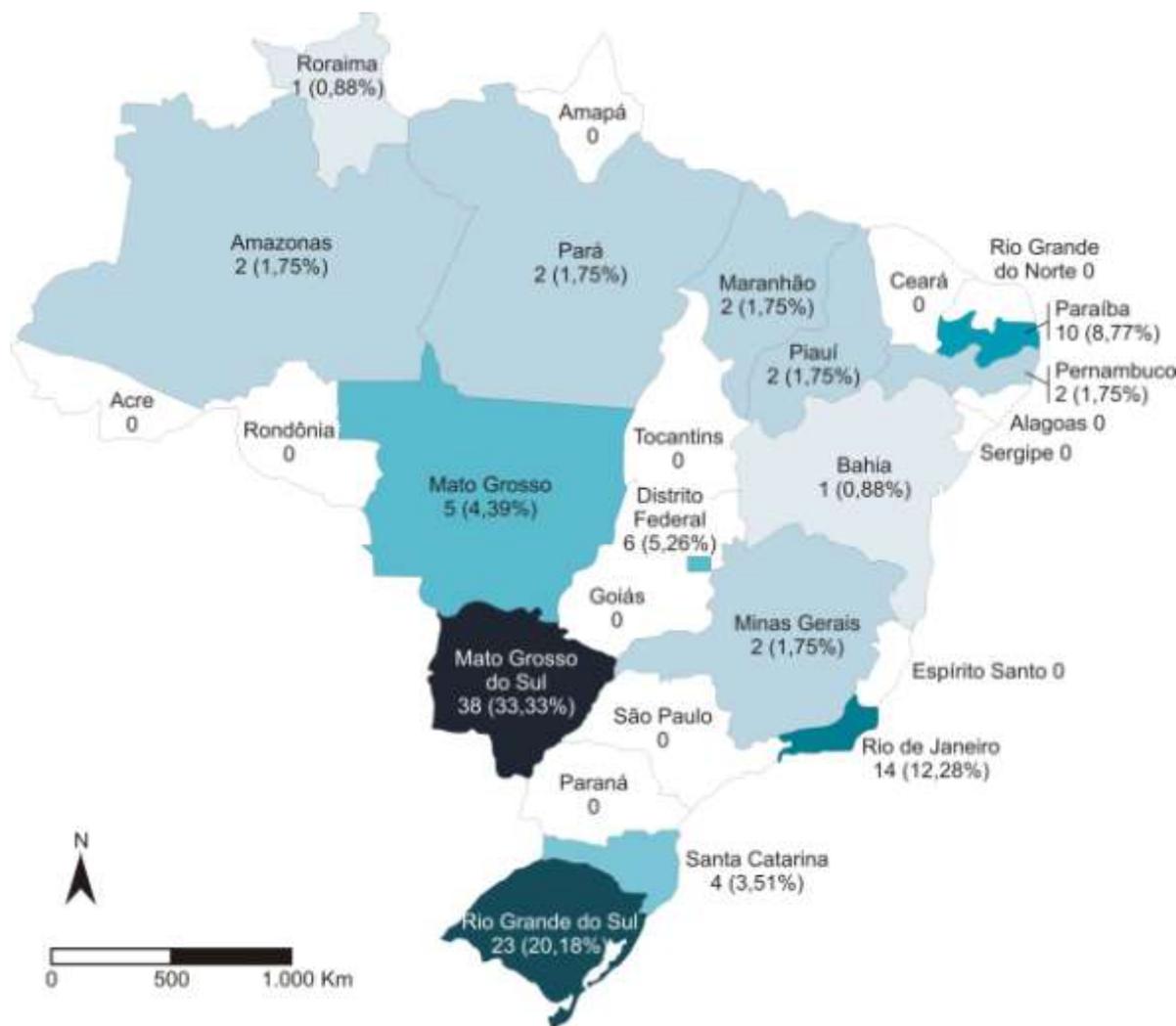


Figura 6 – Estados das universidades responsáveis pelas ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

É importante lembrar que o SIGProj não reflete necessariamente a distribuição das ações extensionistas em Turismo nas instituições públicas brasileiras, pois muitas delas não utilizam o sistema. A esse respeito, convém retomar os resultados do estudo realizado por Malerba, Landi e Rejowski (2011). A partir de artigos de periódicos e trabalhos de eventos, as autoras identificaram 23 ações desenvolvidas entre 2000 e 2010, nove em instituições privadas e 14 em instituições públicas, sendo que 13 das instituições identificadas não aparecem nas ações identificadas a partir do SIGProj:

- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS;
- Universidade Federal do Maranhão – UFMA;
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG);
- Centro Universitário Newton Paiva;

- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;
- Universidade Federal de Campina Grande - UFCG;
- Universidade Fumec;
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG;
- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – Unesp;
- Universidade de São Paulo – USP,
- Associação Educacional de Garça;
- Universidade Federal do Paraná – UFPR, e
- Universidade do Vale do Itajaí – Univali.

As ações registradas no SIGProj são identificadas também pela Unidade Geral – *campus*, pró-reitoria, faculdade, centro ou instituto – e pela Unidade de Origem – departamento, curso ou diretoria – à qual se vinculam (figura 7). Ainda que grande parte (40,35%) das ações vincule-se ao departamento responsável pelo curso de Turismo ou à coordenação do mesmo em cada instituição, é notável o fato de 24,56% das ações serem promovidas por outros departamentos (tabela 3).

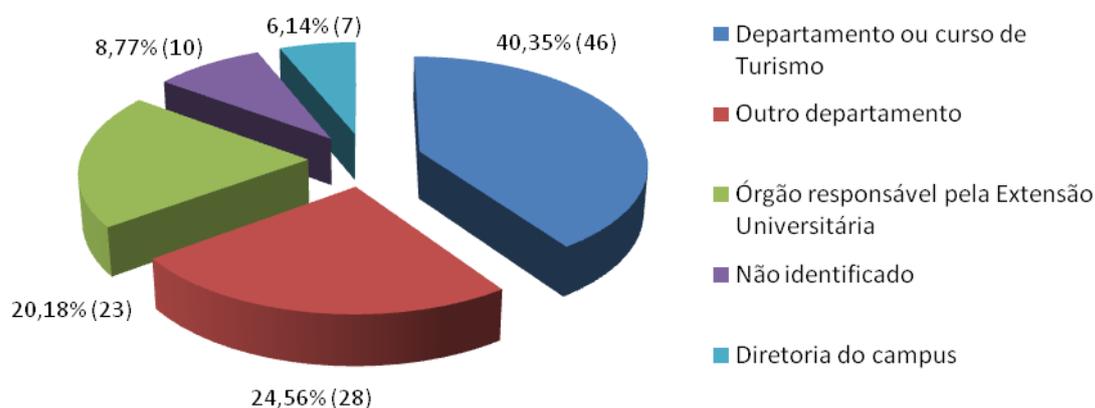


Figura 7 – Unidade responsável pelas ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

Tabela 3 – Áreas das ações extensionistas em Turismo do SIGProj não vinculadas a departamentos de Turismo – Brasil, 2006-2011

Centro, Faculdade ou Instituto	Departamento ou Curso	Ações
Artes	Design	1
Ciências Humanas, Letras e Artes	Letras	2
Linguagens	Comunicação Social	1
Ciências Humanas e Sociais	Ciências Humanas	1
Ciências Aplicadas e Educação	Ciências Sociais	4
Ciências Humanas e da Educação	Geografia	2
Ciências Humanas e Sociais	Antropologia	1
Não se aplica (Campus)	História	1
Ciências Humanas e Sociais	Educação	1
Educação	Educação	1
Educação	Teorias e Fundamentos	1
Economia	Agronegócios e Desenvolvimento Regional	1
Desenvolvimento Sustentável	Desenvolvimento Sustentável	1
Ordenamento Territorial	Ordenamento Territorial	1
Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros	Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros	1
Ciências Biológicas	Biologia Geral	1
Não se aplica (Campus)	Ciências Biológicas	2
Ciências Agrárias	Ciências Fundamentais e Sociais	1
Ciências Agrárias	Solos e Engenharia Rural	1
Engenharia Florestal	Engenharia Florestal	1
Ciências Exatas e Tecnologia	Computação e Estatística	1
Ciências Tecnológicas	Ciência da Computação	1
Total		28

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

3.2.2 Área temática e modalidade

O mecanismo de consulta pública do SIGProj permitiu também a identificação da Área Temática de cada ação extensionista selecionada, conforme a classificação proposta pelo Forproex (figura 8). As áreas de Tecnologia e Produção, Direitos Humanos e Justiça, e Cultura são as que mais se destacam, o que reflete a orientação das unidades de origem dos projetos, em especial nas Ciências Humanas e Sociais. A área temática de Meio Ambiente é representada por apenas uma ação, ainda que vários projetos – como será detalhado adiante – abordem temáticas de Turismo e Meio Ambiente, Ecoturismo e Educação Ambiental. Chama atenção também o fato da área Trabalho responder por apenas 14,04% das ações, uma vez que se trata da única área que apresenta um subtema diretamente relacionado ao turismo, qual

seja, *turismo e oportunidades de trabalho*. Cita-se que não há nenhuma ação relacionada à área temática de Educação entre todos os registros identificados.

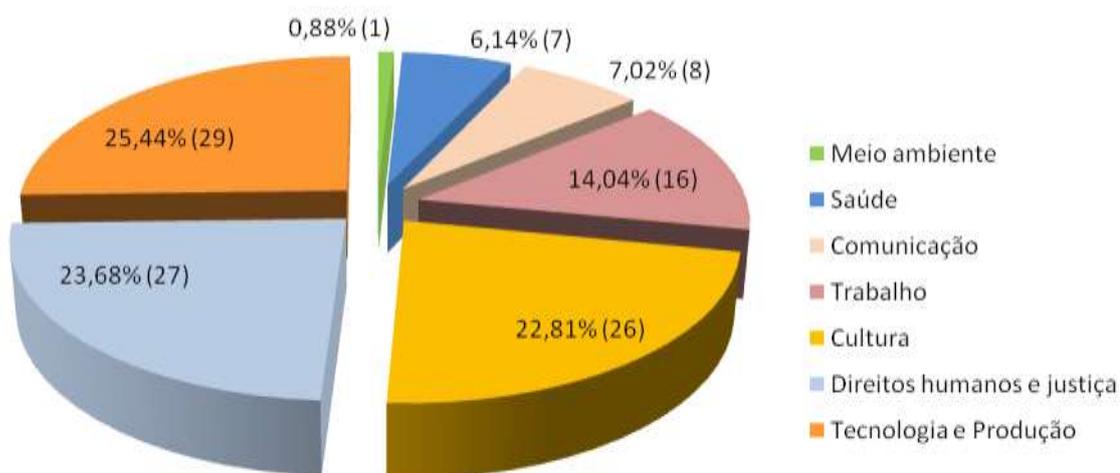


Figura 8 – Área temática das ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011
Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

No que diz respeito à modalidade das ações extensionistas identificadas (figura 9), observa-se a predominância dos projetos (55,26%), seguidos por eventos (21,93%) e cursos (13,16%); programas prestações de serviços são pouco representativos.

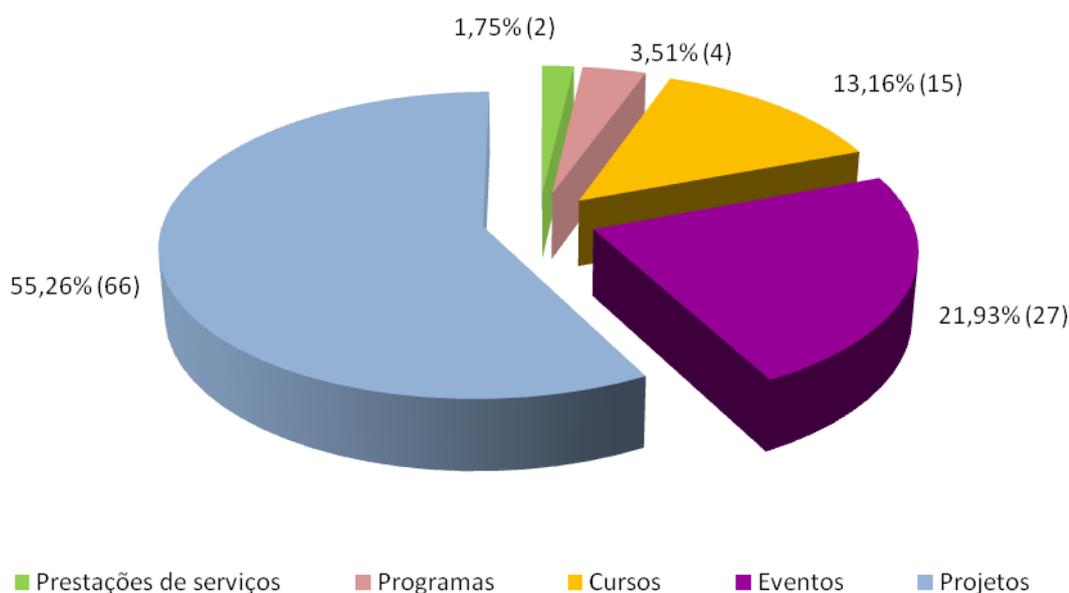


Figura 9 – Modalidade das ações extensionistas em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011
Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

Os programas, possivelmente por sua natureza mais complexa e por demandarem mais recursos físicos e financeiros, correspondem a uma parcela menor das ações identificadas. Atrás deles, aparecem as prestações de serviço, com apenas duas ações. É importante lembrar que, conforme assinalado por Cunha (2010) e Nogueira (2001), muitas vezes, a prestação de serviços envolve honorários e pagamentos, o que costuma implicar em uma série de burocracias dentro das instituições públicas de ensino.

3.2.3 Duração e público-alvo

A duração das ações varia de um dia a dois anos²⁷, o que pode ser explicado em razão das diferentes modalidades. Os 66 projetos – modalidade mais frequente – apresentam duração de 26 a 751 dias, sendo a média 315 dias. Desses, 54,55% apresentam duração entre seis meses a um ano; 24,24% de mais de um ano a 1,5 ano; 13,64%, menos de seis meses, e 7,58% de dois anos ou mais. Note-se que 86,37% dos projetos apresentam duração superior a seis meses.

As duas prestações de serviço tem duração de 238 e 367 dias. Os quatro programas apresentam duração de 145 a 365 dias, contradizendo os critérios para caracterização desta modalidade, que pressupõe execução em médio ou longo prazo (FORPROEX, 2007a).²⁸

Os 14 cursos tem duração entre 5 e 227 dias, sendo a média 95 dias. Os eventos, por sua vez, apresentam duração de 1 a 365 dias, e média de 103 dias. Observa-se, dessa forma, que duração dos eventos contempla não apenas a realização do evento em si, mas também etapas de planejamento e pós-evento.

Em relação ao público alvo das ações extensionistas, 83,3% delas focam o público externo: procurando atingir acadêmicos, estudantes do ensino básico, profissionais e instituições do setor e comunidades específicas. Além disso, 56,1% das ações objetivam também o público interno, representado, em geral, por graduandos de turismo e outras áreas. Cabe citar que 43% das ações procuram atingir segmentos de ambos os públicos, por outro lado, 13,1% das ações focam apenas o público interno, o que não seria esperado para ações

²⁷ Três ações indicaram duração de mais de quatro anos, sendo dois eventos de cinco anos e um curso de quatro anos e cinco meses. Tendo em vista a incompatibilidade da duração indicada com a natureza da ação, acredita-se terem sido equívocos de digitação ou do sistema. Dessa forma, tais ações foram ignoradas na tabulação do aspecto *duração*.

²⁸ Cabe dizer que os programas por constituírem conjuntos articulados de projetos e outras ações, eventualmente, podem ter sido registrados de maneira fragmentada. Entretanto, o mecanismo do SIGProj não permite identificar as ações vinculadas aos programas.

extensionistas, uma vez que se entende extensão universitária como o processo educativo, cultural e científico que viabiliza uma relação transformadora entre a Universidade e a sociedade (FORPROEX, 2000). Logo, pressupõe-se que ações extensionistas deveriam ter o intuito de possibilitar o diálogo entre comunidade interna e externa das instituições, ao invés de representarem a Universidade voltada a ela mesma.

3.3 Ações vinculadas a bacharelados em Turismo

3.3.1 Perfil das ações

As 53 ações vinculadas a cursos de Turismo tiveram início a partir de 2007, e sua evolução temporal acompanha a das ações em turismo em geral, observando-se crescimento significativo, ainda que com um pequeno declínio de 2010 para 2011 (figura 10). Cabe dizer, uma vez mais, que a distribuição temporal das ações reflete, possivelmente, a demanda gerada pelos editais adicionais ao SIGProj anualmente. De qualquer forma, é notável o crescimento do número de ações extensionistas iniciadas a cada ano, com especial destaque para o aumento de entre 2009 e 2010.

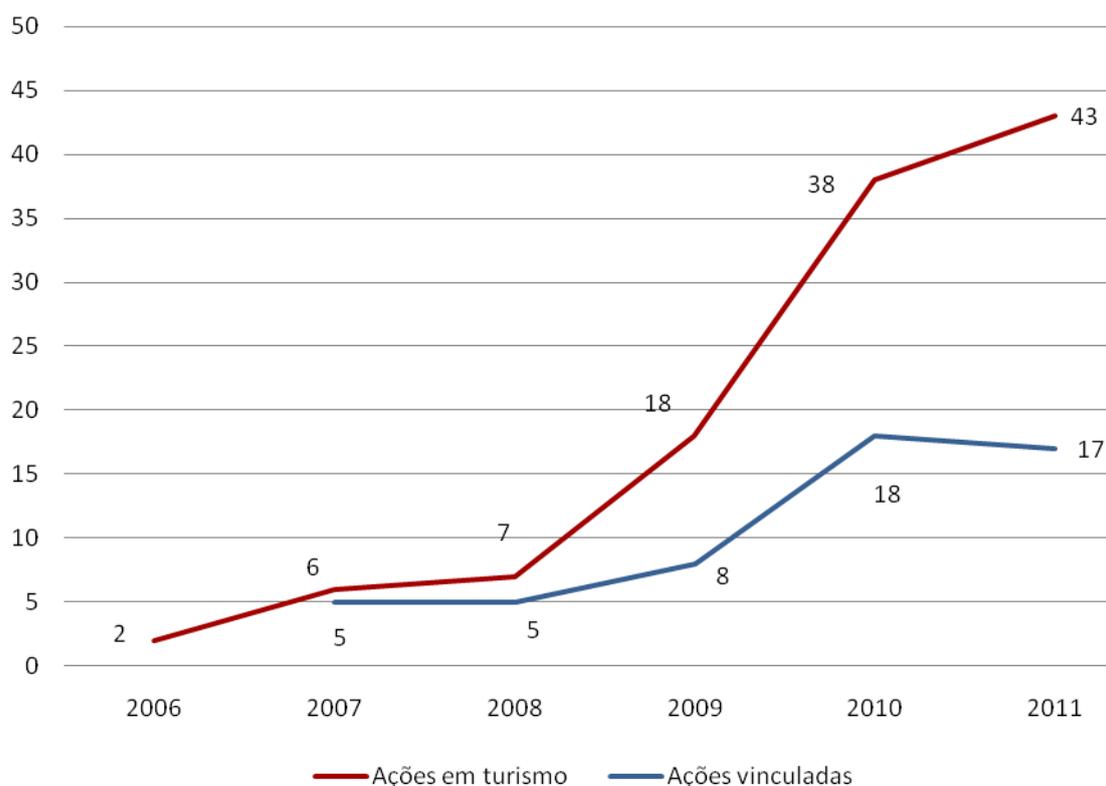


Figura 10 – Evolução temporal das ações extensionistas em Turismo do SIGProj pelas ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj– Brasil, 2006-2011
Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

A maioria das ações vinculadas foi realizada por universidades federais (73,58%, 39 ações). As demais se vinculam a uma única universidade estadual, a UEMS. No que diz respeito à localização das IES, nota-se novamente um grande peso da região Centro-Oeste, especificamente no estado do Mato Grosso do Sul, em que duas instituições – UFMS e UEMS –, que juntas são responsáveis por 27 ações (50,9%) realizadas no âmbito dos cursos de Turismo. O Sudeste, representado por uma única universidade – UFF – responde por 14 ações (26,4%). Seguem-se o Nordeste com 6 ações (11,32%) e o Sul com apenas 3 ações (23,68%). Cabe citar que não foram identificadas ações no âmbito de bacharelados em Turismo na região Norte, onde a UFPA oferece turmas de bacharelado em Turismo. Isso pode indicar ou a inexistência de ações na região, o que parece pouco plausível, ou a não inserção de ações no SIGProj. O quadro 10 elenca as ações vinculadas por região, estado, instituição, unidade geral e unidade de origem.

Região	UF	IES	Unidade Geral	Unidade de Origem	Ações (cont.)
Sudeste	RJ	UFF	EST - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo	STT - Departamento de Turismo	Ciclo de palestras
					ENTBL - Encontro Nacional de Turismo com Base Local
					Observatório de monitoramento dos impactos do uso público no Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) – RJ
					Circuito Turístico Digital da Fazenda Engenho Novo
					Guia Turístico Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro – 2010
					Guia Turístico Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro – 2011
					Projeto Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro: avaliação da percepção dos painéis interpretativos - 2011
					Projeto Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro: avaliação da percepção dos painéis interpretativos-2010
					Visitas e viagens Técnicas do Curso de Turismo
					Motivação e expectativas a respeito do curso de Turismo – 2010
					Motivação e expectativas a respeito do curso de Turismo – 2011
					Perfil dos docentes do Curso de Turismo de Instituições Públicas Brasileiras – 2010
					Perfil dos docentes do Curso de Turismo de Instituições Públicas Brasileiras – 2011
					Análise das perspectivas do setor turístico no município de Oriximiná-PA e adjacências

Quadro 10 – Instituições das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj–Brasil, 2006-2011 (continua)

Fonte: Elaboração própria.

Região	UF	IES	Unidade Geral	Unidade de Origem	Ações
Centro-oeste	DF	UnB	CET - Centro de Excelência em Turismo	CET - Centro de Excelência em Turismo	Curso de Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo
					Semana da Ciência e do Meio Ambiente
	MS	UEMS	PROEC - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários	DEX - Divisão de Extensão	Operacionalização do Laboratório de Planejamento de Turismo em Ambientes Naturais
					Operacionalização do Laboratório de Turismo e da Agência Experimental
				DCAC - Divisão de Cultura e Assuntos Comunitários	Reestruturação e Operacionalização do Laboratório de Planejamento e Organização do Turismo em Ambientes Naturais
					I Curso para Formação de Condutores de Turismo na cidade de Dourados
			UDO - Unidade Universitária de Dourados	CCTUR - Coordenação do Curso de Turismo	Espeleoturismo
					Curso de extensão em Gastronomia - 2009 - 1º semestre
					Curso de extensão em Gastronomia - 2009 - 2º semestre
					II Curso para Formação de Condutores de Turismo na cidade de Dourados
			UJA - Unidade Universitária de Jardim	CCT - Coordenação do Curso de Turismo	Ensinar o turismo para as crianças de escolas públicas - 2009
					II Encontro de Turismo em Ambientes Naturais
		Ensinar o turismo para as crianças de escolas públicas - 2008			
		Assessoria ao Grande Dourados Convention & Visitors Bureau			
		UFMS	CPAQ - Campus de Aquidauana	DGC/CPAQ - Departamento de Geociências	IV EBETUR MS - IV Encontro de bachelares e estudantes de turismo de MS
					Laboratório de Turismo
					Estratégias para a melhoria do atendimento ao cliente no segmento do turismo receptivo em Jardim
					III Semana do Turismo - III Ebetur
					IV Semana de Turismo da UFMS - Campus Aquidauana
					Semana de Turismo "Cultura e Turismo: Impressões e expressões regionais"
	II Semana do Turismo				
	Café com Turismo				
	AMÉRICA TUR 2008 - Expedição Técnica, Científica e Cultural do Curso de Turismo da UFMS - Peru e Bolívia				
Despertando a educação turística a partir da inserção de práticas lúdicas no contexto escolar					
O Turismo na Educação Básica					
CPBO - Campus de Bonito	GAB/CPBO - Gabinete do Diretor		Geoturismo		
			1º CONATUS - Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade		
			Encontro Regional de Turismo e Meio Ambiente - 2010		
			Encontro Regional de Turismo e Meio Ambiente - 2011		
			Reducar Bonito através do Turismo		

Quadro 10 – Instituições das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj-Brasil, 2006-2011 (continua)

Fonte: Elaboração própria.

Região	UF	IES	Unidade Geral	Unidade de Origem	Ações (cont.)
Nordeste	MA	UFMA	CCSo - Centro de Ciências Sociais	DETHU - Departamento de Turismo e Hotelaria	Espaço Integrado do Turismo: Projeto Aprendendo e Empreendendo com o Turismo
					Profissionalização da Hospitalidade
	PB	UFPB	CCHLA - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	DECOM - Departamento de Comunicação	VivaCidades
					A Educação Turística e a Construção da Cidadania: uma experiência de planejamento participativo comunitário - O Caso da Cartilha <i>Se liga prefeito! O turismo tá!</i>
	PE	UFPE	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Hotelaria e Turismo	I Semana de Extensão do DHT ²⁹ : a aplicabilidade das práticas de Hospitalidade e Turismo face ao planejamento e organização de megaeventos
					Planejamento Sustentável do Turismo do Arquipélago de Fernando de Noronha
Sul	RS	FURG	UE - Unidades Educacionais	ICHI - Instituto de Ciências Humanas e da Informação	II Congresso Internacional de Turismo do Extremo Sul: Turismo e Desenvolvimento Regional
					Minha terra tem Palmares onde vive o mergulhão - Resgate histórico, cultural e turístico dos campos neutrais.
					Turismo e Febutiá: Cultive essa idéia

Quadro 10 – Instituições das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj–Brasil, 2006-2011

Fonte: Elaboração própria.

Com relação às modalidades das ações vinculadas, sua distribuição também acompanha a distribuição das ações em Turismo, conforme mostrado na figura 11.

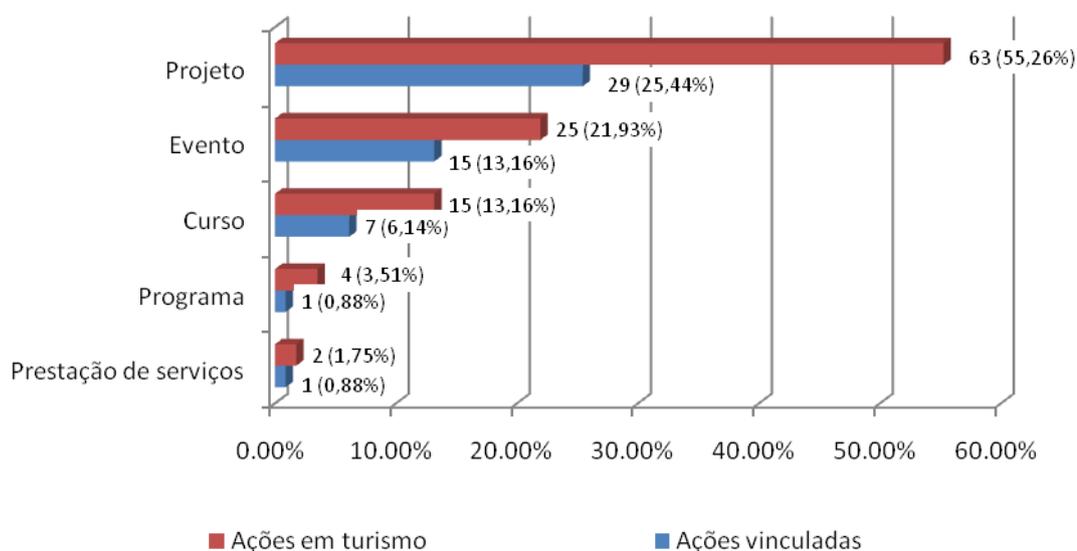


Figura 11 – Modalidade das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj–Brasil, 2006-2011

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

²⁹ Departamento de Hotelaria e Turismo.

Observa-se que, uma vez mais, há predominância de projetos e eventos, a presença significativa de cursos e a inexpressiva representatividade de programas e prestações de serviços.

3.3.2 Tipologia

A fim de compreender melhor como a extensão se manifesta em cada uma das modalidades, procurou-se organizar as ações em uma tipologia que permitisse visualizar as diferentes possibilidades de práticas extensionistas em turismo. Com base nas informações de cada registro, especialmente a partir do resumo das ações, foi possível identificar dez tipos de ações, independente da modalidade: a) eventos acadêmicos; b) ações de sensibilização e educação patrimonial; c) pesquisas de opinião, assessoria ou consultoria; d) curso de capacitação ou qualificação profissional; e) curso de difusão cultural; f) laboratório; g) criação de banco de dados; h) publicação ou site; i) pesquisa documental, e j) viagem ou visita técnica.

Tipo	Descrição
Eventos acadêmicos	Eventos para discussão de tópicos relacionados ao estudo do Turismo e à divulgação científica.
Ação de sensibilização e educação patrimonial	Intervenção junto à comunidade para esclarecimento sobre as potencialidades do turismo e a importância da preservação dos patrimônios natural e cultural das localidades.
Pesquisas de opinião	Levantamento quantitativo junto a informantes selecionados, sobre determinado aspecto relacionado ao turismo.
Assessoria ou consultoria	Realização de uma ou mais etapas do processo de planejamento turístico, enfocando atrativos, localidades, regiões ou organizações.
Curso de capacitação ou qualificação profissional	Ação voltada ao preparo ou aprimoramento profissional
Curso de difusão cultural	Cursos sobre temas variados, sem compromisso com a atuação profissional dos participantes.
Laboratório	Espaço para prática de futuras atividades profissionais do bacharel em Turismo.
Criação de banco de dados, publicação ou <i>site</i>	Ações que preveem a identificação, sistematização e disponibilização de informações sobre atrativos e localidades turísticas, com fins de divulgação ou gestão.
Pesquisa documental	Coleta de dados com base em fontes documentais
Viagem ou visita técnica	Execução de viagens e visitas para complementação curricular dos bacharelados em turismo.

Quadro 11 – Tipos das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj-Brasil, 2006-2011

Fonte: Elaboração própria.

De modo geral, predominam os eventos acadêmicos que correspondem a 15 ações caracterizadas pela realização congressos, encontros, semanas e palestras abrangendo divulgação de trabalhos científicos, palestras e debates sobre temáticas variadas relacionadas ao estudo do Turismo (tabela 4). Embora em alguns casos prevejam a participação de profissionais do setor e até do público em geral, a maioria se dirige a membros da comunidade acadêmica interna e/ou externa à instituição, como ocorre com a Semana do Turismo e do Meio Ambiente (UNB), cujo objetivo principal é atualização de estudantes e pesquisadores das áreas de turismo, desenvolvimento sustentável, geografia e biologia.

Tabela 4 – Tipos das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj– Brasil, 2006-2011

Modalidade	Tipo	Qtde.
Projeto (29)	Pesquisa de opinião	5
	Assessoria ou consultoria	5
	Ação de sensibilização e educação patrimonial	5
	Criação de banco de dados, publicação ou <i>site</i>	4
	Visita ou viagem técnica	3
	Laboratório	3
	Curso de capacitação ou qualificação profissional	2
	Pesquisa documental	2
	Evento acadêmico	1
Evento (15)	Evento acadêmico	14
	Ação de sensibilização e educação patrimonial	1
Curso (7)	Curso de difusão cultural	4
	Curso de capacitação ou qualificação profissional	3
Prestação de serviços	Laboratório	1
Programa	Ação de sensibilização e educação patrimonial	1
Total		53

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

As ações de sensibilização e educação patrimonial contemplam 5 projetos, 1 evento e 1 programa (tabela 4). Neste caso, o público alvo é composto, essencialmente, de membros da comunidade externa: alunos do ensino básico, jovens da comunidade local ou membros da comunidade do entorno da instituição. As ações objetivam, em geral, esclarecer tal público sobre as potencialidades do turismo e a importância da preservação dos patrimônios natural e cultural das localidades. Como exemplo, pode ser citado o projeto Despertando a Educação Turística a partir da inserção de práticas lúdicas no contexto escolar (UFMS), voltado à

[...] sensibilização e conscientização da importância da atividade turística para o desenvolvimento de um município. O mencionado projeto se dará através de atividades lúdicas envolvendo questões como Mapas Turísticos, Ética, Hotelaria e Hospitalidade, Meio Ambiente, identidade cultural e Cidadania, entre outros temas ligados à questão turística, que serão desenvolvidas pelos acadêmicos de turismo da UFMS/CPAQ juntamente

*com as crianças do ensino básico das escolas municipais de Aquidauana. [...] Espera-se com o desenvolvimento deste projeto possibilitar aos envolvidos uma melhor compreensão e valorização do município pelo turismo como oportunidade de desenvolvimento da localidade (SIGProj n. 19114.164.23271.09032009, Resumo).*³⁰

São representativos também os 5 projetos identificados como pesquisas de opinião, cujo escopo corresponde ao levantamento quantitativo de informações junto a respondentes determinados conforme o objetivo do projeto (tabela 4). O projeto Turismo e Febutiá: cultive essa ideia, por exemplo, corresponde a uma ação de divulgação do curso de Turismo da FURG na 4ª Febutiá – Feira do Febutiá – e contemplou, especialmente, a aplicação de questionários junto aos visitantes do evento a fim de identificar seu conhecimento sobre o curso de Turismo.

As ações identificadas como assessoria ou consultoria, por sua vez, respondem por 5 projetos, todos voltados a uma ou mais etapas do planejamento de um atrativo, destino, região ou organização do setor turístico (tabela 4). Em geral, têm como o público alvo membros de comunidades, gestores públicos e privados, conforme o objetivo de cada ação. Já o projeto Assessoria ao Grande Dourados Convention & Visitors Bureau (UEMS) trabalha com um público muito específico: “os associados do Grande Dourados Convention & Visitors Bureau, a Diretoria de Turismo da Associação Comercial e Empresarial de Dourados bem como a Coordenação Municipal de Turismo do Município de Dourados” (SIGProj n. 91843.61.3909.06072011, Público-alvo). A ação contempla apoio para formação de equipe para eventos, sensibilização do *trade* turístico, organização e estruturação do *Convention* e auxílio no desenvolvimento de suas metas. Como muitas ações extensionistas, realiza-se mediante parcerias, neste caso com a Associação Comercial e Empresarial de Dourados e a Prefeitura Municipal.

A esse respeito, cabe destacar a importância das parcerias para a consecução de ações extensionistas. Na medida em que a extensão universitária procura realizar uma comunicação com a sociedade, demanda também abertura por parte dos grupos e comunidades com os quais se pretende trabalhar, não apenas no caso dos projetos, mas de ações de quaisquer modalidades e tipos.

Os cursos de capacitação ou qualificação profissional, por exemplo, dependem ou de parcerias com instituições ou do interesse dos potenciais alunos. Este tipo congrega também 3 cursos e 2 projetos (tabela 4), cujo elemento comum é a realização de ações voltadas ao

³⁰ Os trechos extraídos de registros do SIGProj são, doravante, identificados pelo número de protocolo e pelo campo correspondente, e apresentados em itálico.

preparo ou aprimoramento profissional. Dessas ações, três são voltadas à comunidade externa e duas à interna, caso das duas edições do Curso para Formação de Condutores de Turismo na cidade de Dourados (UEMS), voltado a estudantes da graduação em Turismo. As demais procuram trabalhar com organizações e profissionais do setor ou com moradores de determinada comunidade.

Os 4 cursos de difusão cultural (tabela 4) são voltados a interessados em geral e trabalham conteúdos variados sem, necessariamente, terem comprometimento direto com o exercício profissional dos participantes. Como exemplo, cita-se a ação Geoturismo (UFMS) que corresponde a um curso básico para o entendimento do conceito de Geopark, tendo em vista revelar uma alternativa de desenvolvimento para o ecoturismo na região, considerando a preservação ambiental e valorizando a cultura local.

Os Laboratórios somam 4 ações – três projetos e uma prestação de serviços, todos realizados pela UEMS (tabela 4). Embora tenham como principal finalidade ambientar os bacharelados com atividades profissionais, tais ações pressupõem também o trabalho com representantes da comunidade externa. As atividades do projeto de Reestruturação e Operacionalização do Laboratório de Planejamento e Organização do Turismo em Ambientes Naturais (UEMS), por exemplo, têm como público alvo bacharelados em Turismo, alunos e docentes de escolas municipais, membros do *trade*, prefeituras e organizações sociais e demais interessados. Tal projeto procura responder à

[...] necessidade do curso de turismo de atender ao seu público interno, bem como a comunidade [...] é imprescindível a efetivação deste laboratório, para que os acadêmicos e demais interessados tenham acesso às ferramentas necessárias para otimizar o processo de consultoria e prestação de serviços no mercado de planejamento do turismo em ambientes naturais. [...] no laboratório serão desenvolvidas atividades programadas, visitas técnicas e palestras relativas a empreendimentos de natureza turística especialmente as vinculadas a atividades de lazer em ambientes naturais e à prática de esportes de aventura (SIGProj n. 74004.364.80170.23032011, Resumo).

Entre as ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo figuram também 4 projetos de criação de banco de dados, publicação ou *site* (tabela 4). Voltadas à comunidade interna e externa, caracterizam-se por identificar, sistematizar e disponibilizar informações sobre atrativos e localidades turísticas, com fins de divulgação ou gestão. Como exemplo pode ser citado o projeto Observatório de Monitoramento dos Impactos do Uso Público no Parque Estadual da Serra da Tiririca - PESET (UFF), que corresponde ao desenvolvimento de um banco de dados permanente sobre os impactos do uso público no Parque a fim de subsidiar ações da administração do PESET.

As 2 ações do tipo Pesquisa documental (tabela 4) correspondem às duas edições do projeto Perfil dos docentes do Curso de Turismo de Instituições Públicas Brasileiras (UFF) que, com base nos currículos Lattes e nas páginas eletrônicas das instituições de ensino procurou traçar o perfil docente dos cursos de Turismo IPES a fim de disponibilizar informações sobre a dinâmica curricular, formação e atuação acadêmica, e publicação.

Por fim, cabe citar os 2 projetos identificados no tipo viagem ou visita técnica (tabela 4). Tais ações correspondem à execução de viagens e visitas para complementação curricular dos bacharelados em turismo. O projeto América Tur 2008 (UFMS), por exemplo, corresponde a uma expedição de estudantes pelo Peru e pela Bolívia a fim de possibilitar o intercâmbio cultural entre estudantes de turismo desses países e do Brasil. Chama a atenção nessas ações o fato de terem como beneficiários alunos do bacharelado em Turismo, ao invés de membros da sociedade em geral. Dessa forma, cabe discutir de que maneira podem ou não se caracterizar como práticas extensionistas.

3.3.3 Área temática

Assim como no conjunto das ações extensionistas em turismo, as áreas temáticas que se destacam entre as ações vinculadas a bacharelados em Turismo são Tecnologia e Produção, Direitos Humanos e Justiça, Cultura e Trabalho (figura 12).

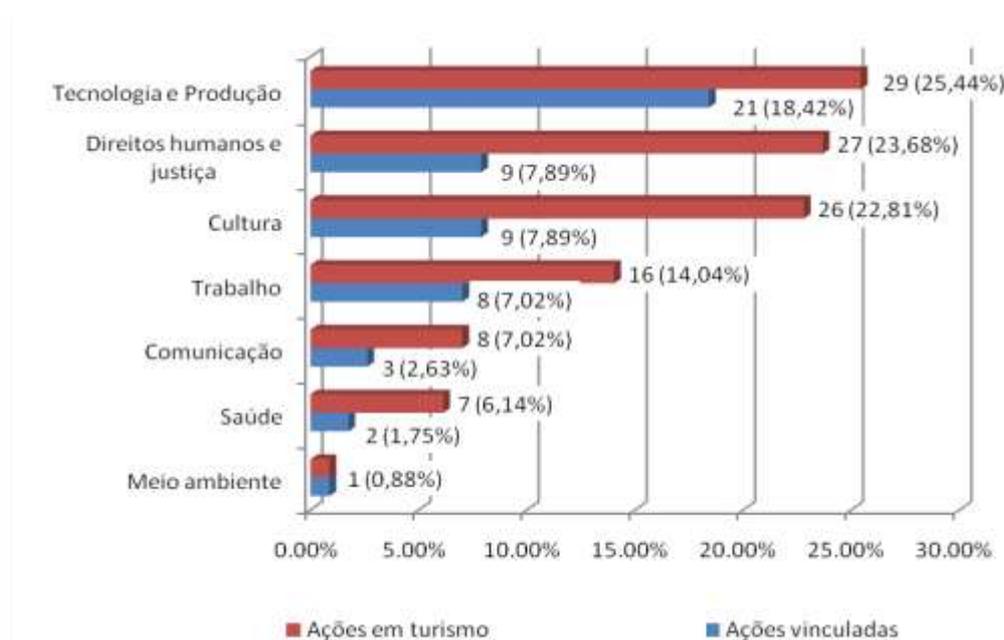


Figura 12 – Áreas temáticas das ações extensionistas em Turismo do SIGProj por ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj– Brasil, 2006-2011
Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

O SIGProj não apresenta informações sobre o subtema que possibilitou a classificação das ações em cada área³¹, tampouco sobre as linhas de extensão, o que possibilitaria compreender as razões pelas quais cada ação foi classificada na área correspondente. Entretanto, é possível examinar as ações a fim de identificar suas convergências e relações com cada área.

Entre as ações de Tecnologia e Produção (quadro 12), por exemplo, nota-se a preocupação geral com o desenvolvimento turístico, expressa por meio de ações voltadas à estruturação dos destinos turísticos, de qualificação profissional, de reflexão sobre a Educação Superior em Turismo e de discussão sobre aspectos da pesquisa e do desenvolvimento turístico. O subtema *empreendedorismo* parece permear as ações voltadas ao desenvolvimento, especialmente por meio do envolvimento da comunidade local, e manifesta-se de maneira explícita na ação “Espaço Integrado do Turismo”, que procura orientar jovens moradores de São Luiz do Maranhão em relação ao mercado turístico. As ações voltadas à divulgação científica e à educação para o turismo podem ser relacionadas, ainda que de maneira tênue, ao subtema da *inovação tecnológica*.

As ações de Direitos Humanos e Justiça (quadro 12) não apresentam um elemento comum tão claro. Entre elas encontram-se desde visitas e viagens técnicas até a elaboração de material de divulgação de destinos. No que diz respeito aos subtemas, é possível que algumas ações envolvam indiretamente *direitos de grupos sociais* e *organizações populares* em suas discussões, caso do II Congresso Internacional de Turismo do Extremo Sul, por estar voltado à reflexão sobre o turismo sustentável; e do Minha Terra tem Palmares onde vive o Mergulhão, por realizar o resgate cultural de comunidades do entorno da universidade e por visar à geração de renda e à melhoria da qualidade de vida de tais comunidades.

A área temática Cultura (quadro 12) congrega, curiosamente, ações voltadas especialmente às relações entre Turismo e Meio Ambiente, em detrimento dos subtemas a ela relacionados: *comunicação social*, *mídia comunitária*, *comunicação escrita e eletrônica*, *produção e difusão de material educativo*, *televisão universitária* e *rádio universitária* (BRASIL, 2012). É interessante notar que ações diretamente relacionadas ao subtema *cultura*, *memória* e *patrimônio*, foram classificadas em outras áreas temáticas, caso da Semana de Turismo “Cultura e Turismo: Impressões e expressões regionais” (UFMS), identificada como uma ação de Tecnologia e Produção.

³¹ Cada área temática abrange um conjunto de subtemas que devem orientar a classificação das ações. Verificar item 2.2.1 – Áreas temáticas e Linhas de Extensão

As ações da área temática Trabalho, em geral, relacionam-se aos subtemas *turismo e oportunidades de trabalho e educação profissional*. É o caso dos laboratórios e de eventos que discutem perspectivas profissionais para o setor (quadro 12).

Já a área temática Comunicações (quadro 12) tem ações não convergentes entre si e aparentemente relacionados ao subtema *comunicação social*, ainda que apresentem interfaces com outras áreas temáticas. O VivaCidades (UFPB), por exemplo, corresponde a um projeto voltado à capacitação e qualificação de alunos do curso de Turismo para atuarem como consultores em eventos da região; por tal natureza poderia ser classificado na área de Trabalho.

As ações classificadas na área de Saúde (quadro 12) correspondem a duas edições do Curso de Extensão em Gastronomia (UEMS). Acredita-se que este vínculo explique em razão da abordagem de tópicos de segurança alimentar e alimentação, o que estaria relacionado ao subtema *promoção à saúde e qualidade de vida*.

Por fim, a área temática Meio Ambiente (quadro 12) apresenta apenas um registro: o Curso de Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo (UnB). Esta ação integra o Programa Turismo Sustentável e Infância, do Governo Federal, e parece estar vinculada aos subtemas *aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural*. Por outro lado, poderia ser classificada também nas áreas temáticas Trabalho e Saúde. Tal fato evidencia o fato da classificação em áreas temáticas ser apenas um parâmetro para organização das ações extensionistas e não uma restrição a abordagens plurais e abrangentes que extrapolem os limites da classificação proposta.

Área temática	Modalidade	Tipo	Título
Comunicação	Projeto	Curso de capacitação ou qualificação profissional	VivaCidades (UFPB)
		Evento acadêmico	Café com Turismo (UFMS)
		Pesquisa de opinião	Turismo e Febutiá: Cultive essa ideia (FURG)
Cultura	Curso	Curso de difusão cultural	Espeleoturismo (UEMS)
			Geoturismo (UFMS)
	Evento	Evento acadêmico	1º CONATUS - Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade (UFMS)
			Encontro Regional de Turismo e Meio Ambiente – 2010 (UFMS)
			Encontro Regional de Turismo e Meio Ambiente – 2011 (UFMS)
			III Semana do Turismo - III Ebetur (UFMS)
		Semana da Ciência e do Meio Ambiente (UnB)	
Projeto	Assessoria ou consultoria	Planejamento Sustentável do Turismo do Arquipélago de Fernando de Noronha (UFPE)	
Projeto	Criação de banco de dados, publicação ou site	Observatório de monitoramento dos impactos do uso público no Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) – RJ (UFF)	
Direitos humanos e justiça	Evento	Evento acadêmico	II Congresso Internacional de Turismo do Extremo Sul: Turismo e Desenvolvimento Regional (FURG)
	Programa	Ação de sensibilização e educação patrimonial	Minha terra tem Palmares onde vive o mergulhão - Resgate histórico, cultural e turístico dos campos neutrais (FURG)
	Projeto	Criação de banco de dados, publicação ou site	Circuito Turístico Digital da Fazenda Engenho Novo (UFF)
			Guia Turístico Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro – 2010 (UFF)
			Guia Turístico Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro – 2011 (UFF)
	Projeto	Pesquisa de opinião	Projeto Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro: avaliação da percepção dos painéis interpretativos – 2011 (UFF)
			Projeto Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro: avaliação da percepção dos painéis interpretativos- 2010 (UFF)
	Visita ou viagem técnica	AMÉRICA TUR 2008 - Expedição Técnica, Científica e Cultural do Curso de Turismo da UFMS - Peru e Bolívia (UFMS)	
		Visitas e viagens Técnicas do Curso de Turismo (UFF)	
Meio ambiente	Curso	Curso de capacitação ou qualificação profissional	Curso de Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo (UnB)
Saúde	Curso	Curso de difusão cultura	Curso de extensão em Gastronomia - 2009 - 1º semestre (UEMS)
			Curso de extensão em Gastronomia - 2009 - 2º semestre (UEMS)
Tecnologia e Produção	Curso	Curso de capacitação ou qualificação profissional	I Curso para Formação de Condutores de Turismo na cidade de Dourados (UEMS)
			II Curso para Formação de Condutores de Turismo na cidade de Dourados (UEMS)
	Evento	Ação de sensibilização e educação patrimonial	Ensinar o turismo para as crianças de escolas públicas – 2009 (UEMS)

Quadro 12 – Ações extensionistas por área temática, modalidade e tipo – ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj– Brasil, 2006-2011 (continua)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

Área temática	Modalidade	Tipo	Título	
Tecnologia e Produção	Evento	Evento acadêmico	Ciclo de palestras (UFF)	
			ENTBL - Encontro Nacional de Turismo com Base Local (UFF)	
			I Semana de Extensão do DHT: a aplicabilidade das práticas de Hospitalidade e Turismo face ao planejamento e organização de megaeventos (UFPE)	
			IV EBETUR MS - IV Encontro de bachelaréis e estudantes de turismo de MS (UEMS)	
			IV Semana de Turismo da UFMS - Campus Aquidauana (UFMS)	
			Semana de Turismo "Cultura e Turismo: Impressões e expressões regionais" (UFMS)	
	Projeto	Ação de sensibilização e educação patrimonial	Ação de sensibilização e educação patrimonial	Despertando a educação turística a partir da inserção de práticas lúdicas no contexto escolar (UFMS)
				Ensinar o turismo para as crianças de escolas públicas – 2008 (UEMS)
				Espaço Integrado do Turismo: Projeto Aprendendo e Empreendendo com o Turismo
				O Turismo na Educação Básica (UFMS)
				Reeducar Bonito através do Turismo (UFMS)
		Assessoria ou consultoria	Assessoria ou consultoria	A Educação Turística e a Construção da Cidadania: uma experiência de planejamento participativo comunitário - O Caso da Cartilha <i>Se liga prefeito! O turismo tai!</i> (UFPB)
				Estratégias para a melhoria do atendimento ao cliente no segmento do turismo receptivo em Jardim (UEMS)
		Curso de capacitação ou qualificação profissional	Curso de capacitação ou qualificação profissional	Profissionalização da Hospitalidade (UFMA)
		Pesquisa de opinião	Pesquisa de opinião	Motivação e expectativas a respeito do curso de Turismo – 2010 (UFF)
				Motivação e expectativas a respeito do curso de Turismo – 2011 (UFF)
		Pesquisa documental	Pesquisa documental	Perfil dos docentes do Curso de Turismo de Instituições Públicas Brasileiras – 2010 (UFF)
				Perfil dos docentes do Curso de Turismo de Instituições Públicas Brasileiras – 2011 (UFF)
		Trabalho	Evento	Evento acadêmico
II Semana do Turismo (UFMS)				
Prestação de serviços	Laboratório de turismo e afins		Laboratório de Turismo (UEMS)	
Projeto	Assessoria ou consultoria		Assessoria ou consultoria	Análise das perspectivas do setor turístico no município de Oriximiná-PA e adjacências (UFF)
				Assessoria ao Grande Dourados Convention & Visitors Bureau (UEMS)
	Laboratório de turismo e afins		Laboratório de turismo e afins	Operacionalização do Laboratório de Planejamento de Turismo em Ambientes Naturais (UEMS)
				Operacionalização do Laboratório de Turismo e da Agência Experimental (UEMS)
Reestruturação e Operacionalização do Laboratório de Planejamento e Organização do Turismo em Ambientes Naturais (UEMS)				

Quadro 12 – Ações extensionistas por área temática, modalidade e tipo – ações extensionistas vinculadas a bacharelados em Turismo do SIGProj – Brasil, 2006-2011

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012).

3.3.4 Visão dos coordenadores

Por meio de questionário respondido pelos coordenadores de 29 das 53 ações vinculadas, foi possível ter acesso a informações sobre a composição das equipes de trabalho. Além dos coordenadores, as 29 ações tiveram a participação de alunos dos bacharelados em Turismo. Dessas, 13 ações contaram também com alunos de outras áreas. Em relação à participação docente, 27 ações envolveram outros professores de turismo além dos coordenadores, e 13 delas envolveram também docentes de outras áreas. Além disso, 9 ações contaram com outros participantes, como alunos de pós-graduação, membros de organizações não governamentais – ONGs, funcionários administrativos das instituições, além de profissionais específicos para demandas dos projetos, como especialista em *webdesign* no projeto Guia Turístico Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro (UFF).

Alguns respondentes preencheram o campo “outros” com a indicação de parceiros na execução das ações, como o projeto Operacionalização do Laboratório de Turismo e da Agência Experimental (UEMS) que envolveu parcerias com a Prefeitura Municipal de Dourados e uma empresa de ônibus da região. Já o Encontro Regional de Meio Ambiente (UFMS) firmou parcerias com instituições do município de Bonito, como a Associação Bonitense de Hotelaria, a Associação dos Bares e Restaurantes e Associação dos Atrativos de Turismo no fornecimento de cortesias para alimentação, hospedagem e passeios. As alianças entre a universidade e a sociedade para o sucesso das práticas de extensão universitária reforçam a importância do entendimento da extensão como comunicação, na medida em que todos os envolvidos precisam dialogar e agir de maneira conjunta para alcançar os resultados almejados.

Segundo os coordenadores, 20 ações enfrentaram dificuldades durante seu desenvolvimento, sendo a principal delas, citada para 10 ações, a insuficiência, indisponibilidade ou demora no repasse de recursos financeiros. O Encontro Regional de Turismo e Meio Ambiente (UFMS), por exemplo, foi aprovado prevendo recursos da universidade, porém o repasse não ocorreu. No caso da Operacionalização do Laboratório de Turismo e da Agência Experimental (UEMS), a falta de recursos da instituição impossibilitou

a renovação de um serviço de Global Distribution System – GDS³² – o que seria essencial para a prática de agenciamento.

Dessas 20 ações, 4 encontraram dificuldades relacionadas à articulação entre os envolvidos, seja entre a universidade, o governo e as ONGs envolvidas – projeto A Educação Turística e a Construção da Cidadania (UFPB) – seja entre as diferentes IES envolvidas – caso da III Semana do Turismo – III Ebetur (UFMS). Três ações enfrentaram dificuldades relacionadas à distância e ao deslocamento dos locais trabalhados. Neste caso, destaca-se o projeto Análise das perspectivas do setor turístico no município de Oriximiná-PA e adjacências (UFF) que, embora realizado por uma instituição localizada em Niterói (RJ), teve como foco de ação um município do Pará, a aproximadamente 4 mil quilômetros. Além disso, foram citados como fatores dificultosos a falta de infraestrutura e espaço das instituições (2); a burocracia do poder público para compra de materiais (1); a confiabilidade dos dados utilizados na pesquisa (1); o tempo escasso para realização da ação (1) e o fato de a ação realizar-se no exterior (1).

Tendo em vista identificar a relação das ações extensionistas desenvolvidas com o ensino, perguntou-se aos coordenadores se as mesmas teriam envolvido disciplinas do curso de Turismo das instituições em que se realizaram, ao que a maioria respondeu positivamente somando-se 26 ações, 11 delas tendo indicado mais de uma disciplina relacionada. As disciplinas envolvidas, em geral, vão ao encontro das temáticas trabalhadas em cada ação, por exemplo, o 1º CONATUS – Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade (UFMS) envolve disciplinas das áreas de eventos e meio ambiente; já o Guia Turístico Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro (UFF) trabalha com as disciplinas de Gestão de Destinos e Técnicas de Pesquisas Aplicadas ao Turismo.

Para compreensão dos conteúdos curriculares abordados, agruparam-se as disciplinas em eixos temáticos (tabela 5), dentre os quais se destacam Meio Ambiente, Metodologia da Pesquisa, Eventos e Planejamento e Gestão de Destinos.

³² GDS são sistemas globais de distribuição que realizam por meio digital a intermediação entre operadoras e agências de turismo e os diversos fornecedores de serviços que um turista pode solicitar (hospedagem, alimentação, *transfer*, passeios, passagens aéreas, locação de automóveis, entre outros).

Tabela 5 – Eixos temáticos das disciplinas envolvidas nas ações extensionistas detalhadas

Eixos temáticos das disciplinas	Ações
Turismo e Meio ambiente	8
Metodologia da pesquisa	7
Eventos	4
Planejamento e gestão de destinos	4
Formação geral sobre turismo	3
Turismo, cultura e patrimônio	3
Gastronomia	3
Hotelaria	2
Marketing	2
História	1
Agenciamento	1
Transportes	1
Geografia	1
Empreendedorismo	1
Turismo e Educação	1

Fonte: Elaboração própria.

É curioso notar a predominância das disciplinas referentes à área de Turismo e Meio Ambiente em contraste com a existência de uma única ação – do conjunto das 114 ações em Turismo identificadas no SIGProj – identificada na área temática Meio Ambiente.

Questionaram-se também os coordenadores sobre a geração de artigos científicos ou apresentações em eventos a partir das ações extensionistas, como forma de investigar a integração entre a extensão universitária e a pesquisa. Segundo os coordenadores, 19 ações geraram artigos e apresentações.

Nem todos os respondentes especificaram os artigos e trabalhos produzidos conforme solicitado, porém, entre os que o fizeram, pode-se perceber que 13 das 19 ações originaram artigos publicados em revistas de extensão e trabalhos apresentados em eventos da extensão, em que geralmente se relatam os objetivos, o desenvolvimento e os resultados das ações. Por outro lado, coordenadores de 6 ações indicaram artigos e trabalhos que trazem à tona conhecimentos sobre turismo produzidos a partir do desenvolvimento das ações, como “O Geopark Bodoquena-Pantanal como Oportunidade de Desenvolvimento Regional”, apresentado no II Conatus – Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade, e o “Cenário da Formação Docente e Tendências de Investigação Científica nos Cursos de Turismo das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro, Brasil”, no XX Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

Deve-se destacar também duas ações que originaram Trabalhos de Conclusão de Curso, caso da Operacionalização do Laboratório de Turismo e da Agência Experimental (UEMS) e do Profissionalização da Hospitalidade (UFMA).

O questionário procurou também levantar informações sobre a concepção dos coordenadores a respeito da extensão universitária, investigando suas motivações, benefícios percebidos e conceito de extensão. A motivação dos 17 respondentes para coordenar e realizar ações extensionistas envolve fatores pessoais, demandas da atividade docente universitária ou comprometimento com a comunidade. Sete coordenadores indicaram necessidades dos alunos como fatores motivacionais, especialmente no que diz respeito à integração com o mercado de trabalho e com a comunidade, e o desenvolvimento de olhar crítico sobre a realidade.

Vemos que há vantagem para o aluno em entender melhor o papel do turismo na sociedade. (RE)³³

Acredito que o acadêmico do curso de turismo precisa ter um olhar mais amplo sobre o turismo e a realidade regional do turismo [...]. (RH)

A necessidade de integração dos acadêmicos com o mercado em geral [...]. (RA).

Nove coordenadores declararam-se motivados pelas contribuições que a extensão pode levar à sociedade: pela possibilidade de apresentar o turismo à sociedade, por pretender trabalhar pela melhoria da qualidade de vida das comunidades e pelo reconhecimento do compromisso da universidade com a sociedade. Cabe destacar também que dois respondentes se referiram à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como elementos motivadores, e um terceiro respondente chegou a indicar explicitamente o incentivo à pesquisa e à extensão por parte da instituição.

Solicitou-se também aos coordenadores que indicassem os principais benefícios da extensão para a formação do egresso em Turismo, a universidade e a sociedade, segundo suas percepções. Em relação aos benefícios para os bacharelados em Turismo, destaca-se a chamada “integração teoria X prática” com vistas ao aprimoramento profissional, citada por 10 respondentes.

Para a formação do aluno, futuro profissional, penso que as ações de extensão podem ser uma oportunidade para colocá-lo diante dos conhecimentos oriundos do ensino, aplicando-o na prática, gerando em muitos casos, dados para uma pesquisa [...].(RD)

A possibilidade de ter, de alguma maneira, vivenciado um contato com a comunidade, através de ações desenvolvidas durante a graduação. Esse

³³ Os trechos extraídos dos questionários serão doravante transcritos em itálico. O código entre parênteses identifica cada um dos 17 respondentes (R) com letras do alfabeto de A a Q.

contato profissional x comunidade é uma constante na vida do bacharel. Assim, pode-se dizer que a extensão permite uma prática assistida durante a execução dos estudos. (RI)

Cinco coordenadores também indicaram fatores relacionados ao desenvolvimento de senso de responsabilidade e o comprometimento com a sociedade.

Ele tem a possibilidade de aprender coisas novas e contribuir com a sociedade oferecendo algo a mais que a universidade pode dar. Esta experiência o torna um cidadão melhor e mais engajado nos problemas sociais. (RE)

Os extensionistas, através do projeto e de suas ações, associam o conhecimento teórico adquirido nas aulas, com experiências práticas junto à comunidade. Há um considerável senso de responsabilidade social. Os alunos desenvolveram uma visão crítica de sua realidade, despertando para o sentimento de seus potenciais. Diante dessa conscientização, passaram a intervir nas suas comunidades, aperfeiçoando empreendimentos já existentes e despertando para novas atividades turísticas. (RP)

Na segunda resposta, nota-se também o entendimento da extensão como forma de desenvolver uma visão mais crítica da realidade, a partir da qual o aluno pode, inclusive, vislumbrar possibilidades de atuação conforme seus potenciais.

Além desses aspectos, foram apontados benefícios referentes à aprendizagem do trabalho em equipe, à formação multi e interdisciplinar, o contato com o *trade* e com o público, bem como a vivência universitária. No caso dos benefícios para a instituição, 12 coordenadores fazem referência à missão da Universidade de contribuir com a sociedade, exercendo seu “*papel social*” (RB) e “[...] *devolvendo à sociedade o saber adquirido por seu corpo discente*” (RI). O compromisso social é assim entendido como um benefício à Universidade. Isso se deve, possivelmente, à possibilidade de exposição positiva e consequente reconhecimento por parte da sociedade, como sugerem três respostas:

O exercício de seu papel social e o reconhecimento pela sociedade deste papel. (RB)

Envolver a comunidade com as discussões propiciadas pelos docentes e discentes. A comunidade passa a entender com maior profundidade o objetivo da universidade, respeitando-a, conseqüentemente. Não se pode furtar o fato de que as ações extensionistas sejam na área da saúde, jurídica ou outras, talvez proporcionem à comunidade, uma experiência única de acesso a alguns serviços, que por razões adversas, talvez não fossem feitas. (RI)

Ampliar sua visibilidade e projeção, cumprindo com seu papel social. (RL)

Alguns coordenadores mencionaram também benefícios relativos à construção do conhecimento e à formação dos discentes e docentes em razão da troca de experiências, da aproximação do conhecimento científico da realidade.

O compartilhamento do conhecimento, um retorno e também o espaço para se buscar novas fontes de pesquisa e novas demandas para que a Universidade possa estar sempre em diálogo com a região onde está inserida. (RQ)

No que tange à sociedade, os coordenadores aludem, principalmente, a três grupos de benefícios, quais sejam, a aquisição ou construção de conhecimento, a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, como explicitam os trechos a seguir.

A sociedade se beneficia com projetos que trazem conhecimento, entretenimento e se sente valorizada. Por outro lado, a comunidade estando próxima da universidade é estimulada a se qualificar e dá mais valor ao ensino. (RH)

Receber e ser beneficiada pela Universidade com os resultados das ações de ensino e pesquisa. (RJ)

Que se beneficia dessas ações por ter pessoas que, especialistas em sua área, podem levar esse conhecimento pra fora dos muros da Universidade. Este, acredito, o verdadeiro sentido do ensino universitário: poder fazer cidadãos melhores para uma transformação social. (RK)

Receber orientação qualificada para as suas práticas cotidianas. (RL)

Um espaço para a busca de soluções e demandas das comunidades; um espaço para a qualificação profissional, para trocas e construção de conhecimentos e um veículo de comunicação entre sociedade e Universidade. (RQ)

Note-se que, em alguns casos, as palavras utilizadas revelam um entendimento da sociedade como paciente das ações extensionistas: na primeira citação, ela se beneficia de projetos que *trazem* conhecimento; na segunda e na quarta, *recebe* os resultados e orientações da Universidade; na terceira, é a universidade que pode *fazer cidadãos melhores*. Por outro lado, na quinta, o respondente deixa transparecer um entendimento de extensão como construção coletiva de conhecimentos, como espaço de busca de soluções e comunicação.

Com o intuito de identificar o conceito de extensão que orienta as ações vinculadas, perguntou-se aos seus coordenadores como definiriam extensão universitária. As 17 respostas podem ser organizadas em quatro grupos. O primeiro corresponde a 3 paráfrases da definição utilizada pelo Forproex (2000), na medida em que se referem à extensão como *processo educativo, cultural e científico*, fazem alusão à *articulação entre ensino, pesquisa e extensão* e citam a *relação transformadora entre Universidade e Sociedade*.

A extensão universitária é um processo de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico que integra e articula o tripé, ensino, pesquisa e extensão, ou seja, a universidade, diretamente com a sociedade. (RD)

O segundo grupo contempla, na realidade, caracterizações da extensão insuficientes para conceituá-la, ainda que destaquem elementos que a constituem.

Como um dos pilares do ensino superior. (RF)

Uma experiência fantástica! Vida além dos muros da universidade. (RG)

Como ouvi certa vez: “o primo pobre” dos pilares que formam a Universidade, uma vez que não se é dado o devido valor aos programas e nem aos professores que os desenvolvem. Parece que é sempre mais “nobre” ter artigos publicados em revistas internacionais do que ver uma transformação social acontecendo à sua volta. (RK)

A extensão é uma grande oportunidade e de se fazer contato com comunidade externa a universidade, de poder fazer uma ligação entre academia mercado de trabalho, além dos discentes também conseguem um estagio e às vezes trabalho. A extensão universitária é importante para todos que estão envolvidos no processo, de engrandecimento pessoal e profissional. (RN)

O terceiro grupo é o mais representativo e apresenta sete definições que entendem a extensão como forma de a Universidade aproximar-se da sociedade, estendendo a ela os conhecimentos que produz e, eventualmente, coletando subsídios para produção de novos conhecimentos. Alguns exemplos:

É a extensão da universidade na comunidade com o conhecimento adquirido pelo ensino e a pesquisa. As ações desenvolvidas na comunidade certamente produzem novos conhecimentos e proporcionam a constante articulação entre ensino, pesquisa e extensão (os nossos projetos de extensão deram origem a outros de ensino e pesquisa baseados em resultados obtidos em ações de extensão). (RH)

É o conjunto de ações que a universidade realiza em busca da aproximação com a comunidade e oferecer-lhe serviços que não estariam ao seu alcance, sem a extensão, e formar de maneira mais completa seus acadêmicos. (RC)

A oportunidade de devolver para a comunidade o conhecimento acumulado no intramuro das universidades. É a oportunidade de testar esse conhecimento e aproximar a comunidade da universidade. (RM)

Por fim, o quarto grupo abrange 2 definições que, apesar de também conceituarem extensão como aproximação entre Universidade e sociedade e como retorno ou oferta do conhecimento produzido, admitem explicitamente o diálogo e a existência de um conhecimento produzido fora do ambiente acadêmico.

Um retorno que a Universidade, principalmente a pública e gratuita, deve dar a sociedade. Uma ação que aproxima o conhecimento acadêmico com o conhecimento popular e social, espaço de socialização e também veículo de aproximação ao acesso universitário. (RQ)

A extensão universitária para mim é uma atividade de aproximação da universidade com a sociedade, onde ocorre uma relação de troca e aprendizagem do conhecimento produzido por ambos. É também uma responsabilidade da universidade para com a sociedade no sentido de oferecer sua pesquisa e seu ensino para a sociedade. (RE)

3.4 Discussão dos resultados

Das 114 ações extensionistas em Turismo identificadas no SIGProj, uma parcela considerável 24,56% é vinculada a departamentos e centros que não abrigam cursos de Turismo o que evidencia as contribuições de variadas áreas e disciplinas para o estudo do Turismo (Rejowski, 1996; Tribe, 1997; Panosso Netto, 2011; Jafari, 2005). Essas ações, em geral, vinculam-se a unidades de Ciências Humanas e Sociais – como Letras, Geografia, Antropologia, História, Educação, Economia –, o que remete às áreas responsáveis pela origem da bibliografia especializada em turismo, nas décadas de 1960 e 1970 (PEARCE, 1988).

São igualmente diversas as áreas temáticas das ações, tanto no conjunto das 114 relacionadas a Turismo, quando no subgrupo daquelas que se realizaram sob coordenação de docentes vinculados a cursos de Turismo. Essa pluralidade de enfoques e olhares envolvidos no estudo do turismo como campo de conhecimento reflete a variedade de dimensões do turismo como soma de fenômenos e relações originados da interação entre as regiões e localidades geradoras de fluxo e hospedeiras, os turistas, as empresas do setor, os governos e às comunidades (TRIBE, 2008; REJOWSKI, 1996).

As ações extensionistas mostram-se variadas também em relação às modalidades (FORPROEX, 2007a), dentre as quais se destacam os projetos e os eventos e, em menor grau, os cursos. Os programas correspondem a uma parcela muito pequena o que pode ser uma consequência das disposições dos editais cadastrados no SIGProj, da indisponibilidade de verbas para ações de médio ou longo prazo ou do baixo interesse das instituições. A baixa ocorrência de programas pode revelar também a pouca articulação entre ações de extensão, pesquisa e ensino com objetivos comuns (FORPROEX, 2007a). De qualquer forma, para uma compreensão acurada desse quadro, novas investigações se fazem necessárias.

Além dos programas, as prestações de serviços mostraram-se pouco representativas, o que pode sinalizar, eventualmente, dificuldades para realização de parcerias e contratações entre as instituições e comunidades, empresas e órgãos públicos – hipótese que demanda novas investigações para sua confirmação. Cabe destacar, por outro lado, que, entre os projetos vinculados a cursos de turismo, notam-se ações que poderiam configurar-se como

prestações de serviço, na medida em que correspondem a trabalhos realizados e oferecidos a comunidades e organizações. É o caso dos projetos Assessoria ao Grande Dourados Convention & Visitors Bureau (UEMS) e Planejamento Sustentável do Turismo do Arquipélago de Fernando de Noronha (UFPE), ambos identificados como ações de assessoria ou consultoria.

Cabe lembrar que as parcerias entre as instituições e diferentes entes da sociedade se mostraram relevantes em diferentes projetos, conforme o resumo de algumas ações – como o Curso de Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo (UnB), realizado em parceria com o Ministério do Turismo e a Fundação Getúlio Vargas – FGV – e de acordo com alguns dos respondentes dos questionários – como os coordenadores do projeto de Operacionalização do Laboratório de Turismo e da Agência Experimental (UEMS) e do Encontro Regional de Meio Ambiente (UFMS). A realização dessas parcerias pode contribuir para suprir a carência de recursos financeiros para a extensão universitária, favorecer a articulação entre academia e mercado, e atenuar a lacuna entre universidades e empresas, sem se restringir a práticas exclusivamente profissionalizantes, mas considerando as conexões do currículo com o setor turístico, de modo a efetuar uma síntese entre a formação profissionalizante e uma educação reflexiva (AIREY, 2008a; STERGIOUS, 2008).

No que diz respeito à tipologia de ações extensionistas em Turismo, estabelecida na presente pesquisa para as ações vinculadas a bacharelados em Turismo, observaram-se diferentes formas de atuação junto à sociedade: de eventos acadêmicos a pesquisas de opinião, de cursos voltados à capacitação ou qualificação profissional a criação de banco de dados, publicações ou *sites*. Essas diferentes possibilidades de ação permitem aos cursos de turismo trabalhar com diversos segmentos de público, com ênfase na comunidade externa às universidades. É preciso pontuar, porém, que algumas ações, notadamente as do tipo visita ou viagem técnica, priorizam os próprios bacharelados em Turismo, o que suscita dúvidas sobre sua validade como práticas de extensão universitária, tendo em vista a definição adotada pelo Forproex desde 1987 (FORPROEX, 2000, p. 5) que estabelece que a troca de saberes propiciada pela extensão deve ter como resultados “[...] a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da sociedade.” Estudos mais aprofundados sobre o escopo e o desenvolvimento dessas ações podem trazer luz a tal indagação.

Deve-se ressaltar que a variedade de práticas extensionistas pode favorecer o trabalho com diferentes competências e habilidades necessárias ao bacharel em Turismo (BRASIL, 2006), nos quatro domínios-chave propostos para a formação do profissional filosófico: reflexão liberal, ação liberal, reflexão profissional e ação profissional (TRIBE, 2002)³⁴. O projeto Observatório de Monitoramento dos Impactos do Uso Público no Parque Estadual da Serra da Tiririca – Peset/RJ (UFF), por exemplo, pode desenvolver a “compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais [...]”; “a utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas [...]”, e “domínios de técnicas relacionadas com a seleção de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento [...]” (BRASIL, 2006). O papel da extensão para formação do profissional filosófico (TRIBE, 2002) é, inclusive, reafirmado pelas colocações dos respondentes como benefícios para o futuro egresso em Turismo não somente a prática dos serviços turísticos e o contato com o *trade* turístico, mas também o desenvolvimento do senso de responsabilidade social, uma maior compreensão da comunidade em que estão inseridos e o desenvolvimento crítico em relação à sociedade.

Outro importante benefício citado corresponde à formação multi e interdisciplinar que as ações extensionistas possibilitam, o que é fundamental para a educação superior em Turismo (Jafari; Ritchie, 1989; Trigo, 1998; Rejowski, 1996). Tal fato é evidenciado pelas respostas dos coordenadores das ações a respeito das disciplinas envolvidas nas ações, uma vez que 11 das 29 ações cobertas por esta etapa da pesquisa envolveram mais de uma disciplina, o que sinaliza o potencial da extensão no âmbito da multi, inter e/ou transdisciplinaridade.

A diversidade de disciplinas e temáticas envolvidas nas ações investigadas revela que as mesmas abordam diferentes conteúdos do estudo do turismo, o que é confirmado também pelo confronto das temáticas das ações com modelos teóricos sobre o turismo. Observando, por exemplo, àquelas vinculadas aos bacharelados pelo modelo de Criação do Conhecimento Turístico segundo Tribe (1997), identificam-se tanto ações que priorizam a ênfase nos aspectos comerciais e empresariais da atividade, quanto àquelas voltadas àquilo que não diz respeito diretamente aos negócios. Evidentemente, deve-se ressaltar que a identificação de uma ação em um ou outro campo não é exata, uma vez que no turismo os diferentes campos estão relacionados dada a sua própria complexidade. O êxito do planejamento de um destino

³⁴ Verificar quadro 5, item 1.3.2.

turístico, por exemplo, depende tanto de sua estratégia de marketing quanto da compreensão das problemáticas sociais e culturais de sua comunidade.

De qualquer forma, em um exercício analítico, pode-se identificar o *campo do turismo* privilegiado no desenvolvimento de ação. Observa-se, assim, uma preponderância daquelas não relacionadas diretamente a aspectos comerciais (36 ações, 67,92%) em relação às outras (17, 32,08%). Entre as ações com ênfase em aspectos comerciais, empresariais ou de negócios encontram-se a Análise das perspectivas do setor turístico do município de Oriximiná-PA e adjacências (UFF), Profissionalização da Hospitalidade (UFMA), Operacionalização do Laboratório de Turismo e da Agência Experimental (UEMS), entre outros. Por sua vez, como exemplos de ações com ênfase em aspectos de outra natureza podem ser citados o Curso de Formação de Multiplicadores na prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo (UnB), O Turismo na Educação Básica (UEMS) e Reeducar Bonito através do Turismo (UFMS).

Exercício semelhante pode ser feito tendo como base o Sistur (BENI, 2007), modelo teórico sistêmico para estudo do turismo que influenciou os currículos em Turismo no Brasil (LIMA; REJOWSKI, 2011). Quase metade das ações vinculadas (24 ações, 48%) relaciona-se prioritariamente ao Conjunto das Relações Ambientais, ou seja, às relações entre o turismo e os chamados subsistemas ecológico, social, econômico e cultural. É o caso do Projeto Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro: avaliação da percepção dos painéis interpretativos (UFF), que corresponde à pesquisa junto ao público de painéis explicativos sobre a evolução de monumentos geológicos fluminenses, instalados em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro. Outro exemplo consiste nas duas edições do Curso de extensão em Gastronomia (UEMS), cuja proposta é oferecer à comunidade a oportunidade de vivenciar conteúdos da disciplina Gastronomia e Segurança Alimentar do bacharelado em Turismo da instituição. E ainda O Turismo na Educação Básica (UFMS), que a partir de ações de sensibilização de estudantes almeja possibilitar uma maior valorização do município e do turismo como oportunidade de desenvolvimento.

Por sua vez, 12 ações (22,64%) apresentam ênfase em aspectos do Conjunto das Ações Operacionais, abordando elementos relativos à oferta, à demanda e à distribuição do produto turístico. Como exemplos, figuram o projeto Estratégias para melhoria do atendimento ao cliente no segmento do turismo receptivo em jardim (UEMS) e o VivaCidades (UFPB), que consiste em uma ação de capacitação de bacharelados para atuação como consultores em eventos.

Uma parcela menor (7 ações, 13,21%) é voltada prioritariamente a questões concernentes ao Conjunto da Organização Estrutural, todas elas voltadas a aspectos da superestrutura como o projeto A Educação Turística e a Construção da Cidadania: uma experiência de planejamento participativo comunitário – O Caso da Cartilha *Se liga prefeito! O turismo táí!* (UFPB), que corresponde a uma experiência de planejamento participativo, com vistas à participação popular em ações afirmativas de reflexão, direcionamento e elaboração de estratégias de atuação no campo das políticas públicas para o desenvolvimento e a educação, através da atividade turística.

Cabe destacar também a ocorrência de 10 ações (18,87%) não passíveis de uma identificação com um conjunto específico, por abordarem temas abrangentes, caso de alguns eventos acadêmicos – a IV Semana de Turismo da UFMS e o ENTBL (UFF), por exemplo – e de ações voltadas a aspectos relativos à educação superior em Turismo, como a pesquisa sobre o Perfil dos docentes do Curso de Turismo de Instituições Públicas Brasileiras (UFF).

O confronto das ações extensionistas vinculadas a bacharelados em turismo aos modelos de Tribe (1997) e de Beni (2007) corroboram a afirmação de Airey (2008a) sobre a expansão do currículo de Turismo para além de suas origens profissionalizantes, passando a abordar temas mais abrangentes como antropologia e meio ambiente.

No que diz respeito à integração entre pesquisa e extensão, observa-se que as ações extensionistas geram publicações e trabalhos científicos, ainda que em geral abordem o próprio desenvolvimento da prática extensionista. De qualquer forma, notam-se ações que originam artigos de periódicos e trabalhos apresentados em eventos científicos, assim como trabalhos de conclusão de curso.

É possível também verificar a aderência das ações extensionistas aos temas sobre os quais se debruçam atualmente os pesquisadores de turismo. Para tanto, podem-se confrontar as 53 ações vinculadas às temáticas das divisões científicas propostas para o IX Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR, 2012). Descartando-se 7 ações em que não é possível identificar apenas uma divisão científica mais apropriada (5 eventos acadêmicos e 2 projetos de visitas e viagens técnicas), observa-se uma concentração de ações voltadas prioritariamente às temáticas da divisão científica de Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade, seguidas por àquelas com foco principal em Planejamento, Gestão e Hospitalidade no Turismo (tabela 6). As divisões de Cultura, Gastronomia e Lazer no Turismo e de Formação e Pesquisa em Turismo são menos representativas. Note-se também que sete subdivisões científicas propostas pela Anptur não

apresentam ações correspondentes, ainda que seus temas permeiem ações com ênfase em outras subdivisões temáticas.

Surpreende também a pouca expressividade da subdivisão de Hospitalidade no Turismo, que poderia ser maximizada pela realização de ações junto a residentes ou empresários de localidades turísticas.

Tabela 6 – Aderência das ações vinculadas a bacharelados em Turismo às divisões científicas da Anptur, 2012

Divisão Científica	Subdivisão científica	Ações (n)	Ações (%)
Divisão Científica Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade (DDT)	DDT1 – Políticas Públicas de Turismo	2	4,35
	DDT2 – Desenvolvimento Local e Regional do Turismo	7	15,22
	DDT3 – Turismo, Meio Ambiente e Gestão Ambiental	14	30,43
	DDT4 – Avaliação de Projetos Turísticos	0	0,00
Divisão Científica Planejamento, Gestão e Hospitalidade No Turismo (DPG)	DPG1 – Planejamento do Destino Turístico	2	4,35
	DPG2 – Marketing, Serviços, Competitividade e Estratégia.	4	9,30
	DPG3 – Hospitalidade no Turismo	2	4,65
	DPG4 – Gestão do Conhecimento, Inovação e Tecnologia	0	0,00
Divisão Científica Cultura, Gastronomia e Lazer No Turismo (DCL)	DCL1 – Turismo, Cultura e Patrimônio	3	6,52
	DCL2 – Estudos Socioantropológicos em Turismo	0	0,00
	DCL3 – História do Turismo	0	0,00
	DCL4 – Turismo, Lazer e Entretenimento	0	0,00
	DCL5 – Turismo, Gastronomia e Restauração	2	4,35
Divisão Científica Formação e Pesquisa em Turismo (DFP)	DFP1 – Epistemologia e Metodologias das Pesquisas Turísticas	0	0,00
	DFP2 – Produção e Comunicação Científica em Turismo	0	0,00
	DFP3 – Formação, Qualificação e Gestão de pessoas no Turismo	4	9,30
	DFP4 – Formação Superior em Turismo	5	10,87
Total		46	100,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIGProj (BRASIL, 2012) e Anptur (2012).

É importante ressaltar, porém, que este cruzamento foi elaborado com base apenas nos resumos constantes do SIGProj a fim de fornecer um panorama introdutório sobre a aderência da extensão aos temas atuais da pesquisa em Turismo. Todavia, ainda que de maneira preliminar, é possível visualizar as áreas de maior confluência e indicar possibilidades pouco exploradas pela extensão em Turismo, considerando amostra da presente dissertação.

De toda forma, a integração da extensão em turismo não apenas com a pesquisa, mas também com o ensino deve ser objeto de novas pesquisas e reflexões a fim de descrever com ela tem se realizado e de sinalizar possibilidades para sua efetiva concretização. Ainda que os questionários aplicados junto aos coordenadores forneçam indícios de integração com ensino e a pesquisa, nota-se em algumas das respostas referências à extensão como *pilar*, o que incide no risco de uma visão de ensino, pesquisa e extensão como missões isoladas da

Universidade e não como um processo articulado e indissociável (FORPROEX, 2007a; VALÊNCIO, 2000).

Com relação aos benefícios da extensão para a formação do egresso em Turismo, vários respondentes apresentaram uma concepção de extensão como aplicação dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Se por um lado tal entendimento destaca a importância das práticas extensionistas para uma formação global, conectada à sociedade, às comunidades e ao mercado de trabalho, por outro evidencia as colocações de Cunha (1998) acerca da ótica positivista que orienta o trabalho com o currículo nas Universidades e dificulta a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Isto porque se parte da premissa de que para compreender a prática é necessário primeiramente dominar a teoria, ao passo que é do contato com a realidade que surgem as indagações que motivam a busca por conhecimento, para a pesquisa (CUNHA, 1998).

Em que pese os benefícios da extensão para as Universidades, alguns respondentes citaram também a visibilidade que as ações extensionistas podem propiciar. Enfatiza-se, dessa forma, o potencial das ações extensionistas configurarem fatores de impacto junto à sociedade para reconhecimento e valorização dos cursos de turismo (AIREY, 2011).

No que diz respeito aos benefícios da extensão para a sociedade e a universidade, bem como às motivações para coordenar práticas extensionistas, alguns respondentes enfatizam a realização do compromisso social da Universidade e as possibilidades de melhorar a qualidade de vida das comunidades atendidas. Cabe lembrar, porém que, conforme Botomé (1996), o compromisso social da Universidade deve ser realizado em todas as suas atividades, uma vez que a função de qualquer instituição social não é outra senão a de melhorar a qualidade de vida na sociedade.

Observa-se, também, nas respostas de alguns coordenadores, um entendimento da Universidade como a principal agente das transformações que a extensão pode ocasionar na sociedade, reforçando o que Freire (1993) já sinalizava como um caráter invasivo da prática extensionista, apenas estendendo saberes aos considerados menos favorecidos. Outros respondentes, porém, referem-se à extensão como espaço para trocas e diálogo, enfatizando a comunicação e a construção coletiva de conhecimentos em detrimento da transmissão e do *estender* de saberes (FREIRE, 1993).

Por fim, cabe comentar os conceitos de extensão implícitos não apenas nas definições de extensão apresentadas pelos coordenadores, mas em outros momentos do questionário, em que se observam elementos de diferentes momentos conceituais da extensão (SERRANO, 2008). A ideia de transmissão vertical do conhecimento, por exemplo, está implícita em

trechos que destacam a extensão como forma de levar à sociedade os conhecimentos produzidos na Universidade e descrevem a sociedade como a receptora de tais conhecimentos. A ação sociocomunitária, por sua vez, se faz presente nas respostas que enfatizam o comprometimento da extensão com mudanças e transformações sociais que produzem melhorias na qualidade de vida. Por fim, o momento acadêmico-institucional transparece não apenas nas definições que parafraseiam trechos da definição do Forproex (2000), mas nos trechos que destacam a troca e as possibilidades de a Universidade também se beneficiar a partir da relação com a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação procurou constituir um primeiro passo para a diminuição da lacuna até então observada nas reflexões acadêmicas sobre as possibilidades da extensão universitária na área de turismo. Como um estudo exploratório, aproximou-se do tema e do objeto a fim de propiciar uma visão geral das práticas extensionistas em turismo, especialmente àquelas vinculadas a bacharelados em Turismo de universidades públicas.

A Educação Superior em Turismo encontra-se em um momento de amadurecimento, conforme foi possível depreender do primeiro capítulo teórico desta dissertação. De uma origem essencialmente voltada à profissionalização, o ensino de turismo abrange hoje não apenas técnicas e procedimentos operacionais, mas conhecimentos abrangentes, que possibilitam a formação de profissionais capazes de atuar com qualidade e, ao mesmo tempo, adotar uma postura crítica em relação não apenas à sociedade em que o turismo se manifesta, mas também a sua própria atuação. Igualmente, a pesquisa em turismo também tem ampliado seu olhar para problemáticas além da economia e da geografia, relacionando-se a conhecimentos advindos, por exemplo, da filosofia, da antropologia, da biologia, entre outros.

Entretanto, a educação superior não se realiza apenas nos limites da pesquisa e do ensino, mas deve contemplar também a extensão, isto é, a comunicação da Universidade com a Sociedade. Deve-se ressaltar, inclusive, que tais limites não deveriam sequer existir, uma vez que *ensino*, *pesquisa* e *extensão* nomeiam diferentes elementos de um sistema dinâmico, por meio do qual a construção de conhecimento pode ser realizada no âmbito da educação superior. Da realidade vêm as indagações que a pesquisa procura responder, gerando conhecimentos que podem ser ensinados e aplicados em ações extensionistas que possibilitam um aprendizado além da sala de aula, por meio da cooperação entre os envolvidos nas diferentes atividades de extensão.

Em corredores e salas de professores de universidades é comum discutir-se a dificuldade de integrar teoria e prática, pesquisa e aplicação, academia e mercado. Embora essas dicotomias sejam reais e concretas no dia a dia da educação superior, elas contrariam aquela que deveria ser a natureza da Universidade: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Mais que uma prática simulada em laboratórios, é fundamental que o aluno tenha a prática fora dos muros, uma vez que é do contato com a realidade que surge a indagação necessária para a pesquisa e que ressignifica o que se aprende em sala de aula. Além disso, é

importante frisar que a extensão pode oferecer oportunidades privilegiadas para a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, uma vez que a realidade não é composta de conteúdos estanques, mas de uma composição entre todos eles.

A revisão teórica sobre extensão universitária propriamente dita – segundo capítulo – permitiu a esta pesquisadora reelaborar seu entendimento sobre a extensão: não se trata de um tripé, com pilares isolados, mas de um sistema dinâmico; não constitui uma atividade redentora, que busca aplacar a “culpa” de uma academia ensimesmada, mas uma forma de cooperação e de comunicação entre sociedade e universidade, já que a história deu conta de isolar uma da outra. Deve-se lembrar, a esse respeito, que a universidade não é um apêndice da sociedade, mas parte dela. Entretanto, a organização e o trabalho acadêmicos, muitas vezes, constroem muros intransponíveis e, deste modo, o conhecimento tem um fim em si mesmo e perde sua razão de ser. A revisão teórica permitiu também compreender como a extensão universitária é organizada e sistematizada no âmbito das instituições de ensino públicas brasileiras, conhecimento fundamental para o desenrolar da pesquisa.

Acredita-se que a pesquisa desenvolvida tenha permitido visualizar um panorama da atuação das universidades públicas brasileiras no que se refere à extensão universitária em turismo, com base nos dados do SIGPROj. Os resultados apresentam principalmente ações desenvolvidas por instituições federais de ensino, fato que possivelmente decorre da escolha da base de dados utilizada, uma vez que a mesma é administrada pelo MEC. Sabe-se que muitas universidades estaduais, municipais, privadas e comunitárias não contempladas pela pesquisa realizam ações extensionistas, mediante inclusive sistemas próprios de sistematização e avaliação. Logo, não é possível entender os resultados aqui apresentados como uma descrição totalizada da extensão universitária em Turismo no Brasil, mesmo no âmbito das instituições públicas. Entretanto, trata-se de um panorama inicial que contempla uma amostra significativa e relevante, na medida em que se trata do único banco de dados nacional da extensão atualmente disponível para consulta.

As ações extensionistas, independente de realizarem-se ou não no âmbito de bacharelados em Turismo, mostraram-se variadas, distribuídas por instituições das diferentes regiões do Brasil e relacionadas a diferentes áreas de conhecimento, com ênfase nas disciplinas das Ciências Humanas e Sociais. Entre as áreas temáticas, sobressaem-se Tecnologia e Produção, Direitos Humanos e Justiça, e Trabalho, sugerindo uma relação entre o turismo e desenvolvimento socioeconômico. Em que pesem as modalidades de ações, predominam os projetos, com mais de metade das ações identificadas, seguidos por eventos e

curso. A duração varia conforme a modalidade de ação; cursos e eventos costumam ser mais pontuais e ter durações reduzidas. Os projetos duram, em média, em torno de dez meses. O público-alvo das ações é igualmente variado, atingindo – como esperado – sobretudo a comunidade externa em seus diferentes segmentos: estudantes, membros de comunidades específicas ou do entorno das instituições, profissionais do setor, empresários, membros do governo, associações. Chama, porém, a atenção o fato de algumas ações voltarem-se exclusivamente aos graduandos das instituições em que se realizam, especialmente àquelas dirigidas, sobretudo, a bacharelados em Turismo. Tal fato levanta dúvidas sobre a validade do caráter extensionista das mesmas, uma vez que a extensão prevê um diálogo entre Universidade e Sociedade. Trata-se de um aspecto que pode ser contemplado em investigações posteriores.

Esse quadro se repete no que diz respeito, especificamente, às ações extensionistas em turismo vinculadas a bacharelados em Turismo – isto é, coordenadas por docentes associados a esses cursos. Neste caso, chama especialmente a atenção o percentual de ações realizadas em duas instituições do estado do Mato Grosso do Sul: UFMS e UEMS, além da UFF, no Rio de Janeiro. Essa concentração pode ser fruto de uma forte adesão institucional ao SIGProj, do comprometimento destas instituições com a extensão ou da preocupação dos próprios departamentos responsáveis por seus cursos de Turismo. A presente pesquisa não explica esse fato, entretanto, sugere que o mesmo seja estudado com maior profundidade em novos estudos. As três instituições, inclusive, podem ser objeto de estudos de caso sobre a extensão universitária em Turismo no Brasil.

Em relação às ações vinculadas, investigaram-se também suas formas de atuação junto à sociedade, por meio da identificação de tipos de ações mais frequentes, independente da modalidade registrada junto ao SIGProj. Nessa classificação, predominam sobretudo os eventos acadêmicos, na forma de congressos, encontros, seminários e semanas. Entretanto, observa-se grande variedade de tipos de ações revelando que, se por um lado a extensão universitária em Turismo é ainda pouco discutida em âmbito acadêmico e, talvez, pouco expressiva no quadro global da extensão universitária, por outro ela é ampla em possibilidades de atingir diferentes objetivos e trabalhar com os mais diversos segmentos do público-alvo. Foram identificadas desde ações de sensibilização e educação patrimonial até pesquisas de opinião, ações de consultoria e assessoria a laboratórios práticos. Em geral, as ações são voltadas ao público externo, entretanto, notam-se também propostas que atendem especialmente alunos dos próprios bacharelados em Turismo, notadamente no caso de visitas e viagens técnicas.

Em que pese à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas ações vinculadas, os procedimentos metodológicos aplicados possibilitaram apenas uma compreensão inicial. Em sua maioria, conforme os coordenadores que responderam ao questionário, as ações extensionistas envolvem componentes curriculares dos bacharelados em Turismo, com destaque para as disciplinas relacionadas a meio ambiente e metodologia da pesquisa, ainda que se observe a ocorrência de outras de áreas variadas, como marketing, geografia e empreendedorismo. Em relação à integração com a pesquisa, nota-se que várias ações geraram artigos científicos e apresentações em eventos acadêmicos. Porém, a grande maioria desses trabalhos foi veiculada em periódicos ou eventos de extensão, de onde se infere que, em geral, correspondem a relatos e avaliações sobre as ações, e não a divulgação de conhecimentos construídos acerca das temáticas e objetos das ações. Trata-se, entretanto, de uma suposição preliminar e que deve ser averiguada em estudos futuros que deem conta de investigar em profundidade a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Além dos aspectos supracitados, convém citar resultados relevantes que podem sinalizar possibilidades, necessidades e dificuldades à prática extensionista em turismo. Primeiramente, cabe destacar a importância das parcerias com organismos e comunidades para efetivação das ações. Ao contrário de áreas tradicionais, como medicina, em que a extensão costuma ocorrer por meio da prestação de serviços médicos junto à comunidade, no turismo muitas ações dependem de parcerias com órgãos públicos, como as ações de consultoria e assessoria junto a destinos turísticos. Além disso, as parcerias podem configurar excelente meio para contornar a principal dificuldade encontrada no desenvolvimento das ações, isto é, a carência de recursos financeiros.

Por fim, a presente dissertação possibilitou identificar e discutir a concepção de extensão na visão dos coordenadores das ações extensionistas vinculados a cursos de Turismo. Primeiramente, a extensão é entendida como forma da Universidade realizar seu compromisso social, por meio do compartilhar de conhecimentos produzidos e de intervenções que possibilitem melhorar a qualidade de vida do público atendido. No que diz respeito aos graduandos participantes das ações, a extensão é vista, especialmente, como forma de aplicar os conhecimentos teóricos de sala de aula e unir teoria e prática, além de uma experiência que pode ampliar a consciência crítica dos envolvidos seu senso de responsabilidade social. Note-se, uma vez mais, a extensão associada ao compromisso social da Universidade, o que pode gerar uma visão equivocada de que as ações extensionistas expiariam as instituições de ensino das alienações produzidas no âmbito da pesquisa e do ensino. Outro conceito presente é o de extensão como pilar da universidade – pesquisa e

ensino seriam os outros dois. Embora isso possa configurar apenas reflexo da terminologia comumente utilizada e da imagem associada à extensão, é importante atentar para as implicações que dela podem decorrer. Entender cada pilar como elemento essencial para sustentação e equilíbrio do tripé vai ao encontro da indissociabilidade; entretanto, se a perspectiva que se tem é de elementos independentes a imagem pode reforçar o isolamento das três dimensões do ensino superior.

Os resultados obtidos nesta dissertação permitiram compreender como extensão universitária em turismo é praticada e compreendida no âmbito das instituições públicas brasileiras. Ao contrário do que a ausência de dissertações e teses sobre o tema poderia sugerir, há sim ações extensionistas voltadas a problemáticas do turismo, realizadas não apenas no âmbito dos bacharelados nesta área, mas em diferentes departamentos. Mais que existentes, as ações manifestam-se em modalidades e tipos variadas, atendendo a diferentes objetivos e públicos, e contribuindo com a formação de um futuro bacharel em Turismo que domine tanto questões da ação profissional e global quanto da reflexão nesses dois domínios. Ainda que alguns coordenadores refiram-se a conceitos controversos sobre a extensão, nota-se também uma compreensão abrangente dos benefícios da extensão para todos os envolvidos.

Ao longo do processo de realização da presente dissertação, a pesquisadora enfrentou algumas dificuldades que geraram importantes aprendizados. Primeiramente, em relação à bibliografia específica sobre educação superior, que foge à formação da pesquisadora; em segundo lugar, à dispersão dos documentos oficiais e atuais sobre a extensão universitária, ainda que muitos deles sejam disponibilizados no *site* da Renex; à localização dos coordenadores das ações extensionistas, uma vez que eles não disponibilizam em seus currículos Lattes emails para contatos; e à impossibilidade, especialmente por razões de tempo e disponibilidade dos coordenadores, de realizar entrevistas pessoais.

Cabe destacar por fim que, no intuito de responder à indagação inicial, a pesquisa acabou por revelar novas dúvidas e questões que podem originar estudos sobre aspectos que fugiram ao alcance da presente pesquisa, entre eles: a realidade das instituições não contempladas pelo SIGProj, sejam elas públicas, particulares ou comunitárias; sobre as instituições que se destacaram na presente pesquisa; sobre as maneiras pelas quais a indissociabilidade acontece ou não no dia a dia das ações; sobre a maneira como os discentes percebem a extensão; sobre o impacto que as ações causam no público-atingido, entre tantas outras.

De qualquer forma, espera-se que a presente dissertação, além de indicar novos caminhos para futuras investigações, estimule todos os envolvidos na educação superior em

Turismo a se comprometerem mais firmemente com a extensão universitária e, essencialmente, com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ao ponto de tal diferenciação não ser sequer necessária. A extensão não deve ser apenas uma ponte entre universidade e sociedade, na medida em que esses entes jamais deveriam estar isolados. Não deve ser a ferramenta privilegiada para exercício do compromisso social universitário, uma vez que a Universidade é parte integrante da sociedade e, como tal, só tem razão de ser se com ela estiver comprometida. Também não é a simples aplicação da teoria, pois é na realidade que nascem as questões e demandas teóricas. Antes de qualquer coisa, a extensão é um alerta à Universidade sobre a premência de dar ao conhecimento o verdadeiro sentido e razão de ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIEST (Associação Internacional de Especialistas Científicos em Turismo). Conference 2012. Disponível em: <<http://www.aiest.org/aiest-conference/conference-2012.html>>. Acesso em: 12 abr. 2012a.

_____. Former Aiest Conferences. **Aiest**. Disponível em: <<http://www.aiest.org/aiest-conference/former-aiest-conferences.html>>. Acesso em: 12 abr. 2012b.

ANPTUR (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo). Disponível em: <<http://www.anptur.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2012.

AIREY, David. Crescimento e desenvolvimento. In: AIREY, David; TRIBE, Jonh. **Educação internacional em turismo**. São Paulo: Senac, 2008a.

_____. From here to uncertainty! In: In: CONFERENCE OF THE ASSOCIATION FOR TOURISM IN HIGHER EDUCATION, 2004, Missenden Abbey, Buckinghamshire, Reino Unido. **Proceedings... (Critical Issues in Tourism Education)** Reino Unido: ATHE, 2004. Disponível em: <<http://www.athe.org.uk/publications>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

_____. **Re: The State of tourism education**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por rafaela@ifsp.br em 19 set.2011.

_____. Tourism Education: life begins at 40 **Teoros**, Surrey, Reino Unido, v.27, n.1, p.27-32, 2008b. Disponível em: <epubs.surrey.ac.uk/1136>. Acesso em 4 fev. 2012.

AIREY, David; TRIBE, Jonh. Questões para o futuro. _____. (Org.) **Educação internacional em turismo**. São Paulo: Senac, 2008.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2002.

_____.; REJOWSKI, Mirian. 1994. Cursos superiores de turismo e hotelaria no Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.5, n.1, p.116-128, 1994.

_____. Panorama de ensino em turismo no Brasil – graduação e pós-graduação. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 36-61, 1996.

ARAÚJO, Alberto Borges de. Educação tecnológica para a indústria brasileira. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, DF, v. 1, n.1, p. 69-82, jun. 2008.

BARRETTO, Margarita; TAMANINI, Elizabeth; SILVA, Maria Ivonete Pereira da. **Discutindo o ensino universitário de turismo**. Campinas: Papyrus, 2004.

BARTNIK, Fabiana Marques Pereira. **Ação extensionista em universidades católicas e comunitárias e sua avaliação**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: Senac, 2007.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. Extensão Universitária: equívocos, exigências, prioridades e perspectivas para a universidade. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção conceitual de extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001. P.159-175.

_____. **Pesquisa alienada, ensino alienante:** o equívoco da extensão universitária. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 abr. 2011.

_____. **Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931.** Estabelece o Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. Lei n.9.394, de 20 dez. 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 dez. 2011.

_____. Ministério da Defesa. Nossa história. **Projeto Rondon.** Disponível em: <<http://projektorondon.pagina-oficial.com/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>>. Acesso em: 02 set. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia.** Brasil: MEC, 2010.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006.** Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Turismo e dá outras providências. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf>. Acesso em 18 fev 2012.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Superior – SESU. **Perfil da Extensão Universitária no Brasil.** Brasília: SESu/MEC, 1995. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002057.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

_____. Ministério da Educação. **E-MEC.** Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 29 dez. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Plano Plurianual 2000-2003.** Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa_2000-2003.htm>. Acesso em 3 set. 2011.

_____. Ministério da Educação. **ProExt.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&Itemid=488>. Acesso em: 3 dez. 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj.** Disponível em: <<http://sigproj1.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. Ministério do Planejamento. Avaliação dos programas: municipalização do turismo. **Avança Brasil.** Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/083/prog083.htm>. Acesso em: 5 fev. 2012.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Banco de teses,** Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Pesquisa.do?autor=&tipoPesqAutor=T&assunto=extens%3o+universit%20e+ria&tipoPesqAssunto=T&ies=&tipoPesqIes=T&nivel=&anoBase=>>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, v. 10, n.10, p.23-28, 2007. Disponível em: <<http://www.sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewArticle/207>>. Acesso em: 12 set. 2011.

CARVALHO, Mariana Aldrigui. Os números do ensino superior em turismo e hospitalidade no Brasil – 2001 a 2006. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5., Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, BH: Anptur, 2008. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/anais2008>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

CASTILLO NECHAR, Marcelino; CORTÉS, Maribel Lozano. **Apuntes para la investigación turística**. Cozumel, México: Universidad de Quintana Roo, 2006. Disponível em: <<http://www.teoriaypraxis.uqroo.mx/doctos/publicaciones/Apuntes-investigacion-turistica.pdf>> Acesso em: 2 mar. 2012.

CATRAMBY, Teresa Cristina Viveiros; BARTHOLO, Roberto dos Santos; DELAMARO, Maurício César. Pesquisa, ensino e extensão em turismo: identificando seus principais fatores críticos. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 8., Balneário Camboriú, SC. **Anais...** Balneário Camboriú, SC: Anptur, 2011. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/anais2011/pdf/191-504-1-SP.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

CAUTHE – Council for Australasian University Tourism and Hospitality Education. **ALTC project**. Disponível em: <<http://www.cauthe.com.au/altcproject.html>>. Acesso em: 1 fev. 2012.

CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). **Bolsas**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/bolsas/index.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

COOPER, Chris; SHEPERD, Rebecca; WESTLAKE, John. **Educando educadores em turismo**: manual de educação em turismo e hospitalidade. São Paulo: Roca, 2001. (Coleção de Treinamento e Educação em Turismo da Organização Mundial do Turismo, editada em parceria com a Universidade de Surrey.)

CUNHA, Maria Isabel da. Aportes teóricos e reflexão da prática: A emergente reconfiguração dos currículos universitários. **Educación superior y sociedad**, Unesco/Venezuela, v.9, n.1, p.11-20, 1998. Disponível em: <<http://ess.iesalc.unesco.org.ve/index.php/ess/article/viewFile/300/254>>. Acesso em: 5 set. 2011.

_____. Indicadores de qualidade e a relação do ensino com a pesquisa e a extensão na universidade brasileira. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUR, 10, 2010. Mar del Plata, Argentina. **Anais...** Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio10/241.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Estado e educação no Brasil: o caso do ensino de Turismo. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006. Brasília. **Anais...** Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/19823/1/Ada+de+Freitas+Maneti+Dencker.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. **Pesquisa em Turismo**: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**: Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DE SÃO PAULO. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/facmedcirsp.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). **Apoio a Projetos de Extensão e Pesquisa – EXTPESQ – 2010**. Disponível em: <http://www.faperj.br/interna.phtml?obj_id=6165>. Acesso em: 5 jan. 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

FEIJÓ, Nicole Marques. **Investigando práticas de extensão popular na Universidade Federal do Rio Grande**. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande (UFRG), Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30382/000781085.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

FERREIRA JUNIOR, Pedro Pereira; SANTOS, Saulo Ribeiro dos. Análise SWOT do Projeto de Extensão Comunidade Ativa do Curso de Turismo da UFMA. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 8., Balneário Camboriú, SC. **Anais...** Balneário Camboriú, SC: 2011. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/anais2011/pdf/271-743-1-SP.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

FORPROEX (Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras). **Avaliação nacional da extensão universitária**. Brasília: MEC/SESU, 2001. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/03-Avaliacao-Nacional-da-Extensao/Avaliacao-Extensao.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2011.

_____. **Carta de Maceió**: XXIX Encontro Nacional do Forproex. Maceió, AL, maio 2011a. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/2011-XXIX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2012.

_____. **Carta de Porto Alegre**: XXX Encontro Nacional do Forproex. Porto Alegre, RS, nov. 2011b. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/2011-XXX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. **Extensão universitária**: organização e sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007a. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2009/forun/Extensao%20Universitaria%20-20Organiza%20e%20Sistematiza%20.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2011.

_____. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras**: estudo comparativo 1993/2004. 2.ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2007b. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_5_institucionalizacao.pdf>. Acesso em 15 abr. 2011.

_____. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em <http://www.unifal-mg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_4_indissociabilidade.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2011.

_____. **Plano nacional de extensão universitária:** edição atualizada. Brasília, DF: Forproex / MEC/SESu, 2000. Disponível em <http://proex.epm.br/projetossociais/re nex/pla no_nacional.htm>. Acesso em: 2 jan. 2012.

_____. **Programa Josué de Castro.** 2011 Disponível em: <http://www.proex.unifesp.br/pps/docs/JOSUE_DE_CASTRO_Revisao_2FORPROEX.pdf>. Acesso em: 20 maio 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FUVEST (Fundação Universitária para o Vestibular). Estatísticas Vestibular Fuvest 2000. **Fuvest BR.** 2000. Disponível em: <<http://www.fuvest.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2006.

GO, Frank. A globalização e os problemas educacionais do turismo emergente. In: THEOBALD, Willian F.(Org.). **Turismo global.** São Paulo: SENAC, 2001.

GOMES, Eduardo Lima dos Santos; CRUZ, Silvia Helena Ribeiro; ARAÚJO, Monica de Nazaré Ferreira. A experiência do Projeto de Extensão “Criação de Base Comunitária para o Ecoturismo nas Ilhas de Belém, Belém – PA”: perspectivas de uma construção coletiva entre Universidade e Comunidade. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 8., Balneário Camboriú, SC. **Anais...** Balneário Camboriú, SC: Anptur, 2011. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/anais2011/pdf/191-504-1-SP.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária:** comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez/EUFC/Autores associados, 1986.

HAWKINS, Donald E. Transferring tourism knowledge. **Tourism Online Resource Centre.** 2002. Disponível em: <<http://www.torc-ttracanada.ca/torc/downs1/Transfer.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

HORTALE, Virginia Alonso; MORA, José-Ginés. Tendências das reformas da educação superior na Europa no contextos do Processo de Bologna. **Educ. Soc.,** Campinas, vol. 25, n. 88, p. 937-960, Especial - Out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a14v2588.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2011.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** (Versão digital online). Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

JAFARI, Jafar. El turismo como disciplina científica. **Política y sociedade,** Madrid, Espanha, v. 42, n. 1, p. 39-56, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/24139>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

_____.; RITCHIE, J. R. Brent. Toward a framework for tourism education: problems and prospects. **Annals of Tourism Research,** v. 8, n.1, p.13-34, 1981. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0160738381900657>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

LEAL, Sérgio. Is tourism education in Brazil sustainable? In: CONFERENCE OF THE ASSOCIATION FOR TOURISM IN HIGHER EDUCATION, 2004, Missenden Abbey, Buckinghamshire, Reino Unido. **Proceedings... (Critical Issues in Tourism Education)** Reino Unido: ATHE, 2004. Disponível em: <<http://www.athe.org.uk/publications>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

LIMA, Juliana Ribeiro de; REJOWSKI, Mirian. Ensino superior em turismo no Brasil: a produção acadêmica de dissertações e teses (2000-2009). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v.5, n.3, p.406-432, dez.2011.

LOHMANN, Guilherme. PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LIBURD, Jane; HJALAGER, Anne-Mette. Changing approaches towards open education, innovation and research in tourism. **Journal of Hospitality and Tourism Management**. Austrália, v.17, n.1, p.12-20, mar. 2010. Disponível em: <<http://search.informit.com.au/documentSummary;dn=117016041115516;res=IELBU>>. Acesso em: 10 out. 2011.

MACBETH, Jim. Towards an ethics platform for tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 32, n. 4, p. 962-984, oct. 2005.

MALERBA, Rafaela Camara; LANDI, Camila de Meirelles; REJOWSKI, Mirian. Extensão universitária em turismo no Brasil: mapeamento preliminar. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 8., Balneário Camboriú, SC. **Anais...** Balneário Camboriú, SC: Anptur, 2011. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/anais2011/pdf/191-504-1-SP.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO NETO, José Francisco. Extensão universitária: bases ontológicas. In: _____ (Org.). **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002. P.13-33.

MORAES, Sérgio Torres; TRICÁRICO, Luciano Torres. História, cultura e projeto urbano: a barra do Rio Camboriú. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n.11, p. 105-127, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revista-paranaense/article/view/63>>. Acesso em: 14 maio 2011.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p.57-72.

OLIVEIRA, Alcivan Paulo. O Forext: uma perspectiva histórica. In: **A extensão nas universidades e instituições de ensino superior comunitárias: referenciais teórico e metodológico**. FOREXT, 2006. p. 3-8. Disponível em: <<http://www.metodista.br/ev/forext/ForExt%20historia.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; AZEVEDO, Mario Luiz Neves. A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918). Ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo (Org.). **La reforma universitária: desafios y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/>>. Acesso em: 6 jan. 2012.

OLIVEIRA, Rafael da Silva; MENEZES, Anderson do Nascimento. O projeto de extensão universitária “Brasil, meu negócio é turismo” no estado de Roraima. **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, RR, a. 1, n. 2, p. 111-119, jul./dez.2007. Disponível em: <<http://ufrr.br/revista/index.php/actageo/article/viewFile/180/359>>. Acesso em: 15 maio 2011.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2011.

_____. TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi Trigo. **Cenários do turismo brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.

PEARCE, Douglas. **Desarrollo turístico: su planificación y ubicación geográficas**. México: Trillas: 1998. p. 13-17

PRINS, Esther; WEBSTER, Nicole. Students identities and the tourist gaze in international service-learning: a university project in Belize. **Journal of Higher Education Outreach and Engagement**, v.14, n.1, 2010. Disponível em: <<http://openjournals.libs.uga.edu/index.php/jheoe/article/view/25/25>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional versus realidade brasileira**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Ensino e pesquisa em turismo e hospitalidade: disciplina do mestrado em Hospitalidade**. 15 mar. a 15 jun. de 2011. Notas de aula.

_____. **Pesquisa científica em turismo no Brasil: comunicação, produtividade e posicionamento**. São Paulo: UAM, 2010 (Relatório de pesquisa CNPq).

_____. **Realidade turística nas pesquisas científicas: visão de pesquisadores e profissionais**. Tese (Livre-Docência em Teoria do Turismo e do Lazer), São Paulo: USP, 1997, v. 1.

RENEX (Rede Nacional de Extensão). **Política nacional de extensão - áreas temáticas**. Disponível em: <http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=3>. Acesso em: 2 jun. 2011.

ROCHA, José Cláudio. **A reinvenção solidária e participativa da universidade: um estudo de caso múltiplo sobre rede de extensão universitária no Brasil**. 2006. 323 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_arquivos/12/TDE-2006-11-07T100457Z-335/Publico/Tese_%20Rocha,%20Jose%20Claudio.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p.13-30.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca/Organização Mundial do Turismo, 2001.

SCHNEIDER, Maria C. K. Cursos superiores de tecnologia: a resposta ao mercado de trabalho e as transformações na educação superior. **Cadernos temáticos**, n.3, jan. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/cadernos03_v1.pdf#page=47>. Acesso em: 2 mar. 2012.

SERRANO, Rosana Maria Souto Maior Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. 2008. **Extelar Grupo de pesquisa em extensão popular**. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2011.

SIEX BRASIL. Disponível em: <<http://www.siexbrasil.renex.org.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

SCHOTT, Christian; SUTHERLAND, K. Engaging Tourism Students through multi-media teaching and active learning. **Journal of Teaching in Travel & Tourism**, v. 8, n. 4, p.351-371 2008, Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/15313220903047987>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

SOLNET, David; ROBINSON, Richard; COOPER, Chris. **Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education**. v.6, n.1, 2008. Disponível em: <http://www.heacademy.ac.uk/assets/documents/subjects/hlst/vol6no1_an_industry_partnership_approach.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **Currículo e formação profissional nos cursos de Turismo**. Campinas: Papirus, 2002.

SOGAYAR, Roberta Leme. **Hospitalidade no ensino superior em turismo**: estudo de caso do programa Tourism Education Future Initiative. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). Escola de Turismo e Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://portal.anhembi.br/publique/media/dissertacoes_mestrado/roberta_sogayar.zip>. Acesso em: 1 abr. 2011.

SOUSA, Ana Luisa Lima. **A história da extensão universitária**. 2.ed. Campinas, SP: Alínea, 2010.

_____. Concepção de extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso? In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p.107-126.

SOUZA, João Carlos; BORTOLINI, Maristela Helena Zimmer; NODARI, Eunice Sueli. Extensão Universitária da UFSC/Brasil: processos de avaliação e apoio financeiro. Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria en America Del Sur: movillidad, gobernabilidad e integración regional (7). **Anais...** Mar Del Plata, Argentina, 29 nov. 1 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio07/anais/TRABAJOSOUZA.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

STERGIOUS, Dimitrios. Ensino. In: AIREY, David; TRIBE, Jonh. **Educação internacional em turismo**. São Paulo: Senac, 2008.

TEFI (Tourism Education Future Initiative). Disponível em: <<http://www.tourismeducationfutures.org>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

TEIXEIRA, Rivanda Meira. Ensino superior em turismo e hotelaria no Brasil: um estudo exploratório. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 7-31, 2001.

TEIXEIRA, Sérgio Henrique Azevedo. Cursos Superiores de Turismo: uma abordagem histórica (1970/1979). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - A EDUCAÇÃO E SEUS SUJEITOS NA HISTÓRIA, 4, **Anais...** Goiânia: UCG, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo05/Sergio%20Henrique%20Azevedo%20Teixeira%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2011.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. Avanços da metodologia e da participação na extensão universitária. In: ARAÚJO FILHO, Targino; THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia**

para projetos de extensão: apresentação e discussão. São Carlos, SP: Cubo Multimídia, 2008.

TRIBE, John. The indisciplinability of tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n.3, p.638-657, 1997. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738305000666>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

_____. Pesquisa, conhecimento e currículo. In: AIREY, David; TRIBE, John. **Educação internacional em turismo**. São Paulo: Senac, 2008.

_____. The Philosophic Practitioner: a curriculum for tourism stewardship. **Annals of Tourism Research**, v.29, n.2, p.338-357, 2002. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016073830100038X>>. Acesso em: 20 dez, 2011.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. São Paulo: Papirus, 1998

_____. Prefácio In: SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **Currículo e formação profissional nos cursos de Turismo**. Campinas: Papirus, 2002.

UFAM (Universidade Federal do Amazonas). Instituição. Disponível em: <<http://portal.ufam.edu.br/index.php/historia#historia>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

VALÊNCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. A indissociabilidade entre Ensino/ Pesquisa/ Extensão: verdades e mentiras sobre o pensar e o fazer da Universidade Pública no Brasil. **Proposta**. n. 83, p.72-81, dez. 1999/fev. 2000. Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta83/norma_valencio.PDF> Acesso em 12 ago. 2012.

VERAS, Dimas Brasileiro; MENDONÇA, Djanyse Barros de Arruda. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). **Estudos Universitários, revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco**, v. 24/25, n. 5/6, p. 1 – 78, dez. 2004/2005.

WANG, Jie; AYRES, Helen; HUYTON, Jeremy. Is tourism education meeting the needs of the tourism industry? An Australian case study. **Journal of Hospitality and Tourism Education**, v.22, n.1, p.8-14.

WHITMAN, Michael E.; HENDRICKSON, Anthony R.; TOWNSEND, Anthony M. Research commentary. Academic rewards for teaching, research and service: data and discourse. **Information Systems Research**, v.10, n.2, 99-109, 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/23011447?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101363012751>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

APÊNDICES

Apêndice A – Cessão de direitos sobre depoimento oral – Maria Arminda do Nascimento Arruda

Cessão de Direitos sobre depoimento oral

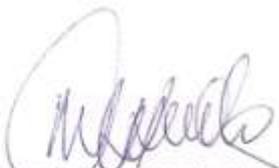
Pelo presente documento, Maria Arminda do Nascimento Arruda, RG 3819278 cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à Rafaela Camara Malerba, RG. 30.704.833-0, a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no dia 24 de abril de 2012, na Universidade de São Paulo, cidade de São Paulo.

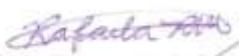
Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o depoente, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

Fica pois Rafaela Camara Malerba plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento.

São Paulo, 24 de abril de 2012


Maria Arminda do Nascimento Arruda


Rafaela Camara Malerba

Apêndice B – Ações extensionistas em Turismo do SIGProj 2006-2011 (MEC, 2012)

n.	Título	IES	Duração
1	1º CONATUS - Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade	UFMS	De:01/07/2010 à 30/12/2010
2	A Copa do Mundo de 2014 como um acontecimento histórico e social. Reflexões necessárias ao Guia de turismo.	IFRS	De:01/08/2010 à 01/10/2010
3	A Educação Turística e a Construção da Cidadania: uma experiência de planejamento participativo comunitário - O Caso da Cartilha 'SE LIGA PREFEITO! O TURISMO TAÍ!'	UFPB	De:02/06/2008 à 01/12/2008
4	A produção de peixes como suporte ao ecoturismo, geração de renda e conservação ambiental da REDES -Tupé, AM.	UFAM	De:17/01/2011 à 15/12/2011
5	AMÉRICA TUR 2008 - Expedição Técnica, Científica e Cultural do Curso de Turismo da UFMS - Peru e Bolívia	UFMS	De:31/05/2008 à 30/11/2008
6	Análise das perspectivas do setor turístico no município de Oriximiná-PA e adjacências	UFF	De:01/02/2010 à 31/12/2010
7	Anuário Turístico de Mato Grosso do Sul	UFMS	De:09/12/2009 à 19/10/2010
8	Artesanato solidário (Fase II)	IFRS	De:01/08/2011 à 23/12/2011
9	As Mãos que Modelam o Barro	UFRB	De:07/06/2010 à 09/05/2011
10	Assessoria ao Grande Dourados Convention & Visitors Bureau	UEMS	De:01/11/2008 à 01/02/2010
11	AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA NO PLANEJAMENTO DO TURISMO	UnB	De:22/06/2009 à 26/06/2009
12	Biblioteca Virtual de Turismo	IFRS	De:01/06/2011 à 31/12/2011
13	Brasil, meu negócio é Turismo: Capacitação de Orientadores de Aprendizagem e Agentes Locais de Turismo	UFMS	De:10/06/2006 à 10/12/2006
14	Café com Turismo	UFMS	De:22/04/2011 à 22/11/2011
15	Caminhos da Restinga	IFRS	De:01/01/2010 à 01/01/2015
16	Caminhos de Areia: uma proposta de desenvolvimento socioambiental e promoção da atividade física por meio de esportes de aventura e lazer	UFPB	De:01/04/2010 à 01/11/2010
17	CAMINHOS DE OSÓRIO - TOURS PELA CIDADE	IFRS	De:01/08/2011 à 31/12/2011
18	Caravana Porto Alegre - Santa Maria - Foz do Iguaçu	IFRS	De:01/05/2011 à 20/06/2011
19	Ciclo de palestras	UFF	De:01/01/2010 à 01/12/2010
20	Circuito Turístico Digital da Fazenda Engenho Novo	UFF	De:01/05/2010 à 31/12/2010
21	Conheça Osório	IFRS	De:01/08/2011 à 30/12/2011
22	Conheça Ponta Porã - Projeto Piloto	UFMS	De:01/05/2010 à 01/05/2011
23	Construção Participativa da Marca Coletiva e Territorial do Município de Rancho Queimado (SC)	UDESC	De:01/03/2010 à 01/03/2011
24	Criação e uso de audioguias para visitantes de monumentos	UFPB	De:01/06/2011 à 31/12/2011
25	CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA NA AMAZÔNIA	UFOPA	De:01/07/2011 à 01/06/2012

n.	Título	IES	Duração
26	Curso de extensão em Gastronomia	UEMS	De:20/06/2009 à 30/01/2010
27	Curso de extensão em Gastronomia	UEMS	De:07/10/2009 à 21/05/2010
28	Curso de Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo	UnB	De:01/07/2010 à 31/12/2010
29	Curso de introdução ao espeleoturismo: Conhecendo o Mundo das Cavernas	UFMS	De:13/10/2011 à 14/11/2011
30	Curso para Formação de Condutores de Turismo na cidade de Dourados	UEMS	De:04/10/2007 à 17/10/2007
31	Despertando a educação turística a partir da inserção de práticas lúdicas no contexto escolar'	UFMS	De:09/05/2009 à 30/10/2009
32	Desvendando Piraputanga	UFMS	De:01/05/2007 à 30/09/2008
33	DIAGNÓSTICO DE DEMANDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA A COPA DE 2014 EM CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E CIDADES TURÍSTICAS DO VALE DO RIO CUIABÁ	UFMT	De:15/11/2011 à 15/11/2012
34	Educação Ambiental e Capacitação de funcionários, condutores de visitantes e comunidades de influência dos Parques Nacionais Sete Cidades e Serra da Capivara, Piauí.	UFPI	De:20/09/2009 à 20/11/2010
35	Educação Patrimonial e o turismo arqueológico: ações para a valorização, preservação e conservação de sítios arqueológicos no PARNA de Sete Cidades	UFPI	De:20/09/2009 à 20/11/2010
36	Encontro Regional de Turismo e Meio Ambiente	UFMS	De:23/09/2010 à 25/09/2010
37	Encontro Regional de Turismo e Meio Ambiente	UFMS	De:13/10/2011 à 15/10/2011
38	ENSINAR O TURISMO PARA AS CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS	UEMS	De:02/04/2008 à 02/07/2008
39	ENSINAR O TURISMO PARA AS CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS	UEMS	De:26/07/2009 à 26/10/2009
40	ENTBL - ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL	UFF	De:01/01/2010 à 31/12/2010
41	ESPAÇO INTEGRADO DO TURISMO: Projeto Aprendendo e Empreendendo com o Turismo	UFMA	De:01/08/2010 à 31/07/2011
42	Espeleoturismo	UEMS	De:02/05/2007 à 30/05/2007
43	Estratégias para a melhoria do atendimento ao cliente no segmento do turismo receptivo em Jardim	UEMS	De:22/05/2010 à 22/06/2011
44	Festa de São João em Corumbá-MS: História, Ritual e Sociabilidades na Fronteira	UFMS	De:10/11/2011 à 10/11/2012
45	Floripa Tour	UDESC	De:05/03/2009 à 31/12/2009
46	Floripa Tour	UDESC	De:01/03/2010 à 31/12/2010
47	FORMAÇÃO DE CAMAREIRA	IFRS	De:04/04/2011 à 06/09/2015
48	GEORREFERENCIAMENTO DOS PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE AREIA-PB, NO BREJO PARAIBANO	UFPB	De:16/05/2011 à 16/12/2011
49	GEOTURISMO	UFMS	De:01/05/2011 à 30/12/2011
50	Guia Ilustrado da mastofauna como ferramenta educativa a prática do turismo fotográfico na região de Cáceres, MT	UNEMAT	De:01/04/2010 à 20/04/2012
51	Guia Turístico Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro	UFF	De:01/03/2010 à 31/12/2010
52	Guia Turístico Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro	UFF	01/03/2011 à 01/12/2011

n.	Título	IES	Duração
53	Hospitalidade e Gastronomia à serviço do turismo sustentável	UFPB	De:06/09/2011 à 20/09/2011
54	I Ciclo de Palestras e Debates “Fazer acadêmico na Hotelaria”	UFPB	De:03/11/2011 à 24/11/2011
55	I CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO DO EXTREMO SUL: TURISMO, HISTÓRIA & CULTURA	FURG	De:30/08/2010 à 30/10/2010
56	I Encontro dos Estudantes de Hotelaria	UFPB	De:17/08/2009 à 26/08/2009
57	I SEMANA DE EXTENSÃO DO DHT: A APLICABILIDADE DAS PRÁTICAS DE HOSPITALIDADE E TURISMO FACE AO PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE MEGA EVENTOS	UFPE	De:30/05/2011 à 17/10/2012
58	II Congresso Internacional de Turismo do Extremo Sul: Turismo e Desenvolvimento Regional	FURG	De:16/08/2011 à 18/11/2011
59	II Curso para Formação de Condutores de Turismo na cidade de Dourados	UEMS	De:26/10/2009 à 30/11/2009
60	II Encontro de Turismo em Ambientes Naturais	UEMS	De:24/09/2009 à 26/09/2009
61	II Semana do Turismo	UFMS	De:01/08/2007 à 06/09/2007
62	III SEMANA DO TURISMO - III EBETUR	UFMS	De:30/06/2008 à 29/09/2008
63	Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo nas Regiões de Bonito e Serra da Bodoquena e do Pantanal/Corumbá.	UFMS	De:20/05/2010 à 16/05/2012
64	Integração de rotas ciclovárias urbanas e rurais	UDESC	De:01/03/2010 à 31/12/2010
65	Integrar sociedades humanas dentro de ecossistemas sustentáveis	UFMT	De:01/04/2010 à 30/11/2010
66	Inventário da oferta turística: em busca do desenvolvimento sustentável do turismo regional	UFPB	De:01/04/2010 à 31/10/2010
67	Inventário de Referências Culturais: subsídios para um projeto de educação patrimonial e turística como instrumento da afirmação identitária Terena.	UFMS	De:20/09/2009 à 20/11/2010
68	IV EBETUR MS - IV ENCONTRO DE BACHARÉIS E ESTUDANTES DE TURISMO DE MS	UEMS	De:16/08/2010 à 18/08/2010
69	IV SEMANA DE TURISMO DA UFMS - CAMPUS AQUIDAUANA	UFMS	De:01/06/2009 à 30/09/2009
70	Laboratório de Turismo	UEMS	De:20/03/2007 à 12/11/2007
71	Lançamento de livro no Campus Restinga: 'Espírito flutuante', de Jandira Consuelo Brito e 'Letras em versos aos corações', de Alex Pacheco	IFRS	De:01/01/2010 à 01/01/2015
72	Letramento e Trabalho: reflexões linguísticas sobre o turismo paraibano	UFPB	De:01/04/2010 à 01/11/2010
73	MINHA TERRA TEM PALMARES ONDE VIVE O MERGULHÃO – Resgate histórico, cultural e turístico dos campos neutrais.	FURG	De:05/05/2011 à 31/12/2011
74	Mini Curso de Atendimento de Salão em Gastronomia	IFRS	De:06/12/2010 à 17/12/2010
75	Motivação e expectativas a respeito do curso de Turismo	UFF	De:01/02/2010 à 29/12/2010
76	Motivação e expectativas a respeito do curso de Turismo	UFF	De:01/03/2011 à 31/12/2011
77	Mulheres das Águas	UnB	De:20/04/2008 à 15/12/2008
78	Mulheres das Águas	UnB	De:02/02/2010 à 31/12/2010

n.	Título	IES	Duração
79	O Turismo na Educação Básica	UFMS	05/05/2010 à 30/10/2010
80	Observação de aves como instrumento de educação ambiental em um bosque no município de Ivinhema (MS)	UEMS	De:01/11/2011 à 31/10/2013
81	OBSERVATÓRIO DE MONITORAMENTO DOS IMPACTOS DO USO PÚBLICO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA (PESET) - RJ	UFF	De:02/01/2010 à 31/12/2010
82	Operacionalização do Laboratório de Planejamento de Turismo em Ambientes Naturais	UEMS	De:25/04/2010 à 15/12/2010
83	Operacionalização do Laboratório de Turismo e da Agência Experimental	UEMS	De:20/10/2007 à 07/12/2009
84	Orientação e cartografia para o turismo	IFRS	De:10/09/2010 à 12/11/2010
85	Palestra Políticas e Ações de um Destino Turístico – Porto Alegre	IFRS	De:02/05/2011 à 05/05/2011
86	Palestra sobre patrimônio cultural em Porto Alegre	IFRS	De: 10/04/2011 à 19/05/2011
87	Parque das Nações Indígenas na Internet	UFMS	De:05/09/2006 à 22/11/2006
88	Passarinhando no Cerrado	UnB	De:10/06/2011 à 31/12/2011
89	Perfil dos docentes do Curso de Turismo de Instituições Públicas Brasileiras	UFF	De:04/01/2010 à 20/12/2010
90	Perfil dos docentes do Curso de Turismo de Instituições Públicas Brasileiras	UFF	De:01/03/2011 à 31/12/2011
91	Planejamento Sustentável do Turismo do Arquipélago de Fernando de Noronha	UFPE	De:19/12/2011 à 30/08/2012
92	Produção do Programa Televisivo 'Aventurando'	UFMT	De:22/09/2008 à 22/12/2008
93	Profissionalização da Hospitalidade	UFMA	De:01/05/2011 à 01/05/2012
94	PROGRAMA DE EXTENSÃO PARA DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL DE RIBEIRINHOS DO SUL DO AMAZONAS - TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL, RURAL E ECOLÓGICO NAS COMUNIDADES DOS SERINGAIS PARAISO E PARAIZINHO EM HUMAITÁ – AM.	UFAM	De:01/01/2011 à 31/12/2011
95	Projeto Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro: avaliação da percepção dos painéis interpretativos	UFF	De:01/03/2010 à 31/12/2010
96	Projeto Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro: avaliação da percepção dos painéis interpretativos	UFF	De:01/03/2011 à 31/12/2011
97	Redução de Comunidades de Risco através do programa de Formação de Guias Turísticos empregando a Educação Patrimonial para a valorização do Patrimônio, Arquitetônico, Histórico, Arqueológico e Paleontológico da Região Central do Rio Grande do Sul.	UFMS	De:10/01/2011 à 15/12/2011
98	Reeducar Bonito através do Turismo	UFMS	De:01/04/2011 à 01/12/2011
99	Reestruturação e Operacionalização do Laboratório de Planejamento e Organização do Turismo em Ambientes Naturais	UEMS	De:01/04/2011 à 01/04/2013
100	Representações culturais na Restinga para tematização do artesanato	IFRS	De:01/06/2011 à 31/12/2011
101	Roteiros Geoturísticos - Conhecendo o Patrimônio Cultural do Centro Histórico de Belém	UFPA	De:31/12/2011 à 31/12/2012
102	Semana da Ciência e do Meio Ambiente	UnB	De:13/10/2009 à 06/11/2009
103	Semana de Museus	UFMT	De:31/12/2009 à 30/11/2010

n.	Título	IES	Duração
104	Semana de Turismo “Cultura e Turismo: Impressões e expressões regionais”	UFMS	De:10/09/2011 à 30/10/2011
105	Suvenires sustentáveis: por um consumo consciente no turismo em Osório/RS	IFRS	De:22/10/2010 à 22/10/2010
106	Territórios Negros	IFRS	De:11/04/2011 à 11/04/2011
107	TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO TEPEQUÉM/RR	UFRR	De:20/09/2009 à 20/11/2010
108	TURISMO e FEBUTIA: Cultive essa ideia	FURG	De:19/04/2010 à 14/05/2010
109	Turismo Solidário Quilombola em Três Barras - Município de Conceição do Mato Dentro/MG	UFMG	De:02/01/2011 à 02/12/2011
110	VI Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura	FURG	De:01/02/2011 à 03/07/2011
111	VIAGENS TÉCNICAS - CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO	IFRS	De:07/11/2010 à 12/12/2010
112	Visita-Espetáculo ao Teatro Municipal: Memória Teatral, patrimônio cultural de São João del-Rei	UFSJ	De:20/09/2009 à 20/11/2010
113	Visitas e viagens Técnicas do Curso de Turismo	UFF	De:01/01/2010 à 31/12/2010
114	VivaCidades	UFPB	De:10/05/2011 à 31/12/2011

Apêndice C – Questionário



Mestrado em Hospitalidade

Prezado Prof. (Nome)

Este questionário tem por objetivo conhecer a realidade das atividades de extensão universitária na área de turismo, identificadas a partir do cadastro do Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGPROJ/MEC. As respostas subsidiarão pesquisa de mestrado em Hospitalidade, realizada sob a orientação da Profa. Dra. Mirian Rejowski, na Universidade Anhembi Morumbi.

Sua contribuição é fundamental para o êxito do estudo e para o avanço das reflexões acadêmicas sobre a extensão universitária. Sendo assim, desde já agradecemos sua participação e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Rafaela Malerba

Bloco 1 – Caracterização da(s) ação(ões)

Por favor, detalhe alguns aspectos das ações extensionistas desenvolvidas sob sua coordenação.

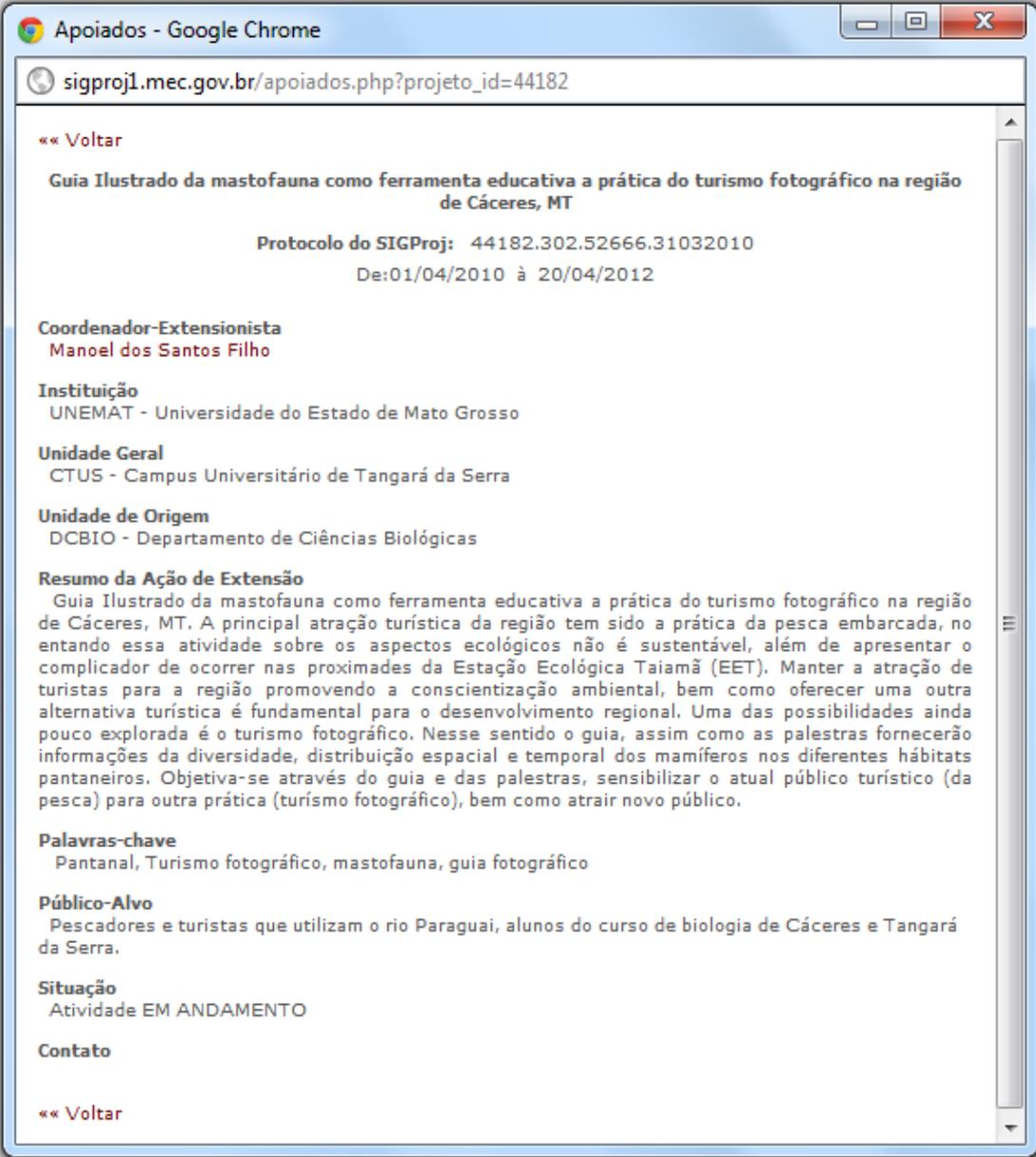
Ação: (Nome da ação)

1. Qual a composição da equipe de trabalho desta ação, além do coordenador?	<input type="checkbox"/> Graduandos de Turismo <input type="checkbox"/> Graduandos de outras áreas <input type="checkbox"/> Docentes de Turismo <input type="checkbox"/> Docentes de outras áreas <input type="checkbox"/> Outro. Especifique
	R:
2. Esta ação gerou artigos científicos ou apresentações em eventos?	<input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. Especifique.
	R:
3. Esta ação envolveu disciplinas do curso de Turismo da instituição em que foi realizada?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Explique.
	R:
4. Foram encontradas dificuldades no desenvolvimento desta ação?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Quais?
	R:
5. Quais os principais resultados desta ação?	R:

Bloco 2 – Percepção sobre extensão universitária

- De maneira geral, o que o motivou a coordenar e realizar ações extensionistas em turismo?
- Em sua opinião, quais os principais benefícios da extensão para:
 - A formação do egresso em Turismo?
 - A Universidade?
 - A sociedade?
- Como você define extensão universitária?

ANEXO – EXEMPLO DE FICHA INFORMATIVA SIGPROJ (MEC, 2012)



Apoiadados - Google Chrome

sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=44182

«« Voltar

Guia Ilustrado da mastofauna como ferramenta educativa a prática do turismo fotográfico na região de Cáceres, MT

Protocolo do SIGProj: 44182.302.52666.31032010
De:01/04/2010 à 20/04/2012

Coordenador-Extensionista
Manoel dos Santos Filho

Instituição
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

Unidade Geral
CTUS - Campus Universitário de Tangará da Serra

Unidade de Origem
DCBIO - Departamento de Ciências Biológicas

Resumo da Ação de Extensão
Guia Ilustrado da mastofauna como ferramenta educativa a prática do turismo fotográfico na região de Cáceres, MT. A principal atração turística da região tem sido a prática da pesca embarcada, no entanto essa atividade sobre os aspectos ecológicos não é sustentável, além de apresentar o complicador de ocorrer nas proximidades da Estação Ecológica Taiamã (EET). Manter a atração de turistas para a região promovendo a conscientização ambiental, bem como oferecer uma outra alternativa turística é fundamental para o desenvolvimento regional. Uma das possibilidades ainda pouco explorada é o turismo fotográfico. Nesse sentido o guia, assim como as palestras fornecerão informações da diversidade, distribuição espacial e temporal dos mamíferos nos diferentes habitats pantaneiros. Objetiva-se através do guia e das palestras, sensibilizar o atual público turístico (da pesca) para outra prática (turismo fotográfico), bem como atrair novo público.

Palavras-chave
Pantanal, Turismo fotográfico, mastofauna, guia fotográfico

Público-Alvo
Pescadores e turistas que utilizam o rio Paraguai, alunos do curso de biologia de Cáceres e Tangará da Serra.

Situação
Atividade EM ANDAMENTO

Contato

«« Voltar